

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**A Exploração Sexual Comercial de Adolescentes na Região  
Metropolitana de Goiânia: um Estudo de Depoimentos da CEI**

**Joseleno Vieira dos Santos**

Goiânia, Outubro 2002.

**A Exploração Sexual Comercial de Adolescentes na Região  
Metropolitana de Goiânia: um Estudo de Depoimentos da CEI**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**JOSELENO VIEIRA DOS SANTOS**  
Joseleno@cultura.com.br

**A Exploração Sexual Comercial de Adolescentes na Região  
Metropolitana de Goiânia: um Estudo de Depoimentos da CEI**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anita Cristina A. Resende.

Goiânia - GO - 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

JOSELENO VIEIRA DOS SANTOS

**A Exploração Sexual Comercial de Adolescentes na Região Metropolitana de  
Goiânia: um Estudo de Depoimentos da CEI**

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado em Educação Escolar  
Brasileira da Universidade Federal de  
Goiás como parte dos requisitos para  
obtenção do título de mestre em  
Educação.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de 2002.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anita C. A. Resende - Orientadora Universidade Federal de Goiás

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Sônia Margarida Gomes Sousa

Goiânia - GO  
2002

À minha mãe, exemplo de luta e esperança.

À Cláudia, com amor e um olhar além da razão.

Às adolescentes exploradas sexualmente.

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup>. Anita Cristina A. Resende, pela generosidade, lucidez e competência no árduo e, às vezes, ingrato trabalho de orientação, que me possibilitou trilhar o caminho para o conhecimento.

À Universidade Católica de Goiás, pela confiança depositada e apoio na realização do mestrado.

Aos companheiros do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, onde tudo começou.

Aos membros da banca de qualificação - Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia Margarida G. Sousa e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maurides B. de M. F. Oliveira -, pela atenta leitura e pelas valiosas sugestões que me possibilitaram encontrar caminhos não percebidos.

Ao Ministério Público de Goiás, parceiro fundamental, que prontamente permitiu o acesso ao Inquérito Civil Público, muito importante para a realização do estudo.

Aos vereadores membros da CEI da Câmara Municipal de Goiânia, especialmente vereadores Djalma Araújo, Mozart de Moraes e Olivia Vieira, pelo trabalho, pelo acesso aos dados e às investigações desenvolvidas, que muito contribuíram para desvendar o fenômeno da exploração sexual comercial de adolescentes.

Ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo apoio material e pela organização das viagens para a realização das Conferências Regionais Pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

À jornalista Maria Glória, às Professoras Carmen Regina Paro e Custódia Selma de Sena, pela atenta leitura do trabalho e pelas sugestões que muito contribuíram para a sua melhoria.

Aos meus irmãos, Geise Helena, Josué e José Antônio, pela presença, convivência e apoio nos momentos mais difíceis.

Às irmãs "adotivas" Malu e Soninha e aos amigos Bené e Glacy, pela confiança, solidariedade, pelo apoio nos momentos mais difíceis deste doloroso percurso.

Aos amigos Marconi Henrique e Míriam Estevam, pela ajuda na tentativa de compreender e decifrar as possibilidades do computador, esse instrumento indispensável na realização de qualquer trabalho científico.

Aos companheiros militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), pela força e pela oportunidade da convivência que muito tem me ensinado.

Às organizações que compõem o Fórum Goiano Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil pelos, sete (07) anos de enfrentamento dessa grave situação no Estado de Goiás.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Albertina Vicentini A. Assunção, pela leitura e revisão do texto que me deu segurança para apresentá-lo.

Às companheiras fieis Luna e Catita, pelo acompanhamento silencioso e apoio irrestrito.

A prostituição infantil no Brasil não é um prato fino e proibido para clientes tortos e exigentes. Ao contrário, ela se oferece barata nas zonas urbanas e rurais mais populares; destina-se ao consumo cotidiano: cerveja com menina. Preferiríamos acreditar que o cliente seja um perverso desregrado. Pois é inacreditável para nós que um corpo infantil seja objeto de desejo sexual. Isso é um corolário da infância moderna: por amar narcisicamente as crianças, por querer que sejam imagens de uma apatetada felicidade, afastamos delas um desejo sexual que o Antigo Regime lhe reconhecia sem hesitações. E, embora a situação mude, a regra continua valendo. O “adulto em miniatura” que amamos agora deveria nos oferecer a imagem de uma felicidade também sexual, mas preferimos que a farsa se jogue entre anões.” (Calligaris, 1996: 218)

## RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido no Mestrado em Educação - UFG, objetivou investigar a exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia. Para tanto, buscou, a compreensão das principais características desse fenômeno social no Estado. Fez uma pesquisa exploratória utilizando dados: 1º) dos depoimentos e das informações contidas no Inquérito Civil Público sobre a prostituição infantil e juvenil na cidade de Goiânia, de responsabilidade do Ministério Público do Estado de Goiás (consultas realizadas no período de julho a agosto de 1997); 2º) de 46 reportagens, da imprensa escrita, sobre exploração sexual comercial de adolescentes, veiculadas nos jornais O Popular, Diário da Manhã, TopNews e Opção, no período de janeiro de 1996 a setembro de 1997, coletadas dos arquivos do Fórum Goiano Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Goiás; 3º) dos dados contidos nos 23 depoimentos de adolescentes, familiares e suspeitos de aliciamento prestados à Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Goiânia, sobre prostituição infantil e juvenil na Capital, coletados no período de abril a maio/99. A pesquisa situa a exploração sexual de adolescentes como um fenômeno social presente na sociedade brasileira desde o período colonial e discute alguns fatores que, no seu entendimento, contribuem para a sua manifestação na sociedade brasileira contemporânea, em particular na Região Metropolitana de Goiânia. A partir da revisão teórica sobre o tema e dos dados levantados e analisados, constata que a exploração sexual comercial de adolescentes é um fenômeno muito presente no Estado de Goiás e que se relaciona com a classe social, o trabalho e a geração de renda, as relações sócio-familiares, a questão de gênero, o envolvimento com substâncias tóxicas legais e ilegais e a impunidade de exploradores sexuais de adolescentes.

Palavras-chave: Exploração Sexual Comercial, Violência Sexo, Região Metropolitana de Goiânia e Adolescentes



## ABSTRAC

This work developed in the *Mestrado de Educação - UFG* (Education Master Degree Program at the Federal University of Goiás) aimed at investigating commercial sexual exploitation of adolescents in the Metropolitan Region of Goiânia. First, the main characteristics of this social phenomenon in the State were searched. For the explanatory research the data were collected from: 1<sup>st</sup>) the statements and information gathered in the *Inquérito Civil Público* (Public Civil Inquiry) about infant and juvenile prostitution in the city of Goiânia, under the responsibility of the *Ministério Público do Estado de Goiás* (Public Ministry of the State of Goiás), during the months of July and August of 1997; 2<sup>nd</sup>) the forty-six reports on commercial sexual exploitation of adolescents spread by the local press – *O Popular*; *Diário da Manhã*; *Topnews*; e *Opção* - from January 1996 to September 1998, and collected from the files of the *Fórum Goiano Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil* and the *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – Goiás*; 3<sup>rd</sup>) and mainly the information comprised in the seventy testimonies given by the adolescents, their families and the suspects of seduction to the *Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Goiânia*, in the period ranging from April to May of 1999. This research poses sexual exploitation of adolescents as a social phenomenon present in the Brazilian society since colonial period; and discusses some of the facts that seem to incite its manifestation in the contemporary Brazilian society and, in particular, in the Metropolitan Region of Goiânia. According to theoretical revision and to the analysis of the data gathered in this research, it is possible to conclude that commercial sexual exploitation of adolescents is a very present phenomenon in the State of Goiás nowadays; and that the factors that most influence its reoccurrence have to do with social class, the work and the income it produces, social-familiar relations, the genre, the involvement with legal and illegal toxic substances, and the lack of punishment against those who exploit adolescents sexually.

Key words: Commercial sexual exploitation, Sexual Violence, Metropolitan Region of Goiânia Adolescents

## SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
1 - Da Senzala à Internet: a Violência Sexual Contra Adolescentes.....	27
2 - Análise da Situação de Violência Sexual em Goiás.....	36
• Caso de Goiânia .....	41
3 - Comissão Especial de Inquérito sobre Prostituição Infanto-juvenil em Goiânia.....	47
3.1. - Região Metropolitana de Goiânia.....	50
3.2 - Alguns fatores que contribuem para ocorrência da exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia.....	53
• Classes sociais: fator de exclusão social, econômica, educacional e cultural.....	55
• Trabalho e geração de renda.....	60
• Família: locus da construção de sociabilidades.....	73
• Gênero: uma construção histórica.....	91
• Adultocentrismo: as relações assimétricas na sociedade contemporânea.....	103
• Drogas.....	112
• Impunidade.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135
ANEXOS.....	
Anexo A: Roteiro de Leitura - Ficha 1 (Aliciador)	
Anexo B: Roteiro de Leitura - Ficha 2 (Criança/Adolescente)	
Anexo C: Roteiro de Leitura - Ficha 3 (Membro da Família)	

## INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, uma questão tão antiga quanto atual, só recentemente vem despertando o interesse dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, de representantes do Estado, de organizações que defendem os direitos humanos, entre outros. Entretanto, o tema não tem sido ainda suficientemente investigado na maioria das cidades e dos Estados brasileiros.

Entre os fatores que contribuíram para dar maior visibilidade a essa questão no Brasil e colocá-la na agenda de setores organizados da sociedade civil e de algumas organizações governamentais, relacionam-se os seguintes: o processo de (re) democratização pelo qual vem passando o Brasil desde o final dos anos 70; a criação e a estruturação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em 1985; a visibilidade da questão dos meninos (as) de rua, especialmente a partir da primeira metade dos anos 80; a constituição dos primeiros programas de atendimento às crianças e aos adolescentes que estavam se prostituindo, como em Recife (Casa de Passagem), em Salvador (Casa das Meninas da Arquidiocese), em Olinda (Casa da Menina Adolescente, do Coletivo Mulher-Vida); a constituição do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em 1988; o processo de discussão, aprovação e promulgação da nova Constituição do Brasil; a promulgação do ECA, em julho de 1990, lei complementar que regulamenta os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes brasileiros; a cobertura da imprensa (rádios, jornais e televisões), a partir de denúncias apresentadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a prostituição infantil e juvenil no Norte do País (1992); e a realização de estudos e pesquisas em várias cidades brasileiras (Macéio-AL, Fortaleza-CE, Santos-SP, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Aracajú-SE e Goiânia-GO) por organizações ligadas a sociedade civil; a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que investigou a prostituição infanto-juvenil no Brasil (1993-1994); a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Nesse processo de apreensão e enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra parte da infância e adolescência, consideram-se relevantes: o lançamento da *Campanha Nacional Pelo Fim da Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes*,<sup>1</sup> em julho de 1995, pelo Governo Federal, em parceria com algumas organizações nacionais, como a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Visão Mundial, a Casa Renascer-Natal/RN, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos de Crianças e de Adolescentes (Fórum DCA), entre outras organizações; o *Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas*<sup>2</sup>, realizado em Brasília, em abril de 1996, evento preparatório para o *Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças*, realizado em Estocolmo/Suíça,<sup>3</sup> em Agosto de 1996, um dos marcos mais importantes depois do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em julho de 1990, no Brasil; e o processo de discussão e de elaboração do *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil*<sup>4</sup> um dos seus fatos mais importantes.

<sup>1</sup> Na realidade, a Campanha Nacional assumida pelo Governo Federal, em 1995, em parceria com organizações da sociedade civil de âmbito nacional, teve como ponto de partida um movimento iniciado na Bahia sob a coordenação do Centro de Defesa da Criança do Adolescente (CEDECA-BA), em parceria com os setores governamentais estadual e municipal e apoio do Unicef entre outros. Contou também, em termos de divulgação, com artistas de origem baiana e projeção nacional, como: Caetano Veloso, Gilberto Gil e Daniela Mercury.

<sup>2</sup> Além das discussões conceituais e dos fatores que mais contribuem para a intensificação da exploração sexual comercial nos diversos países das Américas (Norte, Central e do Sul), o Seminário das Américas foi, em nosso entendimento, um divisor de águas, no que diz respeito à articulação de políticas e de ações nacionais e extraterritoriais de enfrentamento desse grave problema, cujos princípios norteadores foram definidos na Carta de Brasília (documento, preparatório para o Congresso Mundial de Estocolmo, com recomendações para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil).

<sup>3</sup> O Brasil esteve presente com uma delegação representando a sociedade civil e o governo brasileiro e foi firmado por este um compromisso político de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, materializado na Declaração e Agenda para Ação. A participação do Brasil, além de possibilitar uma maior articulação internacional, com a filiação de diversas organizações ao End Child Prostitution in Asia Tourism (ECPAT), significou também o início da construção de um movimento nacional com objetivo de formular um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, referendado no I Encontro do ECPAT em Agosto/97.

<sup>4</sup> Aprovado no Encontro de Natal, em junho/2000, que foi também o III Encontro do ECPAT, o Plano Nacional se propõe "*Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes*" e entre outros objetivos pretende "*promover o atendimento especializado para as vítimas, fortalecer o sistema de defesa e responsabilização e identificar, denunciar e combater a incitação à violência sexual na Internet*". Teve, no seu processo de discussão e aprovação, a participação governamental no três âmbitos (federal, estadual e municipal), do poder legislativo (federal, estadual e municipal), do poder judiciário, do Ministério Público (federal e estadual), das Polícias Civil, Militar e Federal, dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal, dos Conselhos Tutelares, de organizações internacionais de cooperação técnico-financeira como Unicef, O.I.T., Pomar/USAID e de organizações da sociedade Civil, como: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Fórum DCA, CECRIA, Visão Mundial, INESC, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Bahia, Fortaleza, Para etc), Coletivo Mulher, Campanhas/Fóruns/Articulações Estaduais e CRAMI-SP entre outros.

Em novembro de 1995, foi constituído o *Fórum Goiano Pelo Fim da Violência, Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil*,<sup>5</sup> numa parceria, em princípio, da Assessoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de Goiânia com a Sociedade Cidadão 2000.<sup>6</sup>

A partir da sua criação, o *Fórum Goiano* se propôs a ser um espaço de articulação dos setores governamentais, da sociedade civil e de pessoas direta e indiretamente envolvidas com o atendimento, a defesa e a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes envolvidos em situação de violência sexual e tem buscado o apoio de entidades representativas de classes e de categorias profissionais que não têm uma relação direta com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Além de ser um espaço de articulação de ações, se constitui também numa instância aglutinadora de atividades relacionadas com: a sensibilização e a mobilização de parcelas da sociedade civil organizada e do poder público, especialmente nos âmbitos estadual e municipal; a realização de campanhas educativas com a produção e divulgação de materiais, tais como cartilhas, cartazes, folderes e vídeos educativos; a promoção de seminários, de encontros e de cursos de capacitação para profissionais envolvidos nos diversos programas e projetos de atendimento e de defesa de direitos; o fomento de pesquisas e de estudos<sup>7</sup> para compreender o fenômeno da violência sexual no Estado de Goiás; a integração de serviços para implantação e implementação de Redes de Atenção para Crianças, Adolescentes e Famílias envolvidas com a Violência Sexual; a organização do *Iº Fórum Goiano Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil* para assinatura do Pacto de Goiás como compromisso político de Combate as formas de exploração e abuso sexual, pelos governos do Estado, dos municípios e representantes de setores da sociedade civil (junho/1997); a constituição de Fóruns Locais nas cidades e nos municípios com maior índice de denúncias de situação de abuso e de exploração sexual a partir das ações dos Conselhos Tutelares, do poder

---

<sup>5</sup> O Fórum Goiano é composto por 50 organizações governamentais e da sociedade civil direta e indiretamente envolvidas na promoção, defesa e atendimento de crianças e de adolescentes (Relação em anexo), é coordenado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-GO e conta ainda, na Coordenação, com a Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho, Ministério Público do Estado de Goiás, Grupo Transas do Corpo e Aldeia Juvenil da Universidade Católica de Goiás.

<sup>6</sup> A Sociedade Cidadão 2000 - Pelos Direitos da Criança e do Adolescente foi instituída em julho de 1993, pela Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Goiânia (FUMDEC), para coordenar as ações de implantação e implementação da Política de Atendimento às Crianças e Adolescentes no Município de Goiânia. Entre outros, o seu Regimento Interno reza que deve: "desenvolver programas e projetos que assegurem à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o respeito do direito à vida, à saúde, à moradia, ao lazer, à profissionalização, à proteção no trabalho, à cultura, à convivência familiar e comunitária, nos termos da legislação federal, estadual e municipal, e mais especificamente do ECA...".

<sup>7</sup> O Fórum Goiano, com o apoio do Ministério da Justiça/Secretaria dos Direitos Humanos, coordenou a realização da pesquisa sobre "Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996), que possibilitou elementos para montar estratégias e buscar articulações de enfrentamento desse fenômeno no Estado de Goiás.

judiciário, de organizações não governamentais e do poder público municipal nas áreas de saúde, educação e assistência social;<sup>8</sup> a participação na *Comissão Interestadual de Combate à Violência Sexual Infanto-juvenil da Região Centro-Oeste - CIRCO*;<sup>9</sup> a coordenação, através do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Projeto Atender<sup>10</sup>, que está sendo implantado na Região Norte<sup>11</sup> da Cidade de Goiânia, para atendimento de crianças, de adolescentes e de famílias envolvidas com o evento da violência sexual; a assessoria para as ações de investigação sobre abuso e exploração sexual conduzidas pelo Ministério Público do Estado de Goiás, através do Inquérito Civil Público, e da Comissão Especial de Inquérito da Câmara Municipal de Goiânia (CEI); a coordenação do grupo de trabalho que está implantando a Central SOS: Criança Desaparecida, em parceria com a Sociedade Cidadão 2000 e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; as ações visando à implantação e implementação da *Delegacia de Investigação dos Crimes Cometidos Contra Crianças e Adolescentes*;<sup>12</sup> e, entre outras ações, a realização, em Goiânia, do IIIº e do IVº Encontros da Região Centro-Oeste de Combate à Violência Sexual Infanto-juvenil, respectivamente dias 08 a

---

<sup>8</sup> Já foram instalados, entre 1997 e 2001, Fóruns Locais de Combate à Violência Sexual Infanto-juvenil nos seguintes municípios do Estado de Goiás: Anápolis, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Mineiros, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo, Uruaçu, São Miguel do Araguaia, Luziânia e Ceres.

<sup>9</sup> A Comissão Interestadual de Combate à Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes (CIRCO) se constitui numa articulação técnica e política entre as Campanhas Estaduais de Enfrentamento da Exploração e do Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes na Região Centro-Oeste. A CIRCO, que é composta por dois (02) representantes de cada Estado da Região-Centro-Oeste (sendo um (01) da sociedade civil e outro do poder público estadual), já coordenou a realização dos Encontros Regionais de Campo Grande (Maio/98), de Cuiabá (julho/99) e Goiânia (agosto/2000), que tiveram como objetivos buscar a construção de agendas conjuntas de trabalho e de articular ações interestaduais de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Tem como eixos de ação: a sensibilização e mobilização, a capacitação, o atendimento e a mídia/comunicação. Está também sendo implantado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), membro da CIRCO, o Sub-Programa de Banco de Dados, com informações dos Estados da Região Centro-Oeste, que pode ser acessado no site: [www.cecria.org.br](http://www.cecria.org.br).

<sup>10</sup> Possibilitar o atendimento psicossocial-jurídico de crianças, de adolescentes e de famílias envolvidas com abuso e exploração sexual comercial a partir da estruturação de uma rede de serviços envolvendo diversos atores governamentais e não-governamentais que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social e jurídica. Conta com o financiamento da Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência Social.

<sup>11</sup> Região que conta com mais de 150 bairros e é considerada uma das mais carentes de recursos e empobrecidas da cidade de Goiânia, com altos índices de violência, inclusive casos de abuso e de exploração sexual comercial registrados no Conselho Tutelar da Região e na Delegacia da Mulher e de elevadas taxas de mortalidade infantil.

<sup>12</sup> Tendo em vista a dimensão quanti-qualitativa do fenômeno da Violência Sexual na Região Metropolitana de Goiânia, a impunidade de abusadores e exploradores sexuais, a morosidade nos procedimentos policiais de investigação dos crimes e a abordagem dentro das Delegacias e dos Distritos Policiais, em geral, que acabam, pela falta de profissionais capacitados, revitimizando as crianças e os adolescentes, o Fórum Goiano vem propondo, desde 1997, a criação de uma Delegacia Especializada na Investigação em Crimes Contra Crianças e Adolescentes que centralize as investigações sobre situações de violência, de maltratos, de abuso e de exploração sexual comercial e, assim, garanta agilização nos procedimentos policiais e legais, possibilite atendimento multiprofissional em rede, considerando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. A referida Delegacia foi implantada em junho de 2001.

11/08/2000 e 08 e 09/08/2002, que priorizaram, além da discussão das semelhanças entre os três Estados da Região e o Distrito Federal, a implantação de serviços de atenção às vítimas.

Ainda em relação ao Estado de Goiás<sup>13</sup>, algumas pesquisas já realizadas indicam a existência da exploração sexual comercial em Goiânia e na Região Metropolitana: Sena, 1996, Sousa e Moraes Neto (1997), Resende (1999) e a pesquisa "*Entre a casa e a rua*" (2001); e a existência de uma rede de agenciamento e aliciamento que envolve outros Estados do Centro-Oeste, reveladas pela: CPI - Distrito Federal (1996), pesquisa do IBISS - MS (1997) e pesquisa sobre "*Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes na Região Centro-Oeste*" (2002). Como revela Gomes (1996):

“...há casos de aliciamento de mulheres, e entre elas meninas, de Cuiabá e Goiânia. Elas são recrutadas a pretexto de irem trabalhar em lojas ou como garçonetes e quando chegam nos garimpos de Itaituba, no norte, descobrem que são destinadas à prostituição, passando a ser mantidas em cativeiro e, muitas vezes com a conivência ou ajuda de policiais locais. Especificamente, no Centro-Oeste são registrados casos de caminhoneiros que participam voluntária e involuntariamente na promoção do problema.” (p. 200)

Além das pesquisas, no caso de Goiânia a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido denunciada pelos diversos órgãos da imprensa e por instituições de atendimento e de defesa de direitos que objetivam apreender a situação das crianças e dos adolescentes que vivem e/ou trabalham nas ruas da capital e apontam a sua ocorrência. Mesmo com as pesquisas já desenvolvidas a temática não foi, ainda, suficientemente investigada.

Nessa perspectiva, este estudo propõe investigar as principais características da exploração sexual comercial na Região Metropolitana de Goiânia, tendo como fonte os depoimentos das adolescentes, dos familiares e dos "suspeitos" de aliciamento colhidos pela Comissão de Inquérito da Câmara Municipal de Goiânia (CEI)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> São encontrados também relatos de exploração sexual de crianças e adolescentes oriundas do Estado de Goiás na pesquisa sobre a Prostituição Infanto-juvenil em Mato Grosso do Sul (IBISS, 1997) e o Relatório da CPI do Distrito Federal (1996).

<sup>14</sup> "Criada através do Ato do Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, nº 014 de 11 de setembro de 1997, a CEI tinha como objetivo investigar e apresentar um Relatório sobre os fatos narrados no Requerimento nº 4.889/97, de autoria do vereador Djalma Araújo, aprovado por unanimidade, que denunciava a prostituição, o abuso e a exploração sexual de crianças e de adolescentes no Município de Goiânia. Ainda identificar,

Os dados e informações aqui trabalhados foram obtidos de três fontes: depoimentos contidos no relatório do Inquérito Civil Público/96<sup>15</sup> do Ministério Público-GO; imprensa escrita (jornais semanais e diários) colhidos no período de janeiro/96 a setembro/97<sup>16</sup>; e depoimentos contidos na Comissão de Inquérito da Câmara Municipal e Goiânia.

Pretende-se, a partir dos discursos dos atores direta e indiretamente envolvidos, melhor compreender o fenômeno da exploração sexual e buscar explicitar o perfil dos adolescentes explorados sexualmente, a sua faixa etária, escolaridade, moradia, organização familiar, os 'ganhos', as modalidades, os locais de ocorrência e a sociabilidade, entre outros. Ao mesmo tempo pretende-se mapear algumas das formas de organização da rede que explora sexualmente crianças e adolescentes e dos principais fatores que levam à sua ocorrência no município de Goiânia e nas cidades do seu entorno.

O estudo se desenvolveu através de Roteiros de Coleta de Dados (anexos) do material da CEI, que se encontram gravados em fitas de vídeo (num total de 20 fitas). Os roteiros foram elaborados visando às especificidades de cada grupo de depoentes (adolescentes, familiares e suspeitos de aliciamento). Após, fez-se um pré-teste (com 04 depoimentos) para checar os instrumentos elaborados e proceder-se às correções e ajustes necessários.

Com os roteiros de coleta de dados devidamente testados, foi realizada, no período de abril a maio/99, a coleta dos dados contidos nos depoimentos gravados em fitas de vídeo. Em seguida, foram definidas as categorias de análise (idade, sexo, escolarização, moradia, socialização, ganhos com a prostituição, envolvimento com drogas legais e ilegais, sexualidade, impunidade de abusadores e aliciadores, fatores responsáveis pelo envolvimento com a exploração sexual comercial e expectativas quanto ao futuro, entre outras). No decorrer das análises, cruzaram-se os dados e algumas categorias significativas que apareceram nos depoimentos dos diversos atores envolvidos no estudo.

---

compreender e diagnosticar a dimensão do fenômeno da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no município de Goiânia. O Relatório foi oficialmente divulgado em outubro de 1998.

<sup>15</sup> Instaurado pela Portaria Nº 007 de 15 de setembro de 1996, do Ministério Público do Estado de Goiás, “para apurar denúncias de exploração infanto-juvenil voltada para a prostituição nesta capital [Goiânia].” (p.03)

<sup>16</sup> Seria bastante elucidativa a realização de estudos que verifiquem o impacto do lançamento da Campanha pelo Fim da Violência, Exploração e Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes em Goiás, em novembro de 1995, na quantidade e qualidade das notícias sobre prostituição infanto-juvenil no Estado. Entretanto, trabalhamos com o pressuposto de que a Campanha conduzida pelo Fórum Goiano fez crescer o interesse pelo tema.



Vários termos e conceitos vêm sendo utilizados pela literatura acadêmica e científica, bem como pelas organizações de defesa e de atendimento de crianças e adolescentes vitimizados, para definir e explicar o fenômeno em estudo. Na literatura pesquisada, foram encontrados: violência sexual, abuso sexual intra e extra-familiar, prostituição infanto-juvenil, prostituição infantil e juvenil, exploração sexual, exploração sexual comercial, turismo sexual, pornografia, "meninas" prostituídas, adolescentes prostituídas e tráfico entre outros. Este quadro pode explicitar uma situação, mesmo que de imprecisão conceitual, de complexidade do tema e a incipiência das pesquisas e estudos sobre o assunto.<sup>17</sup>

Alguns pesquisadores definem a violência sexual praticada contra a criança e o adolescente como uma violência contra os direitos humanos fundamentais. Entre eles, está Saffioti (1995), que diz: *"...prefiro trabalhar com a noção de direitos humanos, que, pelo menos, varia por subestruturas, de classe para classe, de raça para raça, de gênero para gênero (...). Parece que o conceito de violência não encontra um lugar ontológico, por isso é impossível definir violência, enquanto os direitos humanos encontram esse lugar (...)"* (p.19). Para Leal (1997) *"... o conceito sobre violência sexual requer análise de categorias objetivamente histórica, normativa e ética. Assim, violência sexual se define como violação de direitos provocados no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente."*(p.12).

O conceito de violência sexual tem sido adotado para definir de forma mais abrangente e ampla o fenômeno e *"este deve ser compreendido nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e jurídicos. A violência sexual pode ocorrer no ambiente intrafamiliar, quando há relação de parentesco entre a vítima e agressor e extrafamiliar, quando não há uma relação de convivência familiar entre agressor e vítima."* (Cecilia, 1999)

Pode ser definida, segundo Faleiros (2000), como uma relação de poder, assimétrica, desigual, autoritária, que nega direito. Sua gravidade está relacionada com o grau de intimidade, as relações estabelecidas (de afeto, de autoridade, de proteção, de responsabilidade, etc), e tem um caráter sexual.

Ainda Faleiros (2000) define a violência sexual como uma proposta que:

---

<sup>17</sup> Sousa (2001) faz uma análise da produção bibliográfica brasileira sobre prostituição infantil e juvenil na décadas de 80 e 90.

"...deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas.(p.19)

Concordando com Sousa e Morais (1997), a violência sexual contra crianças/adolescentes *"é tão somente uma face - talvez a mais perversa - da violência, que de uma forma geral, se alastra pelas sociedades contemporâneas.* (p. 04), e deve ser compreendida a partir das especificidades de uma dada sociedade e cultura.<sup>18</sup>.

Outro conceito ainda bastante utilizado é o de *abuso sexual* que, segundo Vaz (1997), pode ser definido como uma relação que se:

"...constitui ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou adolescente, com a intenção de estimular-se ou satisfazer-se sexualmente, com ou sem consentimento da vítima, impondo pela força física ou ameaça nas classes de baixa renda e pela sedução nas demais classes, podendo variar desde a ausência de contato sexual (voyeurismo) até atos sexuais com ou sem penetração." (p.17)<sup>19</sup>

Para Faleiros (2000), todas as formas de violência sexual podem ser consideradas abusivas e violentas. Ela entende que é uma situação em que o adulto ultrapassa os limites, seja de *"...direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer."* (p. 20)

A literatura pesquisada normalmente trata como sinônimos os conceitos de violência sexual e abuso sexual, que também podem ser intrafamiliar (relação de parentesco, afinidade, proteção) ou extrafamiliar (sem vínculo afetivo-emocional nem tampouco relações de parentesco ou responsabilidade).

Ainda, outro conceito que vem sendo bastante utilizado é o de exploração sexual como expressão da violência sexual. Além, evidentemente, do caráter sexual, e de ser explicitado pelos eixos fundamentais (classe social, gênero, etnia e relação adultocêntrica), nele está presente o *"...caráter de dominação na relação que se estabelece entre explorado e explorador."* (Cecria, 1999)

<sup>18</sup> Ver ainda sobre violência sexual: Azevedo & Guerra (1989); Bandeira (1995) e Saffioti (1997).

<sup>19</sup> Sobre abuso sexual, ver mais em Furniss (1993) e Azevedo & Guerra (1995).

A exploração sexual pode ter também conotação comercial e, dessa forma, é definida por Araújo (1996) como “... a troca por dinheiro ou favores, freqüentemente entre o cliente, o intermediário e o agente e outros que se beneficiam da compra e venda de crianças como mercadorias (...)” (p. 250)

Faleiros (2000) define a exploração sexual comercial como uma atividade essencialmente econômica, relações de caráter comercial, mercantil e naturalmente sexual. Nessa perspectiva, Faleiros (2000) comenta:

"O estudo do conceito de exploração no contexto do sistema capitalista, da sociedade de consumo e do mercado do sexo permite clarificar a natureza da exploração sexual comercial. (p. 36)

A exploração sexual comercial, portanto, se define como uma forma de violência sexual contra crianças e adolescentes, que se expressa pelo uso do corpo numa relação de poder mercantilizada e sexualizada, que beneficia alguém (na maioria dos casos um adulto), visa à obtenção tanto de lucro quanto de prazer por pessoas maiores. Portanto, diferente do ponto de vista geracional.

Araújo (1996) complementa que a exploração sexual comercial se apresenta de três formas: “...prostituição infantil, pornografia<sup>20</sup> e tráfico de crianças<sup>21</sup> entre países ou dentro de um mesmo país para propósitos sexuais.” (p.250); Paiva (1996) a considera como uma questão histórica e antiga na humanidade, que envolve “o comércio do sexo, e neste incluem-se o turismo sexual,<sup>22</sup> a pornografia e a prostituição infantil.”

Utiliza-se, correntemente, para o mesmo fenômeno, os termos prostituição infanto-juvenil e exploração sexual. São conceitos intercambiáveis em certo sentido, mas, no entendimento deste estudo, ainda que a prostituição infantil seja “...uma forma de exploração sexual comercial” (Cecria, 1999: 24), ela não garante uma radicalidade que o conceito possibilita na compreensão e análise, especialmente, do que acontece na Região Metropolitana de Goiânia.

<sup>20</sup> Definida como: " todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual." Ou, segundo a Interpol a "representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e nas partes genitais da criança." (Cecria, 1999) (sic)

<sup>21</sup> "É a promoção da saída ou entrada de meninos, meninas/adolescentes do Território Nacional para fins de prostituição." Inclui-se aqui também o tráfico doméstico, dentro do próprio país, com a finalidade sexual.

<sup>22</sup> Define-se como: "a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia..." É uma modalidade de turismo vinculado ao sexo.

Faleiros (2000), falando da utilização do conceito prostituição infanto-juvenil no início da década de 90, diz:

"Não se havia ainda aprofundado os estudos do fenômeno enquanto mercado, exploração, e muito menos como produção industrial pornográfica. O incremento do turismo sexual e o desenvolvimento de todo seu mercado (inclusive o tráfico de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino)..." (p. 32)

Não será utilizado, neste estudo, o termo prostituição infantil e juvenil, pelas restrições explicitadas por Sousa (2001) e, fundamentalmente, por passar uma idéia de que a criança, e especialmente a adolescente, têm alguma autonomia para decidir se querem ou não se prostituir, que são sujeitos de uma relação crivada pela "dominação-exploração", seja de classe, de gênero, comercial ou sexual. Como se pudessem decidir livremente, sem outras injunções, sem o caráter de violência, aqui inclusive sexual, o seu destino. A adolescente é assim considerada porque está numa fase de transição, de mudanças, de amadurecimento físico-emocional e sexual. Portanto, deve ser, na nossa cultura, protegida e acompanhada no seu desenvolvimento e, a rigor, não está preparada para a expressão da sexualidade em todo o seu potencial. Por isso não pode-se aproximar, indevidamente, da leitura que se faz da prostituição adulta.<sup>23</sup>

A utilização do termo prostituição infanto-juvenil<sup>24</sup> é impreciso e "...oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado, desviando o enfoque e dando uma idéia de consentimento informado. Isto coloca as meninas, meninos e os adolescentes em situação de infratores em lugar de vítimas. (Cecria, 1999: 21-2)

Mesmo entendendo que os conceitos "*designam aspectos específicos e complementares do mesmo fenômeno e por isso mesmo são inadequados para designar o fenômeno em sua totalidade ou abrangência*" (Sousa e Moraes, 1997: 5), adotar-se-á o conceito de exploração sexual comercial, como uma das faces da violência sexual, pois

<sup>23</sup> Este texto utiliza também o termo prostituída por entender que a adolescente, mesmo sendo sujeito de direitos, é um ser em desenvolvimento, e a relação que é com ela estabelecida é de exploração e de dominação, sendo considerada, portanto, um objeto para a realização do prazer e do lucro de um adulto. As condições profundamente desfavoráveis de vida e de sobrevivência (questão conjuntural) limitam as possibilidades de escolhas com autonomia e liberdade. (Vaz, 1997; Cecria, 1999 e Faleiros, 2000)

<sup>24</sup> O movimento social que, articula o enfrentamento da questão, vem utilizando desde a aprovação do Plano Nacional (junho/2000, em Natal-RN) o conceitos de violência sexual e os de exploração sexual comercial e de abuso sexual (intra e/ou extra-familiar).

possibilita um diálogo de forma mais efetiva com os dados colhidos nos depoimentos da CEI.

O presente estudo trata da violência sexual como um fenômeno social recorrente na história da maioria das sociedades e, em especial, no caso do Brasil, vez que já era encontrada no período colonial.

Freyre (1997), falando sobre a exploração sexual no período colonial, diz:

“Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses, com uma fome doida de mulher. (...) Mas o grosso da prostituição, formaram-no as negras exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras – às vezes meninas de dez anos – que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro (...).” (p. 449-50)

Nessa mesma direção, Chiavenato (1987) afirma que

“As negras ganhadeiras tinham talvez pior destino. De crianças, aos 15 e 16 anos, eram dedicadas à prostituição. Não raro eram as sinhazinhas respeitáveis que enviavam essas meninas às ruas para prostituírem-se, cobrindo-as de jóias para melhor impressionar a clientela<sup>25</sup>.” (p. 138)

Vaz (1994, 1995 e 1997), Dimenstein (1994), Saffioti (1995,1997), Gomes (1996), Sena (1996), e Sousa e Morais (1997) revelam que a exploração sexual comercial é um fenômeno presente atualmente no Brasil.

Mesmo não se constituindo em estudos de caráter científico as Comissões Parlamentares de Inquéritos (Câmara Federal, Distrito Federal, Fortaleza, além de outras capitais) são indicativas da existência da exploração sexual comercial de adolescentes, de uma realidade que não pode mais ser negada, ainda que existam muitas dúvidas quanto ao número de crianças e adolescentes que atualmente sobrevivem da prostituição no Brasil.

A violência sexual, segundo Saffioti (1995), Gomes (1996) e Sousa e Morais (1997), é um fenômeno multifacetado, pois são vários os fatores que contribuem para sua manifestação.

---

<sup>25</sup> Negras escravas adultas, jovens e muitas vezes adolescentes, que eram forçadas a se prostituir para aumentar a renda familiar dos seus donos. (Chiavenato, 1987)

Para Azevedo e Guerra (1989 e 1993), Silva (1992), Bandeira (1995), Vaz (1995 e 1997) e (Araújo, 1997), é impossível compreender a exploração sexual no Brasil, como em outras culturas, sem recorrer às análises que a situam no campo da violência que é comumente perpetrada contra a mulher, contra a criança e o adolescente, contra o negro e que atinge, numa proporção maior, aqueles segmentos oriundos das camadas mais baixas da população.

Para Almeida (1995), Dimenstein (1995), Vaz (1997), a mídia brasileira cumpre às vezes um papel perverso na construção do imaginário social sobre a criança e o adolescente, na formação de opinião e, em especial, na fomentação do desejo de consumir e está crivada de preconceitos, seja contra a mulher, a criança, o negro, ou as minorias de forma geral. No entanto, para os autores citados, os meios de comunicação refletem o que já está presente na sociedade. E o que é pior, conforme argumenta Andrade (1997), a mídia apresenta uma retórica que é também violenta em relação às crianças e aos adolescentes prostituídos, na medida em que associa, em muitos casos, a exploração sexual com a pobreza e a miséria, a violência com as condições sócio-econômicas, culpando-os pelo ingresso e a permanência nesta situação.

Outro fator que tem sido muito discutido e que vem contribuindo para a perpetuação da exploração sexual comercial de adolescentes no Brasil é a morosidade, a lentidão da justiça (legislação arcaica, ultrapassada, haja vista que o Código Penal é de 1940, com ritualidade exagerada dos procedimentos) que fazem com que os crimes sexuais (e aqui a exploração sexual<sup>26</sup> de crianças e adolescentes se insere) fiquem impunes (Veronesi, 1995 e Oliveira, 1997). O sistema legal não tem sido acionado para punir tanto aqueles que buscam o sexo com crianças e adolescentes (pedófilos) como aqueles que o exploram comercialmente (agenciadores, aliciadores e cafetinas), garantidos pelo “*Pacto do Silêncio*” (Guerra & Azevedo, 1989) ou ainda, como diz Saffioti (1995), *pela “conspiração do silêncio”*, que contribui para a normalização e a banalização de mais uma violência cometida contra uma parcela significativa de crianças e de adolescentes.

Talvez contribuam para desvendar o fenômeno da exploração sexual comercial estudos que discutem os elementos que estão presentes na prostituição adulta (Rossiaud, 1991 e Gomes, 1996), a questão da sexualidade humana (a divisão sexual dos papéis), as pesquisas de Engel (1989), Rago (1991), Silva (1992), Gaspar (1994) e Saffioti

---

<sup>26</sup> A prostituição adulta (Código Penal) e a infanto-juvenil (Código Penal e ECA) não constituem crimes, mas, sim, a exploração da prostituição. Sobre as penalidades previstas para quem explora a prostituição, ver o Código Penal Artigos 228, 229, 230 e 231.

(1997); os estudos que aprofundam a discussão sobre a construção da sexualidade da criança e do adolescente; o papel da família nesse processo, sua organização histórica, suas funções, os modelos presentes dentro do tecido social, bem como a sua importância na atualidade. (Poster, 1979; Bacelar, 1982; Samara, 1987; Da Matta, 1987; Lavinias, 1992; Arrazola, 1997 e Freyre, 1997).

As relações de poder estabelecidas entre um adulto e uma criança/adolescente, relações adultocêntricas, também são consideradas, no presente estudo, como fator importante na recorrência histórica da violência sexual na cultura ocidental (Ariés, 1981) e na sociedade brasileira (Rizzini, 1997 e Priore, 2000).

Outra categoria explicativa importante à ser levada em consideração na discussão sobre a exploração sexual comercial é a categoria *trabalho*. Entende-se que a categoria trabalho é relevante na medida em que é a partir dele que o homem se insere no mundo. É indispensável à sua existência que é seu resultado (Resende 1987). É a partir das ações, da inserção no mundo do trabalho que as outras esferas da vida ganham existência (Antunes, 1995).

Para a realização deste estudo, adota-se o entendimento de que a exploração sexual comercial é a mercantilização do sexo (Vaz, 1994)<sup>27</sup>. É a troca de serviços sexuais, seja por dinheiro, por mercadoria, por presentes ou por alimentação. É uma relação estabelecida entre uma pessoa (criança ou adolescente<sup>28</sup>) que tem um corpo valorizado e desejado sexualmente por outra pessoa, no geral maior de idade, que tem dinheiro e determinado poder na sociedade, no mínimo, pela sua condição de adulto.

Se a ocorrência do fenômeno da exploração sexual guarda uma relação com a busca da sobrevivência, com as condições materiais de existência, a compreensão do trabalho e da forma como este se dá se torna duplamente importante: primeiro porque, para aquelas que se utilizam da venda do corpo (mercadoria) como uma possibilidade (para muitas talvez única) de gerar rendas, essa relação mercantilista se dá; segundo, pelo contexto da sociedade capitalista em processo permanente de transformações, em que as oportunidades de trabalho não são as mesmas e nem as suas possibilidades, decorrentes da formação, da capacitação e, fundamentalmente, das transformações na sociedade do

---

<sup>27</sup> Marlene Vaz (1997) utiliza um conceito emocional para definir a exploração sexual. Para ela a criança e o adolescente “*não se afastam nem divergem da norma; são afastadas, são divergidas. Assim, não são prostitutas, foram prostituídas.* (p.19) na medida que emocional-intelectual-física-sexualmente não estão estruturados para fazer uma opção. Esse conceito se contrapõe ao conceito intelectual que define a prostituição adulta como ‘desvio’, como ‘comportamento desviante’.

trabalho (Harvey, 1993; Antunes, 1995; Hirata, 1997; Teixeira, 1997; Frigotto, 1998; Gentili, 1998 e Trigo, 1998).

Como fenômeno de rara complexidade, o trabalho infantil também se relaciona com a questão geral do trabalho, mas devem-se considerar algumas especificidades a começar pelo conceito que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), define trabalho infantil como "*aquele executado por criança menor de quinze anos, com o objetivo de prover o seu sustento e/ou de sua família.*" Outra questão importante a ser considerada é que, talvez os mesmos fatores que estejam excluindo os trabalhadores adultos do mundo do trabalho, estejam também levando crianças e adolescentes a se inserirem precocemente nele.

"A incorporação de crianças no trabalho, no Brasil, dá-se por uma conjunção de fatores: modelo socio-econômico que não privilegia a igualdade e a equidade social, obrigando famílias a colocarem seus filhos no mercado de trabalho..." (Pereira, 1998: 06)

Pereira (1998: 06) relaciona a ocorrência do trabalho infantil com "a precarização das relações de trabalho ou de mão-de-obra flexível; a incipiente formação escolar e profissional da população economicamente ativa..."

Reforçando essa tese, Marques (1998) fala da expansão do trabalho infantil<sup>29</sup> no Brasil e no resto do mundo como parte do processo de flexibilização do mercado, de globalização da economia, desemprego, precarização do trabalho e fim do Estado do bem-estar social. Para Harvey (1993), a crise de 1973-75 do capitalismo mundial tem retirado gradualmente o apoio a essa concepção de Estado.

Na lógica do livre mercado (do ponto de vista econômico) e pelas teses neoliberais (do ponto de vista político), inaugura-se o período do Estado mínimo, desregulamentado e com setores vitais privatizados. O Estado mínimo tem significado "desmantelamento dos sistemas de proteção social" (Machado, 1998:16) e a "minimização da esfera pública e, portanto, do atrofiamiento dos direitos sociais" (Frigotto, 1998:41).

Evidentemente, não se considera que a exploração sexual comercial seja uma atividade concebida como trabalho na concepção que este estudo define, mas situa-a

---

<sup>28</sup> Consideramos, neste estudo, criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquele que tem entre doze e dezoito anos de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 2.

<sup>29</sup> Ver mais sobre conceituação, características e causas do trabalho infantil no texto de Santos (1995): Trabalho Infantil no Brasil: um estudo das estratégias e políticas para sua eliminação, São Paulo (Mimeo)



no campo das "estratégias consideradas marginais de sobrevivência" (Pereira, 1998), porque, em última análise, compartilha o entendimento com Franco (1998) de que

"... a crise generalizada de meios materiais, morais e culturais de sobrevivência das populações de baixa renda tem levado crianças e adolescentes ao trabalho precoce e à aceitação de **condições perversas de remuneração** e trabalho em detrimento de sua educação básica e de seu direito à infância." (p. 3) (Grifo nosso)

Situação que se agrava com o desmantelamento e com a privatização do Estado quanto aos serviços e ações destinados às camadas menos favorecidas, na qual se enquadram as crianças e adolescentes prostituídos e que tem dificultado sobremaneira uma maior visibilidade do fenômeno e a efetivação de uma rede de atendimento e acompanhamento dos casos denunciados.

No Brasil, além dos estudos já mencionados, outras pesquisas foram desenvolvidas na tentativa de compreender a exploração sexual a partir dos discursos e das representações das próprias adolescentes: do Rio de Janeiro (Castro, 1987 e Childhope, 1988), de Recife (Vasconcelos, 1991), de Santos (1993), de Salvador e Aracaju (Vaz, 1994), Gomes (1996), e, em especial, o estudo de Sousa (2001), que faz uma análise sobre os discursos dos depoentes da CPI da Câmara Federal.

Entende-se a exploração sexual comercial como uma questão que deve ser capturada na sua essência e desvelada nos seus diversos sentidos; como ela é vista e relatada pelos atores envolvidos na trama (crianças e adolescentes, agenciadores, aliciadores, promotores, juizes, técnicos de programas de atendimento, clientes entre outros). São vários os sentidos e discursos que podem ser construídos ou que estão em construção no interior da sociedade brasileira e, em particular, na Região Metropolitana de Goiânia sobre o tema analisado.

Foi nessa perspectiva que se desenvolveu este estudo sobre a *Exploração Sexual Comercial de Adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia* e sua exposição está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, discute-se a violência sexual contra adolescentes numa perspectiva histórica. Levam-se em consideração, na discussão, alguns fatores que historicamente vêm contribuindo para a sua ocorrência no Brasil contemporâneo, de acordo com Guerra & Azevedo (1989, 1993 e 1995), Saffioti, (1995 e 1997), Dimenstein (1994 e 1995), Gomes (1996), Leal (1995), Roure (1996) e Costa (1997).

No segundo capítulo, situa-se, de forma geral, a questão da exploração sexual comercial no Estado de Goiás, a partir de informações contidas no relatório do Inquérito Civil Público/96<sup>30</sup> e de reportagens veiculadas na imprensa (jornais semanais e diários), colhidas no período de janeiro/96 e setembro/97, dando ênfase especial a Goiânia, Capital do Estado.

No terceiro capítulo, são realizadas as análises dos dados coletados nos depoimentos da CEI, das adolescentes, dos familiares e dos suspeitos de aliciamento, tendo como referencial alguns fatores que, no entendimento deste estudo, vêm contribuindo para a perpetuação da exploração sexual comercial na Região Metropolitana de Goiânia: classes sociais, trabalho e geração de renda, família, gênero, relações adulto-crianças/adolescentes, drogas e impunidade.

Por fim, tecem-se algumas considerações finais sobre o fenômeno da exploração sexual comercial na Região Metropolitana de Goiânia.

---

<sup>30</sup> Instaurado pela Portaria nº 007 de 15 de setembro de 1996, do Ministério Público do Estado de Goiás, "para apurar denúncias de exploração infanto-juvenil voltada para a prostituição nesta capital [Goiânia]." (p.03)

## **1 - Da Senzala à Internet: a Violência Sexual Contra Adolescentes**

A exploração sexual comercial de adolescentes é um fenômeno recorrente na história do Brasil, desde o período colonial ao período contemporâneo. A par das diferenças de formas, o conteúdo de exploração sexual comercial tem sido sempre de violência sexual.

Discutir a exploração sexual comercial é uma tarefa extremamente difícil, dada a complexidade de um fenômeno social que perpassa praticamente toda a história da humanidade na sua universalidade até encontrar suas formas particulares de manifestação na sociedade brasileira.

No caso do Brasil especificamente, os estudos sobre o fenômeno estão apenas começando e, como afirma Sousa e Morais (1997):

“...é preciso construir um modelo metodológico que possibilite uma padronização nacional, pois só assim será possível avançar os estudos (inclusive a apresentação de estatísticas confiáveis) e a compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e da prostituição infanto-juvenil.” (p. 2,3)

Se, por um lado, o envolvimento com a exploração sexual comercial pode ser, entre outros fatores, para milhares de crianças e adolescentes, decorrente das condições

sócio-econômicas e culturais de existência, por outro está relacionada com um dos comércios que mais crescem no mundo. É considerado atualmente o terceiro comércio mundial ilegal em termos de lucratividade, ficando atrás tão-somente do comércio de armas e do narcotráfico (Araújo, 1996).

A comercialização do corpo de crianças e adolescentes para fins sexuais movimentam bilhões de dólares anualmente e se estende como uma rede que interliga praticamente todos os países e continentes.

“Transformou-se num fenômeno universal, que conecta até as menores cidades aos maiores centros urbanos.(...) As estimativas atuais indicam que a exploração sexual comercial de crianças é uma indústria rentável que movimentam US\$ 5 bilhões e que opera virtualmente em todos os países do mundo.” (Araújo, 1996: 255,256)

A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes normalmente é coordenada por redes com níveis diferenciados de organização e, em muitos casos, conta com a conivência da maioria dos governantes em todos os continentes do mundo. As redes organizadas de exploração não são reprimidas e ainda se utilizam da ingenuidade, da aceitação ou mesmo da participação deliberada de muitos familiares que comercializam as filhas. Essa rede se fortalece em função da existência de pedófilos, de pessoas que, no mundo todo, buscam o prazer na realização do sexo com crianças.

Sobre a participação do adulto na exploração sexual de crianças e adolescentes, Saffioti (1995) afirma que:

“É claro que, como o adulto exerce um poder muito grande sobre a criança, a criança está na mão do adulto, não existe prostituição infantil sem que haja um adulto responsável.(...) a prostituição infantil é um problema dos adultos e não da criança.” (p.18,19)

Como alternativa de vida e sobrevivência, muitas adolescentes são levadas, quando não são vendidas, a vender o próprio corpo, trocá-lo por comida ou bens de consumo. Corpo que tem um valor comercial enquanto mercadoria.

A precocidade leva ao desenvolvimento comprometido da sexualidade infantil, à profunda cisão entre corpo e desejo, entre amor e sexo. Corpo que é

constantemente violado pelos adultos e seus desejos doentios. Adultos dispostos a comprá-lo ou alugá-lo por algumas horas de prazer. Para a criança ou adolescente, seu corpo mata sua fome, mas é desrespeitado constantemente e explorado a cada dia. Ajuda a matar a fome, mas também a sua infância - período muito significativo. Falar em exploração sexual é falar, portanto, em perda da infância, perda irreversível de uma das fases mais importantes do ser humano (Barroso & Bruschini, 1979 e Sousa, 1996).

“Em relação à prostituição infantil feminina, vista como uma das violações ao direito da criança, situo esta temática no campo da violência, entendendo-a como um desdobramento ou como o entrecruzamento de diferentes formas de violência.” (Gomes, 1996: 119)

Segundo Gomes (1996), a exploração sexual se coloca no campo das violências de gênero que são cometidas permanentemente. As crianças adolescentes estão à mercê dos adultos e se submetem normalmente às suas vontades. Adultos que, no lugar de serem protetores, são exploradores, tanto comercial quanto sexualmente.

A socióloga Maria Luíza Lamarão (Kessuani, 1989), da República do Pequeno Trabalhador de Belém do Pará, fala sobre as crianças que vão para as ruas, em princípio para pequenas atividades no mercado informal, e que passam a alugar o próprio corpo: “Quando digo que não há prostituição, mas exploração sexual, é porque vejo, de um lado, o homem com dinheiro e, de outro, a menina cheia de necessidades, especialmente a fome dela e da família<sup>31</sup>.” (p. 16)

A exploração sexual comercial fere os direitos humanos fundamentais, direitos que não estão sendo respeitados e garantidos. A exploração sexual se coloca no campo da negação de um direito inalienável: o da soberania e autonomia sobre a vida e sobre o próprio corpo, que deve ser, acima de qualquer fato, protegido para o pleno desenvolvimento. E a sexualidade, enquanto atividade sexual, deve ser exercida de forma igualitária e simétrica, como uma livre opção e não como um mercadoria valorizada pelas injunções econômico-sociais.

Assim como a prostituição adulta<sup>32</sup>, a exploração sexual comercial de adolescentes não é um fenômeno novo e recente na história da humanidade. Na

---

<sup>32</sup> Ver em Kessuani (1989).

<sup>32</sup> Este texto não trabalha comparando os dois fenômenos (prostituição adulta e exploração sexual comercial de adolescentes), em termos de fatores responsáveis, história, permanência e conseqüências para os envolvidos, entre outros, mas com o dado que são dois fenômenos distintos que, em muitos momentos, se

antigüidade, as adolescentes, filhas dos grupos derrotados nas guerras ou as que eram feitas escravas sexuais, tinham um terrível fim. Sobre a Roma antiga dos imperadores, Corbett (1988) revela:

“Em Roma era comum que mulheres, ainda que bem jovens, fossem enviadas para a prostituição como punição por crimes.(...) Quando aparecia um comprador e se acertava a barganha, a infeliz menina, muitas vezes mera criança, era entregue à sua brutalidade...” (p. 48, 49)

E ainda Rossiaud (1991), falando sobre a França do século XV e dos motivos que levavam muitas mulheres à prostituição, diz:

“Em quase todos os casos, a prostituição começará por volta dos 17 anos, mas um terço delas tinha tido que se vender antes dos 15 anos. A metade tinha sido submetida mediante violência (27% eram vítimas de violações públicas) e cerca de uma quarta parte tinha sido prostituída pelas suas famílias ou arrastada à prostituição pelo caráter repulsivo do ambiente familiar. Somente 15% das mulheres parecem ter vendido o corpo por iniciativa própria e sem qualquer coerção.” (p. 41)

A exploração sexual não era comum apenas na Roma antiga ou na França da Idade Média. Chiavenato (1987) e Freyre (1997) analisam a situação e a presença do negro no Brasil do período escravocrata/colonial e relatam que a maioria das meninas negras escravas sofriam violência sexual de seus senhores e muitas eram obrigadas a se prostituírem.

Portanto, o Brasil escravagista comprava, vendia, abusava ou prostituía meninas negras, escravas ‘ganhadeiras’, inclusive com o aval da constituição de 1824, que garantia os direitos absolutos dos senhores sobre os corpos e a vida dos escravos.

A exploração sexual comercial de adolescentes no Brasil é um fenômeno, portanto, que vem de longe e não está circunscrito a alguns territórios e espaços. Tampouco diz respeito só ao passado. Recentemente, a Comissão Parlamentar de Inquérito

---

interrelacionam. Para uma melhor compreensão do fenômeno da prostituição adulta ver: Rago (1981 e 1991); Ariante (1989); Engel (1989); Feldman (1989); Corbett (1990); Rossiaud (1991); e, Gaspar (1994) entre outros.

(CPI) da Câmara Federal, instaurada em 1993 para apurar denúncias sobre prostituição infanto-juvenil no Brasil, em seu relatório final, além de revelar a quantidade de crianças e adolescentes prostituídos, informou também que a maioria está na faixa etária de 9 a 17 anos. Os números, e especialmente as denúncias, colocam o Brasil num lugar preocupante no mundo da exploração sexual comercial de adolescentes, só perdendo para a Tailândia<sup>33</sup>.

Tomando o tema em seu desenvolvimento, é necessário compreender que o "processo" social tem implicado novas formas de apresentação de um mesmo conteúdo de exploração sexual da infância. A pornografia infantil e juvenil deve ser apreendida nesse contexto de exploração.

“A pornografia pode ser considerada parte integrante do turismo sexual e, conseqüentemente, da exploração sexual.” (Paiva e Pereira, 1996: 233)

Mesmo entendendo a pornografia<sup>34</sup> como uma das facetas da exploração sexual, e que vem crescendo sobremaneira em decorrência da implementação do turismo sexual<sup>35</sup>, ela vem ganhando um espaço próprio, haja vista a quantidade de pessoas e empresas envolvidas na sua produção e distribuição, fazendo circular bilhões de dólares anualmente na sua comercialização. Pornografia infantil e juvenil é assim definida:

“...qualquer material visual ou audiovisual que mostre uma criança num contexto sexual; imagens de uma criança sendo sexualmente abusada por um adulto; gravura ou desenho de criança envolvida em conduta sexual explícita, real ou estimulada, ou exibição de genitais.” (Araújo, 1996: 251)

A pornografia infantil e juvenil através de revistas, de ilustrações, de vídeos, de gibis ou mesmo 'books' (catálogo com fotos de garotas) tem sido um instrumento

<sup>33</sup> País da Ásia em que, segundo dados do UNICEF (1997) e End Child Prostitution in Asia Tourism (ECPAT-Itália), existem 800 mil crianças e adolescentes se prostituindo.

<sup>34</sup> A palavra pornografia provém do grego *pornógraphos*, que significa literalmente “escrito sobre prostituição.” (Morães e Lapeis, 1985: 7).

<sup>35</sup> “...através do qual viajantes provenientes dos países ricos, principalmente homens, mas não exclusivamente, viajam para lugares como o Brasil, a República Dominicana, a Tailândia e outras localidades, em busca de sexo com crianças.” (UNICEF, 1997:36). As cidades do litoral brasileiro, especialmente Recife, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, recebem um grande fluxo de turistas sexuais. Esse fenômeno é apontado como um dos responsáveis pelo crescimento da prostituição infanto-juvenil no Brasil (Araújo, 1996). A pesquisa realizada pelo IBISS (1997) sobre a prostituição infanto-juvenil em Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste) localizou a existência do sexo-turismo em cidades próximas do Pantanal.

importante para vender a imagem sexualizada/erotizada da criança e do adolescente. Constitui uma atividade de grande lucratividade e de difícil caracterização de responsabilidade. Garante um anonimato maior para as pessoas envolvidas na sua produção, divulgação e comercialização.

O crescimento do acesso à informática pelas pessoas, empresas e instituições tem possibilitado o surgimento de novas formas de divulgar e até comercializar crianças e adolescentes no lucrativo mercado sexual mundial.

“Mesclando-se a situação econômica influenciando o cultural, temos o crescente avanço da *indústria pornográfica* e uma valorização, pelos *meios de comunicação*, do NOVO, das ninfetas (...) Agregue-se que há uma questão culturalmente arraigada na região Norte e grande parte do *Centro-Oeste*, de união entre meninas e homens bem mais velhos.”( grifo nosso) (Küchler, s.d. p.3)

Nessa direção, o surgimento da *Internet*<sup>36</sup> tem apressado a quebra de fronteiras geográficas, físicas, culturais e sociais. Está unindo, em salas virtuais, salas de bate-papo, pessoas que não têm "sexo", "idade", "cor", "história". Não existem na realidade, pois são frutos da imaginação. Ou, seria melhor dizer, as pessoas são na *Internet* o que elas realmente gostariam de ser: seres virtuais.

Para muitos, as transformações que a *Internet* está promovendo no mundo das comunicações e das relações humanas não têm paralelo na história da humanidade:

“Estamos presenciando um momento sem igual entre todas as transformações e mudanças ocorridas neste século em todo o mundo. A maior característica deste processo transformador é que pela primeira vez criou-se um mecanismo onde o cidadão, aquele indivíduo anônimo, passou a ter um canal não controlado para se pronunciar.” (Sanz, 1998::30)

---

<sup>36</sup> Rede Mundial de computadores que possibilita a comunicação entre diversas máquinas, em alta velocidade (backbones, canais), possibilitada pela utilização de uma linha telefônica comum, via modem, um provedor (empresa que se liga por intermédio de uma linha dedicada a um backbone) e a Internet. Foi criada, em princípio, para fins militares, durante o período da guerra fria, por um órgão de defesa americano (ARPANET), para garantir que a comunicação não fosse interrompida em hipótese alguma. A partir dessa tecnologia, foi criada a rede aberta (Internet), para atender a instituições de pesquisa e educacionais, organizações governamentais e outras mais, estendendo-se para todas as pessoas interessadas em navegar. (Pedreira e Campos, 1997)



Ainda, “a Internet opera hoje uma das maiores revoluções, senão a maior, da história da civilização humana.” (Stelling, 1998:29)

Para muitos, a Internet sem nacionalidade e limites geográficos tem provocado uma revolução de caráter democrático, que garante aos seus usuários os mesmos direitos e oportunidades. Parecem cair as barreiras geo-político-econômicas entre os países. Todo e qualquer cidadão parece poder ter acesso, segundo seus defensores, aos serviços e informações que estão colocados na rede. Não poderia existir uma figura mais oportuna para definir a Internet do que a de Rede: não existe início nem fim. Cada um se liga no todo, que se liga a cada um em particular. Uma teia de comunicações e sentidos diferentes são permutados em grande velocidade.

É mais uma opção que se abre no lucrativo comércio do sexo. Assim como para as garotas de programas os classificados de jornais o telefone se constitui num importante instrumento de trabalho, para quem anuncia na *Internet* o computador é igualmente importante.

Na *Internet*, espaço da prostituição se confunde com espaço empresarial, comercial, familiar, religioso e acadêmico. Todos podem conviver no mesmo provedor. A *Internet* é um espaço higiênico e, por excelência, impessoal. Se rolar um programa, ótimo. Entramos na era do bordel globalizado e digitalizado.

Não existem barreiras e limites. Todos podem anunciar e se anunciar. Anúncios de bens duráveis até receitas de bolo. Entrou na Rede é de todos. Basta pagar para levar.

“Sadomasoquismo, *pedofilia*, sexo com gordas, negras, ruivas, orientais, velhos, bondage, pederastia, bacanal, sexo oral, anal, exótico, com animais, objetos e o que mais que você puder imaginar. *Tá tudo lá* .” (grifo nosso)<sup>37</sup>

A pornografia infantil e juvenil na *Internet* cresce assustadoramente porque encontra um público consumidor ávido por realizar suas fantasias, seu 'voyerismo' em geral nada virtuais. Consumidores que querem buscar prazer na pedofilia e na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A Rede mundial, nesse sentido, facilita tanto para o pervertido sexual, como para o agenciador e aliciador.

---

<sup>37</sup> BORBOLLETA, Bel. À flor da pele: exibicionismo na era digital. In: *Guia da Internet*. br. Ano 2, n. 16, p.36.

Sobre a *Internet*, Arruda afirma:

“A Internet, a maior rede de computadores do mundo, está facilitando a divulgação da pornografia infantil no País. Imagens de crianças, especialmente meninas na faixa de 3 a 11 anos, envolvidas em cenas sexuais explícitas, podem ser encontradas em quantidades cada vez maiores na rede.” (1997: p.A 30)

E ainda sobre a *Internet* e a pornografia infantil, Araújo (1996) considera:

“Por ser tão fácil e barato, o acesso à Internet e a outros processos tecnológicos vem provocando um aumento na pornografia infantil ao longo dos últimos anos, tornando-se extremamente difícil implementar as medidas legais necessárias para coibi-la.” (p. 251)

A questão da pornografia deve ser discutida no campo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, direito de que sua imagem seja preservada de toda e qualquer exploração, direito de que não sejam submetidos a situações vexatórias para as quais não estão preparados nem física nem psicologicamente. Crianças e adolescentes em desenvolvimento e em formação já são levados a se prostituir diante das câmaras e das máquinas fotográficas, exibidos posteriormente nos monitores de computadores. O acesso a isso se dá com um simples clique no mouse.

De um lado, temos uma parcela da infância e da juventude que está sofrendo uma violência no seu direito de privacidade (suas imagens são estampadas sem a menor restrição); por outro lado, é preservado o anonimato dos consumidores desse serviço (maior conquista da *Internet*). Explicitam-se, assim, relações de dominação-exploração, relações assimétricas, entre adultos e crianças.

A discussão sobre a censura na *Internet* - bem como de outros veículos de comunicação - e a necessidade de estabelecer leis transnacionais que coíbam abusos praticados pela Rede está apenas começando. O certo, no entanto, é que, de qualquer forma, se reproduzem na rede de comunicação mundial as mesmas teias da exploração sexual comercial de adolescentes que se constituem juntamente com o desenvolvimento histórico e social do Brasil desde o seu início e que atualizam a exploração da criança e do adolescente sob as mais diversas formas - especialmente a da barbárie sexual.

Essa rápida reflexão teve como pretensão facilitar a compreensão de que a exploração sexual de adolescentes no Estado de Goiás, que será vista a seguir, não é algo isolado, mas faz parte do mesmo fenômeno social. Na sua particularidade, os dados de Goiás remetem à articulação com a universalidade, com o passado, com a história da exploração sexual de adolescentes.

## 2 - Análise da Situação de Exploração Sexual Comercial de Adolescentes no Estado de Goiás

No presente capítulo, será realizada uma discussão preliminar da situação de exploração sexual comercial de adolescentes em Goiás a partir do Inquérito Civil Público do Ministério Público do Estado de Goiás (1996-98); de algumas reportagens veiculadas nos dois maiores jornais de circulação diária do Estado (O Popular e Diário da Manhã); Jornal Opção e TopNews (semanários); de algumas reportagens da Folha de São Paulo (que trazem matérias sobre Goiás)<sup>38</sup>; de informações contidas no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Prostituição Infanto-juvenil do Distrito Federal (1996); e do Mapeamento sobre Prostituição Infanto-juvenil e Turismo Sexual do Estado de Mato Grosso do Sul (1997).

“**Bia Colegial** - 1,65, 18 anos, estilo menininha, para realizar suas fantasias. Sig.Total(...)”

“**Karine** - Loira, cab. longos, 18 anos, uma verdadeira ninfeta. Iniciante. Confira (...)” (O Popular, de 12/08/1997:8)

Os classificados de dois jornais goianos (O Popular e Diário da Manhã) continuam trazendo diariamente anúncios como esses na seção intitulada *acompanhantes*: grande quantidade de anúncios de mulheres, de homens e de travestis, na maioria jovens, com pseudônimos. São pessoas que convidam para um programa em casas de massagens, em boates privês, em estâncias, em 'american-bars' (casas que se intitulam de empreendimentos) e em cinemas pornôs. Oferecem as mais variadas diversões e possibilidades para a realização de fantasias sexuais.

Dezenas de *acompanhantes* se anunciam como ‘ninfetas’, ‘iniciantes’, ‘estilo menininhas’, ‘garotinhas’, ‘garotinhos’, ‘pequeninhas’, ‘menina-mulher’, ‘estilo colegial’, ‘acabaram de chegar na cidade’, etc. Quando colocam a idade, têm em média 18 ou 19 anos. O mercado sexual valoriza a adolescente, a mulher jovem, que está se iniciando na prostituição.

---

<sup>38</sup> As matérias/reportagens foram coletadas dos arquivos do Movimento de Meninos e Meninas de Rua e do Fórum Goiano Pelo Fim da Violência Sexual Infanto-juvenil, no período de 1996-97.

As próprias candidatas a *acompanhantes* sabem do valor que seus corpos ainda tenros alcançam no mercado do prazer. E, assim, sem cerimônias, se intitulam ‘meninas-mulheres’, iniciando na arte do sexo, mas contam com muita experiência e vontade para realizar fantasias sexuais. Muitas podem ter na realidade idade inferior à que anunciam, mas, como a legislação brasileira (Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal) proíbe que crianças e adolescentes ‘comercializem’ o próprio corpo, aumentam as idades.

Por trás desses anúncios e das casas de programas, se articula uma rede de exploradores sexuais que esquentam documentos, para garantir impunidade e liberdade para as meninas se prostituírem. É uma máfia organizada em Goiás e em vários Estados brasileiros:

“Aos 14 anos, a menina I.Z.S. começou a fazer programas até por R\$ 2,00 para comprar o seu novo registro de nascimento em um dos 81 pontos de prostituição infanto-juvenil da cidade (...) Ela contou que foi obrigada a pagar o próprio dono da boate onde trabalhava, na periferia da *capital de Goiás*, R\$ 30,00 pelo documento (...) *Em Goiânia*, a documentação ilegal ajuda donos de boates que têm, entre os seus clientes, fazendeiros e os chamados ‘agroboys’ abastados da região.”(grifo nosso) (Sá & Cipola, Folha de São Paulo, 27/04/97, 1:10 e 1:12)

São máfias organizadas que falsificam documentos de adolescentes para incluí-las nas redes de exploração espalhadas pelo país. Com isso, facilitam a circulação de meninas entre os prostíbulos dos Estados, o deslocamento para a indústria do turismo sexual e a exportação de meninas de 12 até 16 anos dos Estados do Norte para Goiás.

O depoimento da adolescente S.N.A., 16 anos, prostituída, trazida de Altamira por S.G.S:

“...assim que chegou na Capital o S.G.S. disse-lhe que teria que fazer programas sexuais, sendo que a declarante pagaria 15 reais por semana de alimentação, mais 15 reais em cada 3 dias como pagamento dos anúncios no Jornal; que além desse pagamento a declarante também teria que passar para a Casa a importância de 50% do valor arrecadado em cada programa sexual (...) cobrava 50 reais o programa de uma hora e 75 por duas horas fazendo de

tudo menos sexo anal(...) seus anúncios eram sempre publicados no Jornal O Popular<sup>39</sup>.”

O Inquérito Civil Público, a partir dos depoimentos da referida adolescente e de investigação policial, concluiu que S.G.S. colocava nos classificados do jornal O Popular anúncios sobre S.N.A. com pseudônimo, como o colocado a seguir: **“Leticia - Inic., est. menina moça, nova, rosto boneca, tímida e simples + carinhosa, bonita e gostosa. C/local ...”** (O Popular, dia 09/09 de 1997: 9)

Pode-se constatar que muitos anúncios que oferecem mulheres muito novas na verdade estão colocando no comércio sexual muitas adolescentes à revelia de sua aceitação. Muitas são obrigadas a permanecer nos prostíbulos, em cárcere privado, como forma de proteção ou em decorrência de dívidas contraídas.

A rede de falsificadores age também fornecendo documentos frios: 2ª. via de certidões de nascimento de pessoas que já morreram (residiam em cidades do interior) e que estariam com mais de 18 anos ou falsificando registros de nascimentos e carteiras de identidade. De posse de novo registro de nascimento, as jovens prostituídas podem tirar o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Identidade e outros documentos que comprovam maioridade.

O trabalho de "esquentamento" de documentos conta com a facilidade de novos registros nos cartórios e, em muitos casos, com a cumplicidade e conivência de alguns funcionários vinculados às Secretarias de Segurança Pública do Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, conforme matéria divulgada pela Folha de São Paulo em setembro de 1997.

Esses esquemas de falsificação vêm sendo investigados em Goiânia pela Polícia e pelo Ministério Público. A investigação aponta que muitas adolescentes encontradas nos bordéis e casas de programas utilizam documentos (certidões de nascimentos) de irmãs mais velhas ou de amigas maiores para tirar carteira de identidade na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

O Coordenador dos agentes de proteção do Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, D. C., em entrevista, revelou que

---

<sup>39</sup>Depoimento prestado para o Inquérito Civil Público Nº. 003/96, instaurado pelo Ministério Público, pela Portaria Nº. 007/96, em 15 de Setembro de 1996, para “apurar denúncias de exploração infanto-juvenil voltada para prostituição nesta Capital”, fundamentada legalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. p. 390.

“Existe uma verdadeira máfia atuando em Goiânia para esquentar documentos de menores que se prostituem (...) Ele tem conhecimento de um dono de prostíbulo conhecido como N. do Meia Ponte que tem participação no esquema e está sendo investigado pelo inquérito do 16º. DP. Ele foi apontado pelas próprias menores como a pessoa que providencia a documentação.” (Borges, 1997:7B)

Os esquemas de falsificadores de documentos para legalizar a exploração sexual de adolescentes atuam também articulados com a máfia do sexo que transporta jovens para trabalhar no mercado do sexo em outras cidades, Estados, especialmente na orla marítima e outros países.<sup>40</sup>

A lucratividade obtida com o agenciamento de adolescentes para o comércio carnal em outros Estados ou países e o *sonho* de muitas jovens goianas de viver uma vida melhor estão na ponta dessa rede que alicia, trafica, comercializa e vende mulheres para os clubes, para as boates, para as casas de encontro e para as agências de acompanhantes.

É freqüente o deslocamento de adolescentes de Goiânia para o comércio sexual nos finais de semana em Brasília, conforme também constatou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil do Distrito Federal.<sup>41</sup> Também o aliciamento e o trânsito de adolescentes de Goiás para se prostituírem em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Tanto as cidades do entorno de Goiânia como de Brasília têm-se constituído em importantes locais desse aliciamento de adolescentes para prostituição. Para Brasília, segundo depoimentos, são aliciadas, principalmente, adolescentes de Luziânia, Vianópolis, Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia, Goiânia, Alexânia e Mozarlândia. Para Goiânia, são levadas, preferencialmente, jovens adolescentes de Senador Canedo, Niquelândia, Nova Glória, Rio Verde, Santa Helena e Trindade.

Vários depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Prostituição Infanto-Juvenil do Distrito Federal (DF) indicaram a existência da exploração

<sup>40</sup> Sobre esta questão, ver o Relatório Preliminar da "Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial", realizada de julho/2001 a junho/2002, com informações do período de janeiro/96 a julho/2001, que traz, entre outros, um perfil das mulheres, das crianças e das adolescentes aliciadas, perfil dos aliciadores, como se dão as redes de favorecimento, as formas e os locais de recrutamento e as rotas do tráfico. No Estado de Goiás, a pesquisa fez levantamentos nos municípios de Goiânia, Trindade, Aparecida de Goiânia, Uruaçu e Águas Lindas de Goiás.

<sup>41</sup> Relatório Final da CPI da Prostituição Infantil do Distrito Federal, que apurou “a situação e todas as circunstâncias, relacionadas com a exploração sexual, prostituição, abuso sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes no Distrito Federal”. Brasília, Ano V, Nº. 162, 05/06/96.

sexual de adolescentes na faixa etária dos 12 aos 18 anos, provenientes do interior de Goiás, especialmente de Santo Antônio do Descoberto<sup>42</sup> e de Goiânia.

Um dos depoimentos feitos para a CPI-DF afirma que

“...crianças e adolescentes serem trazidas a Brasília para trabalhar como domésticas, quando a finalidade real é a exploração sexual, provenientes do Entorno, Santo Antônio do Descoberto, Luziânia e outras localidades<sup>43</sup>.”

E ainda:

“Geralmente as cafetinas iam para Goiânia buscar meninas, ou as próprias garotas traziam colegas de Goiânia. Havia uma seleção para saber quais garotas valiam a pena manter financeiramente, ou seja, dar casa, comida e outras coisas, antes que a garota começasse a ganhar para restituir o investimento inicial e dar lucro. Há um claro esquema Brasília-Goiânia. São meninas muito bonitas, algumas das quais vêm de Goiânia para cá de carro próprio, para passar a semana ou o fim de semana, alegando para os pais que vão para casa de uma amiga ou fazer um curso<sup>44</sup>.”

O fluxo de adolescentes de Goiânia e de outras cidades do interior do Estado para o comércio sexual no Distrito Federal é facilitado, naturalmente, pela proximidade e pelas características de Brasília. É uma cidade que recebe um fluxo permanente de moradores temporários (políticos, magistrados, funcionários públicos, empresários, burocratas...), acima dos 30 anos, o que possibilita um melhor poder aquisitivo para a população, especialmente da moradora do Plano-Piloto (zona nobre), em relação às cidades satélites e mesmo àquelas localizadas no seu entorno.

Contudo, as distâncias territoriais não têm sido empecilho para a atuação das redes organizadas de exploração sexual comercial, bem como para o trânsito de adolescentes entre cidades ou entre Estados. Isso pode ser constatado pelo Mapeamento da Prostituição Infanto-Juvenil e Turismo Sexual em Mato Grosso do Sul, que encontrou

“Nos municípios de Corumbá, Miranda, Aquidauana, Coxim e Porto Murtinho onde localizamos 53 pontos, o

<sup>42</sup> Cidade próxima de Brasília-DF.

<sup>43</sup> Depoimento da Delegada-Titular da Delegacia de Atendimento à Mulher-DF., Débora Menezes, para o Relatório Final da Prostituição Infantil-DF/1996, p. 15.

<sup>44</sup> Depoimento de Gisele Nascimento Lima, ex-agente de Polícia da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas do DF., p.17.



fenômeno da Prostituição Infanto-Juvenil está relacionado ao turismo recreacional esportivo na forma de 'Pesca'. (...) Encontrou-se meninas prostituídas não só de outros municípios do Estado (Dourados, Campo Grande...) mas também de outros Estados como de *Goiás*, Santa Catarina, Paraná e interior de São Paulo."(sic. grifo nosso) <sup>45</sup>

A rede de exploração, para facilitar a entrada de adolescentes no comércio sexual, esquia documentos, atua aliciando menores de idade e muitas vezes se utiliza da violência física e do rapto para conseguir seu intento.

Adolescentes pobres, bonitas, moradoras de bairros periféricos das grandes cidades ou do interior dos Estados são os alvos preferenciais dos exploradores e agenciadores. São garotas que, muitas vezes, vivem conflitos familiares e desejam mudar de vida.

Em Goiás, tendo como referência inicial Goiânia, a capital do Estado, o fenômeno da exploração sexual de adolescentes e mesmo de crianças, passou a ser mais discutido, estudado e pesquisado a partir, especialmente, do final da primeira metade dos anos 90.

### **O caso de Goiânia**

Goiânia, capital do Estado de Goiás (um dos quatro Estados da Região Centro-Oeste), conta com uma população de 1.093.007 mil habitantes (conforme dados do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000), sendo 521.055 homens e 571.952 mulheres. A população economicamente ativa, na sua maioria, está empregada nos setores de serviços e funcionalismo público nas esferas federal, estadual e municipal. Em termos de faixa de renda, 32% dos chefes de família ganham no máximo 2 salários mínimos. Com relação à faixa etária compreendida entre 0 a 19 anos (crianças e adolescentes/jovens)<sup>46</sup>, a população é de 398.330, ou seja, 36,4% do total de habitantes. Deste total, 1154, pelos dados da *Pesquisa Mapeamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Região Metropolitana de Goiânia - 2001*, moram e/ou trabalham nas ruas de Goiânia em atividades principalmente ligadas ao mercado informal e ao subemprego (vendedores ambulantes, jornaleiros, guardadores e lavadores de carros, panfletistas, engraxates,

<sup>45</sup> Relatório do Mapeamento da Prostituição Infanto Juvenil e Turismo Sexual em MS, 1997, p. 30

<sup>46</sup> O IBGE trabalha com as faixas etárias de 0-4 anos, de 5-9 anos e de 10-19 anos.

fretistas e catadores de papel, entre outras). Este estudo também detectou a presença de crianças e de adolescentes se prostituindo nas ruas da cidade.

Tomando os dados colhidos nos depoimentos contidos no *Inquérito Civil Público* e na imprensa escrita, é possível mapear aspectos importantes da exploração sexual comercial de adolescentes em Goiânia.

Sobre o fato de os pais, as mães e os padrastos da camada popular incentivarem as filhas a procurarem na prostituição uma fonte de renda para a família, Borges (1997) afirma que

“Na Capital, a maior concentração de jovens prostitutas, com idades entre 14 e 17 anos, é na região Noroeste, coincidentemente também onde vive a grande maioria das famílias de baixa renda, notadamente na região do Jardim Curitiba e do Bairro da Vitória. O principal ponto de exploração sexual de adolescentes é próximo ao Dergo, em pequenos bares com fregueses cativos. O Bairro São Francisco, tradicional reduto de prostíbulos, também tem locais abrigando menores.”

No Inquérito Civil Público, sobre os espaços e as meninas que se prostituem, encontramos o seguinte:

“Nas imediações do Dergo e na antiga Rodoviária de Campinas, ficou evidenciado que as menores, sobretudo menores de rua, freqüentam os bares que ali se situam e fazendo uso de bebidas alcoólicas, cola de sapateiro e outras drogas afins. Aguardam seus clientes, combinam o preço e se dirigem a um dos dormitórios das proximidades, ou local semelhante<sup>47</sup>.”

A região Noroeste<sup>48</sup> tem sido um tradicional reduto da exploração sexual de adolescentes de Goiânia. Tida como uma das regiões da cidade que mais concentram pessoas/famílias que não têm acesso a saneamento básico, atendimento na área de saúde, de escolas públicas e com menor poder aquisitivo entre outros indicadores,<sup>49</sup> conta com um

<sup>47</sup> Inquérito Civil Público do Ministério Público, p. 09.

<sup>48</sup> Sub-região pertencente a Região Norte, que concentra uma parcela significativa da população goianiense com enormes carências sócio-econômicas. Apresenta, ainda, grande quantidade de adolescentes grávidas e conta com um dos maiores índices de mortalidade infantil do Município de Goiânia. Documento Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Goiânia, 1996. Mimeo.

<sup>49</sup> Ver mais no Mapa da Exclusão/Inclusão - FUMDEC/Prefeitura Municipal de Goiânia

elevado número de prostíbulos e bares que servem de pontos de encontro entre possíveis clientes e crianças e adolescentes prostituídos. Os clientes em potencial que circulam pela região são, em geral, pessoas da camada baixa e média, muitos caminhoneiros e motoristas, em vista da concentração de postos de combustíveis, de fábricas, de oficinas mecânicas e de máquinas pesadas, de lojas atacadistas de gêneros alimentícios, de produtos de limpeza e armarinhos em geral.

É uma zona de baixo meretrício: local em que os valores pagos pelos programas são muito baixos, no intervalo de R\$ 5,00 a 10,00, cobrando-se até 2,00 reais por programa. As prostitutas, tanto as adultas como as adolescentes prostituídas, em trajés reduzidos, disputam os clientes nas ruas, nas praças e nos bares próximos. O número de programas realizados por cada uma é elevado; não existem, em geral, muitos cuidados com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Têm um aspecto geral de sujeira e decadência. (Inquérito Civil Público)

A.R.M., uma adolescente de 13 anos, estuprada por dois homens aos 9 anos na cidade de Luiz Alves,<sup>50</sup> prostituída desde os 12 anos, faz ponto no Dergo e indica:

“Sua média diária de programas costuma limitar-se a três. Mas ela conta que já chegou a fazer sexo com até dez homens num só dia.(...) Quando sai com homens, nem sempre usa camisinha (...) não costuma recusar nenhum tipo de sexo, até porque nem sempre é possível e já se viu obrigada a fazer sexo oral com homens que lhe provocam nojo.” (Silva & Ferreira, 1997: A-22-23)

A investigação do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) constatou que, nos diversos pontos de prostituição da região metropolitana de Goiânia,<sup>51</sup> já foram encontrados crianças e adolescentes exploradas na faixa etária que vai dos 8 aos 17 anos. Muitos começaram a fazer programas com idades que variavam de 6 a 9 anos, segundo MP-GO.

Uma casa de encontros<sup>52</sup> localizada no entorno de Goiânia, no município de Senador Canedo, dava abrigo a 6 adolescentes prostituídas, com idades entre 14 e 16 anos, que haviam saído da casa de suas famílias por problemas de relacionamento ou por

<sup>50</sup> Cidade próxima do Rio Araguaia, que separa o Estado de Goiás dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

<sup>51</sup> Cidades que se localizam num raio de até 30 km de Goiânia, quais sejam: Trindade, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Hidrolândia e Abadia de Goiás.

quererem levar uma vida mais independente. Segundo o depoimento das próprias adolescentes, elas eram levadas para programas sexuais em motéis classe A e B (Solarium, Fênix, Afrodite Dunas, Memphis...) da Grande Goiânia.

Sobre os programas, uma das adolescentes relata:

“...ela e suas amigas sempre conseguiam ‘clientes’ no Café Central, em Goiânia (...) cobrava entre R\$ 50,00 a 200,00 reais (...) acha engraçado uma pessoa ter que trabalhar o mês inteiro para ganhar um salário mínimo, enquanto que muitas vezes a declarante e as meninas poderiam ganhar essa quantia apenas em dez minutos<sup>53</sup>.”

E ainda sobre os programas sexuais preferidos, M.S.S., 16 anos, relata que

“...suas amigas saíam para fazer programas sexuais com homens mais velhos; que suas amigas preferiam homens de mais idade porque diziam que eles não davam conta e pagavam mais pelo programa (...)”<sup>54</sup>.

Evidentemente, as adolescente prostituídas gozam de menos liberdade de escolha dos clientes, especialmente aquelas que fazem programas em prostíbulos da periferia e estão mais sujeitas, freqüentemente às violências. Muitas, inclusive, foram envolvidas com a prostituição porque foram vítimas de abuso e violência sexual<sup>55</sup>.

Outro aspecto relevante e que merece reflexão são os valores cobrados pelas meninas prostituídas, de R\$ 2,00 a 200,00 reais. Naturalmente, os valores extremos são mais raros de acontecer. Entretanto, se levarmos em consideração que uma adolescente ganha R\$ 5,00 para realizar um programa, se realizar 3 (três) programas por dia, prostituindo-se 5 (cinco) dias na semana, no final do mês terá ganho o equivalente a R\$ 300,00 reais.

“... A. e a M. disseram que a declarante poderia sair de casa tranqüila pois se ela fizesse o que elas estavam

<sup>52</sup> Fechada a partir de investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Militar do Estado de Goiás.

<sup>53</sup> Depoimento de A.M.C.T., 15 anos, para o Inquérito Civil Público-M.P.-GO, p.262.

<sup>54</sup> Inquérito Civil Público M.P.-GO p.252.

<sup>55</sup> Sobre a questão do abuso sexual e da violência sexual intra e extra-familiar, ver Azevedo & Guerra (1993), Azevedo & Guerra (1995), Buther (1979), Cohen (1993), Forward & Buck (1989) e Kessuani (1989).

fazendo deixaria de ganhar um salário por mês de trabalho para ganhar um salário por dia (...)”<sup>56</sup>”

Por serem oriundas de famílias da camada baixa, na maioria analfabetas ou semi-analfabetas, as possibilidades de trabalho se restringem ao subemprego (empregadas domésticas, babás, lavadeiras, passadeiras...) ou empregos com carteira registrada, mas de baixa remuneração.

Quanto aos clientes, alguns justificam a prática sexual com adolescentes da seguinte forma:

“...o declarante é assíduo freqüentador do Dergo sempre que possível, pois toda vez que pintava o tesão e ele estando em Goiânia e tendo dinheiro para pagar o programa recorria às meninas (...) pois ele leu uma revista educativa em sua casa dizendo um médico que qualquer vagina agüenta qualquer pênis independente do tamanho (...)”<sup>57</sup>”

Sobre o relacionamento sexual com a adolescente, continua:

“... resolveu ter relações com S. para saciá-la, embora a S. cobrasse em torno de R\$ 5,00 reais cada programa (...) S. é um pingo de gente de tão pequena (...) que dá amor e carinho para essas meninas e fica fazendo de tudo para elas voltar para casa”<sup>58</sup>.”

Se, por um lado, a partir dos depoimentos colhidos, as adolescentes prostituídas preferem as pessoas mais velhas para os relacionamentos sexuais, por outro também é verdade que as ninfetas, as meninas iniciantes (virgens de preferência), muitas ainda impúberes, são as mais procuradas pelos senhores de idade. Em geral, são homens casados que querem viver um relacionamento sexual fora do casamento. Muitos deles se tornam fregueses assíduos.

“Em Goiânia é mais comum do que se imagina, empresários, políticos e outras autoridades constituídas

<sup>56</sup> Depoimento para o Inquérito Civil Público-MP-GO, de G.S.P.S., 15 anos, p. 263.

<sup>57</sup> Depoimento para o I.C.P.-MP-GO., de A.R.N., solteiro, 42 anos, agrimensor, p.209.

<sup>58</sup> Depoimento para o I.C.P.-MP-GO., de A.R.N., solteiro, 42 anos, agrimensor, p.209.

organizarem orgias de fins de semana com meninas que não ultrapassam os 15 anos de idade. As garotas, escolhidas a dedo, são servidas com churrasco e whisky importado. Qualquer pessoa que circula pelos bastidores do poder ouve com frequência os convites para as festas regadas a brotinhos” (D'Abadia, 1996: A-11)

Os aliciadores de adolescentes que agem na periferia das grandes, médias e pequenas cidades sempre estão à procura de jovens adolescentes ingênuas, que têm sonhos de mudar de vida. É comum os aliciadores se utilizarem de expedientes mais violentos, como a compra de meninas e o rapto<sup>59</sup>.”

“Duas meninas de 16 anos desaparecidas há 5 dias, podem estar sendo vítimas de uma quadrilha especializada em aliciamento<sup>60</sup>.”

Notícias dessa natureza circulam com muita frequência nos jornais. São veiculadas nas televisões e, ultimamente, vêm sendo desvendadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito sobre prostituição infanto-juvenil, realizadas em diversas cidades brasileiras (Fortaleza, Maceió e Brasília, entre outras).

As adolescentes tanto do interior quanto da capital do Estado de Goiás praticam a prostituição tipo famélica, que é a prestação de favores sexuais em troca de comida, de roupas, de calçados ou de valores irrisórios, como R\$ 1,00 ou 2,00. Ouviram-se relatos de adolescentes que foram prostituídas em troca de frutas ou de cigarros. Nesse aspecto, a prostituição tem uma forte relação com as condições econômicas e financeiras das famílias.

Essa análise preliminar teve como pretensão servir de suporte para a discussão do próximo capítulo sobre a Comissão Especial de Inquérito da prostituição infanto-juvenil em Goiânia, que pretende uma maior e melhor compreensão sobre: qual é o perfil das adolescentes exploradas sexualmente? Como são exploradas? Onde ocorre preferencialmente a exploração? Por que o fenômeno vem ocorrendo na Região Metropolitana de Goiânia? Quem são os exploradores sexuais de adolescentes?

---

<sup>59</sup> Ver Dimenstein (1994).

### **3 - Comissão Especial De Inquérito sobre Prostituição Infanto-juvenil do Município de Goiânia<sup>61</sup>**

A CEI foi instalada através do Ato de nº 04 (11 de setembro/97) do Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, vereador Francisco Oliveira (PFL), por solicitação do vereador Djalma Araújo (PT), através do requerimento nº 4.889/97, que denunciava a prostituição, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Goiânia. Foi lido em Plenário em 08 de agosto de 1997, protocolado sob o nº 2.566;97 em 19 de agosto de 1997 e aprovado por unanimidade pelos 33 vereadores. A CEI iniciou seus trabalhos em outubro de 1997, para investigar a questão da prostituição infanto-juvenil no município de Goiânia. Contudo, desde os primeiros depoimentos, ficou evidenciado que era impossível não levar em conta as cidades do entorno, tendo em vista a proximidade geográfica/territorial e o elevado fluxo de pessoas que moram no entorno e trabalham em Goiânia ou vice-versa.

A CEI foi composta de 08 vereadores, sendo o seu Presidente o vereador Mozart de Moraes (PMDB) e o Relator o vereador Djalma Araújo (PT) e mais 06 vereadores de outros partidos (PST, PPB, PSD, PC do B, PSDB E PSC) para garantir a proporcionalidade resguardada pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia. Entretanto, além dos dois vereadores acima citados, apenas a vereadora Olivia Vieira (PC do B), Vice-Presidente da CEI, teve uma efetiva participação durante os trabalhos de investigação que, pelo seu Ato de criação, teria um prazo de 45 dias prorrogável por igual período para apresentar o Relatório final. Contudo, os prazos foram insuficientes em decorrência da complexidade e da quantidade de denúncias que chegaram e da necessidade de aprofundar as investigações. A CEI foi novamente instituída com a mesma composição e com um novo prazo (45 dias) para finalizar os trabalhos (julho/98). Portanto, as investigações duraram 11 meses (setembro/97 a julho/98).

---

<sup>60</sup> I.C.P. - MP-GO., p.128.

<sup>61</sup> A rigor, a CEI não ouviu apenas depoimentos de moradores do município de Goiânia, mas também de pessoas dos municípios de Trindade e de Senador Canedo, municípios que se incorporam à Região Metropolitana.

Os depoimentos e as investigações foram conduzidos por uma equipe técnica, coordenada pela assessora parlamentar Maria das Graças Souza Pimentel, composta de assessores contratados especialmente (num total de 05), assessores requisitados (05) dos gabinetes dos vereadores da CEI, 05 (cinco) assessores legislativos da Câmara Municipal e ainda um grupo de Policiais Civis e de Inteligência da PM, que estavam à disposição do Ministério Público do Estado de Goiás. Os depoimentos também foram acompanhados pela Divisão de Taquigrafia, de Filmagem e de Fotografia da Câmara Municipal. O relatório da CEI com os resultados foi divulgado numa Sessão Especial realizada na Câmara Municipal no mês de Outubro de 1998.

No período em que duraram os trabalhos, foram colhidos setenta (70) depoimentos, sendo: 48 (68,6%) do sexo feminino e 22 (31,4%) do sexo masculino. Dos 70 depoentes, apenas 04 foram chamados a depor 2 vezes (representavam a polícia civil, o poder público municipal e o fórum de enfrentamento da violência sexual).

As pessoas que foram convidadas e/ou convocadas a prestar depoimentos ou estavam representando alguma organização/instituição ou não tinham vínculos com organizações, mas tinham informações sobre a questão ou estavam sendo investigadas: 15 (21,4%) adolescentes; 12 (17,1%) do poder executivo (estadual e municipal); 09 (12,9%) das polícias civil e militar; 08 (11,4%) dos conselhos de direito e tutelares; 08 (11,4%) de organizações da sociedade civil; 05 (7,1 %) familiares; 04 (5,7%) do poder judiciário; 02 (2,9%) das universidades; 02 (2,9%) garotas de programa maiores de 18 anos; 01 (1,4%) de instituição religiosa; e 01 (1,4%) mulher que não se identificou.

A partir dos depoimentos das pessoas (técnicos de nível superior, educadores e coordenadores) vinculadas às diversas organizações, os vereadores em conjunto com o grupo de assessores estabeleceram as prioridades em termos de investigações. Os depoimentos tanto de adultos quanto dos adolescentes eram colhidos tendo como roteiro um conjunto de questões/perguntas elaborados pelos assessores que acompanharam a CEI.

Os depoimentos das adolescentes tiveram como base denúncias que chegaram à CEI, informações das organizações de defesa e de atendimento, reportagens dos jornais diários de Goiânia (O Popular e Diário da Manhã), depoimentos colhidos pelo Inquérito Civil Público do Ministério Público do Estado de Goiás e ocorrências registradas nas Delegacias de Polícias da Capital.

Para a compreensão do fenômeno da exploração sexual comercial em Goiânia, serão analisados apenas os depoimentos colhidos pela Comissão Especial de



Inquérito (CEI) da Câmara Municipal de Goiânia, das adolescentes (15), dos familiares (05) e dos supostos aliciadores (03), tendo em vista a relevância para este estudo, que tem como objetivo trazer elementos que ajudem a elucidar o fenômeno da exploração sexual comercial a partir do olhar daqueles diretamente envolvidos (adolescentes, familiares e "aliciadores").

Os depoimentos foram selecionados também considerando: a instalação da CEI na sua finalidade, que foi um fato inédito na história de Goiás; a repercussão que os trabalhos possibilitaram; a quantidade de pessoas envolvidas tanto nos depoimentos quanto no seu desenvolvimento; o material disponibilizado (fitas de vídeo e o Relatório final); a aprovação unânime do documento final, na plenária da Câmara; a visibilidade que o tema alcançou durante os trabalhos e após a divulgação dos dados; os resultados obtidos em termos de mobilização social; envolvimento das autoridades constituídas (executivo, legislativo, judiciário e de segurança pública) no combate às diversas formas de violência sexual; e a potencialização do enfrentamento da situação pelo Fórum Goiano, pelos Conselhos de Direitos e Tutelares.

Quadro 01 - Depoimentos Analisados

Envolvimento	N	Sexo	
		M	F
Adolescentes	15	0	15
Mães	04	0	04
Irmã	01	0	01
Aliciadores	03	02	01
Total	23	02	21

Fonte: CEI - Goiânia

Para efeito de análise/comparativa, entendendo que guardam semelhanças e diferenças, fez-se uma separação entre os depoimentos das adolescentes que já estavam se prostituídas (Quadro 03) e os daquelas que estavam sendo aliciadas (Quadro 04).

Evidentemente, o material colhido pela CEI a partir dos demais depoimentos prestados, num total de 47 (65,2%), se analisados, podem ajudar a revelar os diversos discursos presentes na sociedade goianiense ou, pelo menos, das pessoas que atuam direta ou indiretamente no atendimento de crianças e de adolescentes na questão da

violência sexual. São depoimentos que trazem informações importantes para a elucidação da questão, mas não comparecem neste trabalho porque a sua intenção é o de desvelar o universo, ainda que minimamente, da exploração sexual comercial de adolescentes a partir do relato daqueles diretamente envolvidos com a situação: as adolescentes, os familiares e aqueles que obtêm vantagens sexuais e financeiras com a exploração sexual.

### 3.1 - Região Metropolitana de Goiânia <sup>62</sup>

A população total dos municípios considerados é de 1.563.961 habitantes, sendo 809.230 mulheres, 754.731 homens e 598.589 crianças e adolescentes/jovens (faixa etária de 0 a 19 anos), segundo dados do censo do IBGE de 2000. São municípios que, praticamente, não possuem mais limites físico-territoriais claramente demarcados. As pessoas transitam diariamente de um município para o outro, para desenvolverem atividades no mercado de trabalho, de lazer e recreação, de moradia, de educação, de saúde e de comércio, entre outras. Alguns estudos e pesquisas (Sociedade Cidadão 2000) sobre o fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua, ultimamente, vêm sendo desenvolvidos, inclusive, na perspectiva da Região Metropolitana, com o pleno envolvimento de autoridades locais, de trabalhadores da área social e de pesquisadores.

A CEI desenvolvida pela Câmara Municipal de Goiânia, na verdade tomou depoimentos de adolescentes, familiares e moradores desses outros municípios citados e não apenas de Goiânia. Portanto, as informações possibilitam compreender o fenômeno da exploração sexual comercial na Região Metropolitana da capital goiana.

Quadro 02 - Quanto ao local de moradia dos familiares

<b>Cidade</b>	<b>N</b>
Goiânia	04
Trindade	01
Total	05

Fonte: CEI – Goiânia

<sup>62</sup> Serão considerados, no presente estudo, como Região Metropolitana, os municípios de Trindade, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia.

Quadro 03 – Cidade de moradia das adolescentes

**exploradas sexualmente**

<b>Cidade</b>	<b>N</b>
Goiânia	03
Senador Canedo	02
Trindade	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Os dados do Quadro 02 mostram que, na sua grande maioria, os familiares são moradores da cidade de Goiânia e de Trindade (cidade do entorno de Goiânia). Em se tratando das adolescentes exploradas sexualmente (Quadro 03), 03 eram de Goiânia e 03 das cidades do entorno. Entre as que estavam sendo aliciadas (Quadro 04), existe a predominância das cidades do entorno. Portanto, se por um lado existe maior envolvimento de familiares moradores de Goiânia na tentativa de resolver a questão, por outro, da maioria das adolescentes envolvidas prostituídas na própria capital, 3 são oriundas de cidades próximas<sup>63</sup>.

Quadro 04 - Cidade de moradia das adolescentes

**exploradas sexualmente**

<b>Cidade</b>	<b>N</b>
Trindade	09
Outras	00
Total	09

Fonte: CEI – Goiânia

A CEI concentrou as investigações com um grupo de adolescentes moradoras do município de Trindade (Quadro 04), cidade do entorno de Goiânia, tendo em

<sup>63</sup> Além da proximidade geográfica (cidades num raio de até 50 km), o conceito de "entorno" está relacionado à dependência sócio-econômica de cidades maiores, por não contarem com um mercado de trabalho que atenda à demanda da população local, o que força o deslocamento em busca de ocupação e sobrevivência. A inexistência de moradias em número suficiente nas cidades maiores também leva à ocupação desordenada das cidades mais próximas, transformando-as em cidades dormitórios com a facilidade de acesso por intermédio dos transportes existentes e disponíveis para a população.

vista que os depoimentos de uma aliciadora (Quadro 71) revelaram como atuava, os endereços das adolescentes contatadas e da Escola Estadual na qual fazia os primeiros contatos. Uma pesquisa indica que, na cidade de Salvador, a maioria das adolescentes prostituídas era oriunda dos bairros mais afastados da cidade (Vaz, 1994), e, em estudo realizado com 349 internas do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, Fortaleza-CE, das 95 que estavam envolvidas com prostituição, 52 eram oriundas da zona rural do Ceará e de outros Estados (Silveira,1984). Em geral, as pequenas cidades do interior ou da periferia das grandes e médias cidades têm sido locais procurados para o aliciamento de crianças e de adolescentes para a prostituição. Muitas jovens adolescentes recebem convite para trabalhar como domésticas ou no comércio e acabam sendo exploradas do ponto de vista sexual (Silva e Outros, 1995) <sup>64</sup>

Quadro 05 - Locais em que adolescentes prostituídas encontravam os clientes

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Centro da Cidade	03
No Bairro de Residência	02
Zonas de Prostituição	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

O quadro 05 revela que os clientes são contatados nos bairros mais centrais de Goiânia, principalmente os próximos ao Café Central (03), nos bairros de residência das adolescentes (02) e em zonas tradicionais de prostituição adulta (01). A região central da cidade (nas proximidades das ruas 3, 6 e 7 e da Avenida Anhangüera) em determinados horários (final da manhã e da tarde) é habitualmente freqüentada por pessoas idosas, do sexo masculino, em geral aposentadas ou pensionistas.

<sup>64</sup>Ver mais sobre formas de aliciamento em SILVA, Anaclan P. Lopes & Outros. Prostituição e adolescência:

Quadro 06 – Cidades em que eram exploradas

<b>Cidades</b>	<b>N</b>
Goiânia e Região Metropolitana	03
Goiânia	01
Goiânia /Luziânia/Goiás/ Conceição do Araguaia	01
Goiânia e São Paulo	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Pelo Quadro 06, constata-se que Goiânia e as Cidades da Região Metropolitana (03) são os locais com maior incidência de exploração sexual de adolescentes. Porém, se levarmos em consideração que 01 se prostitui só em Goiânia, que uma (01) se prostitui também nas cidades de Luziânia, Goiás e Conceição do Araguaia e 01, além de Goiânia, em São Paulo, podemos considerar que todas têm, em Goiânia, a principal cidade para a prostituição. O Relatório da CPI-DF (1996) sobre prostituição infanto-juvenil sinaliza que, especialmente nos finais de semana, Brasília recebe uma grande quantidade de jovens e adolescentes provenientes de Goiânia para serem prostituídas naquela cidade.

### **3.2 - Alguns fatores que contribuem para ocorrência da exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia**

Não existe ainda um consenso em termos de conceitos e de categorias explicativas que dêem conta do fenômeno da exploração sexual de adolescentes da forma como vem ocorrendo na sociedade contemporânea e, neste aspecto, também no Brasil.

A prostituição infantil e juvenil, a exploração sexual comercial bem como a questão da criança e do adolescente, tanto teórica quanto metodologicamente, têm-se constituído num campo de pesquisa e de produção de saber notadamente a partir do início dos anos oitenta, como já foi salientado neste estudo. Contudo, os conhecimentos produzidos e sistematizados são ainda bastante incipientes.<sup>65</sup>

---

prostituição juvenil no interior do Pará: Trombetas e os garimpos do Vale do Tapajós. Belém:CEJUP, 1997  
<sup>65</sup> Com referência aos estudos e pesquisas mais recente, sobre a criança e o adolescente no Brasil, ver Rizzini (1997)). Em relação às pesquisas e aos estudos sobre prostituição infantil e juvenil no Brasil, ver a síntese apresentada por Sousa (2001).

No tocante às categorias explicativas e aos motivos que levam à exploração sexual, Bandeira (1995) relaciona um conjunto de causas secundárias: a exclusão social, o sistema educacional brasileiro e a violência física, sexual, simbólica, emocional ou psicológica; e causas "mais essenciais": a sexualidade : " ... *idéia de sexualidade diretamente vinculada à idéia de dominação* (..) (1995:30), que se mantém de uma geração para outra segundo Vaz (1997): "*As causas deste tipo de exploração estão associadas, hoje, à pobreza, ao abuso, ao gênero, à raça/etnia, ao turismo-sexual, à mídia e à hierarquia etária.*" (p. 19); e ainda Paiva (1996) fala de

"causas múltiplas, tais como: a exclusão social (crise econômica, desemprego estrutural, má distribuição de renda), a violência familiar, o turismo sexual, a pornografia, o tráfico de crianças (p.228-232) e " ... podem ser citadas outras causas para o problema, a saber: o crescimento acelerado das grandes cidades, corrupção policial, ausência de políticas básicas e fragilidade das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência, dentre outras" (p.229)

Saffioti (1995 e 1997) trabalha com três contradições básicas que se simbiotizaram ao longo da história da humanidade, formando um nó. Afirma que

"O poder/prestígio é distribuído/conquistado na luta cotidiana dos diferentes contingentes humanos na base da contradição entre as classes sociais, do antagonismo entre as raças/etnias em presença e dos interesses opostos de homens e mulheres gerados pela organização social de gênero." (1997:142)

Saffioti (1997) lida simultaneamente com classe social, com raça/etnia e com gênero, como eixo explicativo fundamental. Aponta, ainda, a existência de um eixo secundário: as relações entre adultos e crianças e adolescentes (relação inter-geracionais). Mesmo reconhecendo não ser fácil, busca a explicação para o fenômeno da violência sexual/exploração sexual articulando

" ... os três eixos estruturadores da vida social A idéia de nó é mais rica, porque envolve uma potenciação das contradições, isoladas para fins de análise." (p.144)

O surgimento e o crescimento da exploração sexual comercial de adolescentes, especialmente no Brasil da atualidade, é um fenômeno que tem múltiplos fatores.

Serão trabalhadas algumas categorias ou fatores explicativos para o fenômeno em torno dos quais existe um maior consenso entre os pesquisadores<sup>66</sup>. Entre os fatores mais importantes, serão considerados: classes sociais; trabalho e geração de renda; família; gênero; relações intergeracionais; substâncias tóxicas; e, impunidade de exploradores de adolescentes.

Essas categorias serão trabalhadas tendo como referência fundamental as informações colhidas nos depoimentos da CEI.

### ***Classe social - fator de exclusão sócio-econômica, educacional e cultural***

A exclusão social se intensificou a partir da década de 80, como consequência de um modelo de desenvolvimento concentrador do capital, dos recursos, das terras agricultáveis, dos bens de produção, que impôs, permanentemente, planos recessivos, que cortaram o consumo, achataram os salários, lançaram no desemprego e subemprego milhares de trabalhadores (qualificados ou não).

A produção interna foi destinada à exportação. As fronteiras e os mercados se abriram para a entrada de capital especulativo internacional. Com a queda das taxas para importação e das legislações de proteção à indústria nacional, os portos e aeroportos passaram a receber um fluxo cada vez maior de produtos eletro-eletrônicos, de carros, de alimentos, de supérfluos, etc.

Do ponto de vista social, o custo disso foi elevadíssimo e seu peso tem recaído sobre os segmentos mais empobrecidos da população. Isso tem significado a privatização dos serviços essenciais, como saúde, educação e moradia, entre outros. Os recursos para as políticas básicas e de assistência social - que conceitualmente são entendidas como um 'direito do cidadão e dever do Estado' - foram reduzidos drasticamente.

O ideário liberal se revigora nos anos 90, com uma nova roupagem neoliberal, se firma como proposta de superação da crise político-econômica e enquanto

---

<sup>66</sup> Ver mais sobre essa questão em Silva (1992), Sousa & Morais Neto (1997) e IBISS (1997).

possibilidade de afirmação brasileira perante o mundo industrializado. Internamente, propõe-se a estimular o desenvolvimento sócio-econômico, reduzindo o tamanho do Estado e o chamado custo Brasil.

O 'senhor' absoluto passa a ser o mercado, a livre iniciativa. A palavra de ordem é, a qualquer custo, conter a inflação, nem que seja com a recessão e a perda do poder aquisitivo de parcela significativa da população que, simplesmente, não tem como adquirir nem o básico para a sobrevivência com dignidade. Assim sendo, a elite dominante se propõe a implementar pequenas reformas, fazer uma maquiagem cosmética que resolva os impasses e os conflitos sociais.

Contudo, a questão não se restringe a essa dimensão conjuntural, ao modelo de desenvolvimento adotado, justamente com a finalidade de valorizar o capital, o mercado, a livre negociação em detrimento do trabalhador, do ser humano com seus direitos e necessidades. A questão é também política, como afirma Saffioti (1997):

"As classes sociais não se inscrevem somente no terreno econômico mas também no político. A conquista do poder político é absolutamente fundamental para a imposição e preservação da hegemonia de uma classe social sobre a outra". (p.143)

As relações no modo de produção capitalista são necessariamente antagônicas, tendo em vista os interesses distintos e inconciliáveis das classes sociais<sup>67</sup> que o constituem.

As relações sociais dentro desse modelo - no caso brasileiro com o agravante do subdesenvolvimento, da miséria e das profundas injustiças sociais, da concentração de riquezas - são estruturadas dentro da lógica dominação-exploração que, numa sociedade dividida em classes, permeia as relações de gênero e as étnicas, conforme salienta Silva (1992):

"... as relações de dominação-exploração se encontram imbricadas, podendo ser encontradas várias combinações, inclusive contraditórias ( ... ) Importa, pois, examinar a

---

<sup>67</sup> "É uma distinção e uma divisão social que resultam da distribuição desigual de vantagens e recursos, tais como riqueza, poder e prestígio. As divisões de classe baseiam-se em diferentes relações entre indivíduos e processo de produção, em especial na propriedade e controle dos meios de produção ( tais como maquinaria, terra e fábricas). Dicionário de Sociologia (1997:37,38).



feição singular que assumem as particularidades de cada sistema de dominação-exploração, na medida em que simbiotizam, constituindo um todo unitário, complexo, contraditório e multifacetado". (p. 27)

Sobre essa questão - exclusão sócio-econômica, educacional e cultural, os dados da CEI indicam:

Quadro 07 - Quanto aos fatores que levaram as adolescentes a serem exploradas, segundo os familiares

<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Instituição de Atendimento	01
Sócio – econômicos e Desejo de Consumo	04
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 08 - Quanto aos fatores responsáveis pela exploração, segundo os aliciadores

<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Sócio-econômicos/Drogas	01
Sócio-econômicos familiares e Iniciação Sexual Precoce	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Para os familiares, na maioria dos casos (Quadro 07), os fatores que contribuíram para a exploração sexual das adolescentes estão relacionados às questões sócio-econômicas e ao desejo de adquirir bens de consumo materiais (04); para 01, a responsabilidade é da instituição de atendimento. Na perspectiva da nossa reflexão, o fator sócio-econômico é uma variável fundamental na explicitação do fenômeno da exploração sexual de crianças e de adolescentes no Brasil. A exclusão social tem sido determinante na

manifestação e implementação da exploração sexual comercial (Silva, 1992; IBISS, 1996 e Gomes, 1996).

Dos suspeitos indiciados (Quadro 08) que informam os possíveis motivos da exploração das adolescentes, 01 relaciona-os com as condições sócio-econômicas e a utilização de drogas e 01, além das questões sócio-econômicas, também relaciona as condições familiares e a iniciação sexual precoce. Portanto, para 02 dos suspeitos, as condições sócio-econômicas estão envolvidas. A situação de miséria e exclusão social contribuem decisivamente para que as adolescentes fiquem numa situação de extrema exposição, o que facilita a atuação dos aliciadores. Na visão dos aliciadores, muitas adolescentes são envolvidas também porque já têm uma vida sexual ativa que se iniciou de forma muito precoce. Os fatores, segundo os aliciadores, guardam uma grande relação com os fatores levantados pelos familiares (Quadro 07).

Quadro 09 - Com relação à alfabetização, segundo adolescentes em aliciamento

<b>Alfabetizada</b>	<b>N</b>
Sim	09
Não	00
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 10 - Quanto a frequência a escola, segundo adolescentes em aliciamento

<b>Frequêntam</b>	<b>N</b>
Sim	08
Não	01
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 11 - Série que estavam cursando, segundo adolescentes em aliciamento

<b>Série</b>	<b>N</b>
2° Série	01

3° Série	01
4° Série	02
5° Série	02
6° Série	03
Total	09

Fonte: CEI – Goiânia

Os dados do Quadro 09 informam quanto à escolarização: 09 alfabetizadas, 08 freqüentando a Escola e 01 que havia abandonado (Quadro 10). Em termos de séries, a maioria (07) estava cursando da 4<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup>, pelo que demonstra o Quadro 11.

Quadro 12 - Quanto à escolarização, segundo adolescentes prostituídas

<b>Alfabetizada</b>	<b>N</b>
Sim	04
Não	02
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 13 - Freqüência à escola, segundo adolescentes prostituídas

<b>Continua Estudando</b>	<b>N</b>
Sim	00
Não	06
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

O Quadro 12 mostra que 04 eram alfabetizadas e 02, analfabetas. Contudo, 06 não mais freqüentavam a escola, conforme Quadro 13. Para os familiares uma das alterações no comportamento das jovens era a diminuição da freqüência à Escola (Quadro 30). Talvez seja significativo considerarmos que todas as adolescentes que estavam sendo aliciadas mantinham vínculos com a escola (Quadros 09, 10 e 11), o que pode ter contribuído para a não aceitação da proposta. Para Piva (1986):

"o baixo nível de escolaridade também é motivo para buscar outra forma mais fácil de ganhar dinheiro. A maioria das jovens que trabalham como prostitutas de "baixa categoria" não tem o curso primário. Muitas abandonaram a escola porque precisavam trabalhar (p. 8)."

É um círculo vicioso, pois a escolarização não garante rapidamente melhores oportunidades de trabalho e de vida, mas a necessidade de entrar para o mercado de trabalho faz com que milhares de crianças e adolescentes saiam da escola sem completarem o ensino fundamental, ou não obtenham sucesso no processo de escolarização. Nesse sentido, Bandeira (1995) vê no sistema escolar brasileiro um fator também de exclusão, que acaba contribuindo direta ou indiretamente para a exploração sexual de adolescentes. A pesquisa de Vaz (1994) traz alguns dados importantes, entre os quais: 17,57% daquelas prostituídas nunca tiveram acesso à escolarização; as dificuldades econômicas foram responsáveis, na sua maioria, pelo não acesso à escola; de 74 adolescentes, 25 eram analfabetas; e, de 50 adolescentes, 36 abandonaram a escola para se prostituírem. Neste estudo, demonstrado no Quadro 12, o fato de 2 não serem alfabetizadas é um dado significativo e guarda uma estreita relação com a pesquisa acima mencionada. A exclusão sócio-econômica se reafirma com o processo de exclusão do sistema educacional.

### ***Trabalho e geração de renda***

Se um dos fatores que mais contribuem para a ocorrência da exploração sexual comercial são as condições sócio-econômicas, parece ser importante considerar, à guisa de melhor compreensão desse fenômeno, que é social, a questão do trabalho.

Resende (1987) faz uma reflexão que situa o trabalho

"enquanto categoria explicativa da relação entre a objetividade e a subjetividade, o sujeito e o objeto: a superação da objetividade material, a humanização da natureza..." (p.52)

O trabalho é, portanto, uma categoria de análise que possibilita compreender a nossa inserção dentro do contexto de uma sociedade de classes em que a sobrevivência, a produtividade e o consumo se relacionam e delimitam a nossa existência.

Ainda, para Resende (1987), a constituição e confirmação da humanidade são decorrentes de sua própria ação e atividade:

"Por seu próprio trabalho, nessa batalha de vida e de morte, o homem criará e recriará sua condição humana, fará e refará seu percurso de forma penosa, lúdica, mágica e limitada." (p.:33)

Muito mais que delimitar a existência do homem, o trabalho a determina. A própria humanidade é construída pela ação transformadora, ação que modifica a natureza e, assim, nos modifica igualmente. Somos seres cuja existência é devedora do trabalho transformador. A sociedade é, portanto, uma sociedade do trabalho (Antunes, 1995 e Trigo, 1998), que enfrenta crises, mudanças, que se altera significativamente de tempos em tempos, não resta dúvidas, mas sempre uma sociedade do trabalho.

Mas o que é o trabalho? Para Pereira (1998:11), *"o trabalho pode compreender qualquer atividade que resulte, direta ou indiretamente, em condições de manutenção da vida."* E falando também sobre o trabalho, Antunes (1995) comenta que

"de um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessária" (p.76)

e continua,

"... deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada" (p.76)

Trabalho, por assim dizer, é uma ação duplamente transformadora (homem e natureza), que possibilita as condições necessárias para a sobrevivência, a manutenção da

vida e do próprio homem. Trabalhar é realizar atividades social e historicamente definidas, que têm uma utilidade para a perpetuação da vida e da espécie.

O trabalho, para Resende (1987), modifica a

"natureza se constitui na característica específica e essencial do gênero humano. Através do trabalho, o homem supera sua condição de ser natural e se converte em ser social." (p. 60)

O trabalho, como atividade humana consciente, com planejamento, se faz dentro de relações socialmente estabelecidas. Conduz o homem para o processo de humanização que se dá no confronto com o outro. Confronto que é também encontro na construção de bens materiais, de valores e de cultura.

Evidentemente, o trabalho como se apresenta hoje na sociedade brasileira está estruturado dentro do sistema capitalista e

"Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho." (Harvey, 1993:166)

É sobre a lógica do capitalismo que o trabalho se estrutura e acontece no cotidiano. As pessoas se inserem dentro de uma sociedade de classes em que, a rigor, o lugar ocupado pelo indivíduo e coletivamente é determinado pela apropriação dos bens de produção e pela venda da força de trabalho. Então, o trabalho, a atividade humana, tem um valor, um preço, que via de regra não é definido pelo trabalhador, mas por quem detém os meios de produção, o capital. Ou como defendem os teóricos e economistas neoconservadores, neoliberais, o mercado.

Trigo (1998), falando sobre a relação entre trabalho e capitalismo, afirma que

"O processo de trabalho, como processo no qual o capitalista consome a força de trabalho, mostra dois fenômenos importantes. O operário trabalha sob o controle do capitalista e o produto final desse processo pertence ao

mesmo capitalista e não ao seu produtor direto, o operário." (p. 80)

O controle do trabalho e das condições em que este ocorre é fundamental para a perpetuação do capitalismo, do seu lucro, da produção da mais-valia. O desenvolvimento do capitalismo se dá pelo controle do salário, crescimento do lucro (que, no capitalismo atual, se realiza muito pelo sistema financeiro que não tem pátria nem fronteiras), cartelização, processo de formação de oligopólios transnacionais e concentração cada vez maior dos bens de produção.<sup>68</sup>

Comentando sobre as transformações em curso no modelo de produção capitalista, Teixeira (1997) fala que

"O momento atual pode ser comparado ao do surgimento do capitalismo e das primeiras indústrias. Está em curso um processo sem precedentes de precarização das condições de trabalho, com fortes impactos no clima organizacional." (p. 48)

Na verdade, o "momento atual", como diz Teixeira (1997), iniciou-se, em certa medida, com a grave crise enfrentada pelo capitalismo mundial, materializada na recessão de 1973 (Harvey, 1993), que, necessariamente, levou o capitalismo, nas décadas de 70 e 80, a passar por "profundas transformações" (Antunes, 1995), que tiveram repercussões na organização do mundo do trabalho, nas relações capital-trabalho, no papel do Estado (como regulador e organizador do mercado), nas relações sindicais e políticas e, em especial, no modo de organização dos sistemas e processos de produção. Inicia-se a implantação de um modelo mais flexível de acumulação e trabalho, seguindo a concepção japonesa de organização do ambiente (toyotismo), das relações entre empresas e trabalhadores, da utilização do tempo livre pelo trabalhador e do sistema de benefícios sociais, entre outras mudanças.

O capitalismo mundial enfrenta a crise *"tornando-se cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso*

---

<sup>68</sup> Sobre a crise e a reorganização do sistema capitalista; os novos paradigmas, a superação do modelo de organização da produção no fordismo (linha de montagem) e o advento do toyotismo (flexibilização); as

*acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.*" (Harvey, 1993: 151)

O capitalismo mudou para não mudar. Fechou um ciclo acirrado por profundas contradições entre o capital e o trabalho e iniciou outro ciclo, alavancado, de um lado, pelo fim da guerra fria e o estabelecimento de uma nova ordem política mundial e, de outro, pelas novas tecnologias, revolução da microeletrônica e, especialmente, nova ordem econômica: alicerçada no mercado.

Do ponto de vista das profundas transformações no campo do trabalho, Trigo (1998) revela:

"O mercado de trabalho foi amplamente reestruturado graças à forte volatilidade do próprio mercado, ao aumento da competição e à necessidade de racionalização dos processos de trabalho para garantir maiores lucros ou, na maioria dos casos, para garantir antigas margens de lucro que se tornaram escassas. O mercado de trabalho mais "flexível"..." (p.87)

Flexibilização passou a ser, dentro dessa nova ordem econômica mundial, junto com o mercado, os conceitos mais discutidos e almejados. Para a nova organização do trabalho, espera-se um "novo" trabalhador: polivalente, que consiga trabalhar em equipe (não mais aquela idéia das grandes linhas de montagem), capaz de resolver problemas, com disponibilidade de trabalhar mais (horas extras) quando necessário e fundamentalmente mais produtivo.

Para Antunes (1995), essa reorganização no mundo do trabalho significou a desproletarização do trabalho industrial nos países desenvolvidos e, em menor monta, nos países de industrialização dependente e

" ... verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; verificou-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado" que marca a sociedade dual no capitalismo avançado... "(p. 41)

---

metamorfoses no mundo do trabalho, ver em Harvey (1993), Antunes (1995), Hirata (1997), Teixeira (1997) e Trigo (1998).



Como Antunes (1995) aponta, mesmo na era moderna, os operários e trabalhadores passam a conviver com o desemprego estrutural, o subemprego, o arrocho salarial, a recessão, em muitos países subdesenvolvidos combinada com elevados índices inflacionários. É a estagflação: recessão e crescimentos negativos na economia associados com altas taxas de inflação.

Nessa mesma direção, Frigotto (1998) constata que

"A dimensão crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho - síndrome do desemprego estrutural - precarização (flexibilização) do trabalho..." (p.41)

Intensifica-se, ainda no entendimento de Frigotto (1998), um processo de "globalização excludente", a partir do domínio das novas tecnologias que, associadas ao aumento da importância do capital morto (investimentos financeiros) e redução da importância do capital vivo (força de trabalho), levam, segundo ele, "*à possibilidade de superexploração da força de trabalho.*" (p.42)

O que a reorganização do capitalismo trouxe para o trabalhador foi o fantasma do desemprego, do aviltamento dos salários, da retirada de benefícios conquistados historicamente, maiores dificuldades na organização e na sindicalização e maior concentração dos bens de produção agora mais associados, com a globalização, ao mercado de capitais. Modernidade que significa flexibilização (para o mercado e o capital). O trabalhador passou a ser mais cobrado e responsabilizado seja pelo emprego ou pelo desemprego.

É nesse contexto de globalização da produção ao consumo, passando pelo mercado financeiro, que se desenvolve o conceito de 'empregabilidade', que se relaciona com a competência do trabalhador de, apesar de todas as condições adversas (desemprego, competitividade e recessão econômica), conseguir e se manter empregado. Hirata (1997) entende empregabilidade como "*probabilidade de saída do desemprego*" ou capacidade de conseguir um posto de trabalho e essa questão

... diz respeito à passagem da situação de desemprego para a de emprego (saída do desemprego e ingresso no contingente de empregados)." (p.33)

Admitir que a questão é de empregabilidade, de capacidade de conseguir um emprego, é admitir que a questão não é a do sistema que exclui e que não oferece oportunidades iguais, mas colocar a responsabilidade de estar ou não empregado no trabalhador, na sua formação e competência para conseguir e manter-se empregado. O indivíduo, e unicamente ele, é responsabilizado pela sua condição de estar empregado ou desempregado. É uma questão de competência, capacidade e formação individual e não de modelos econômicos adotados e do sistema capitalista que se constrói historicamente.

A aceitação da empregabilidade como uma questão pessoal de responsabilidade do trabalhador leva ao abandono do sonho acalentado pela cultura do pleno emprego, como revela Gentili (1998):

"A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece."(p. 89)

Essa é uma questão que parece, no momento, ter grande aceitação, até porque tem-se presenciado uma redução gradativa do tamanho do Estado e de algumas de suas atribuições históricas de regulador, fiscalizador e controlador de setores vitais da economia, bem como do abandono da idéia de universalização de serviços básicos e essenciais para a população, especialmente para os setores menos favorecidos. Por um lado, os serviços básicos têm sido privatizados (educação, saúde, moradia, telecomunicações, saneamento, energia etc), e, por outro, o mercado passa a ser o regulador da economia, do acesso ou não às políticas sociais básicas e ao próprio trabalho: condição fundamental para a existência humana.

A prostituição adulta, em muitos casos, é uma atividade exercida por mulheres que são arrimos de família, chefes de famílias (responsáveis pela criação de filhos, de netos e em várias situações, da sustentação dos próprios maridos), conforme revelam as pesquisas de Bacelar (1982), de Castro (1995) e de Fonseca (1996).

A inserção necessária no mundo do trabalho, objetivando a sobrevivência, das chamadas mulheres públicas e de seus dependentes tem se dado na forma de uma atividade (venda do corpo), que não é irregular, não constitui crime desde que não tenha um explorador (intermediário) e é regida "*pela lógica do capital e das mercadorias*" (Antunes, 1995:84).

Antunes (1995) aponta, à luz dos estudos de Marx, que, mesmo com as transformações da sociedade do trabalho, neste início de milênio, o trabalho, dentro da nossa cultura, e, segundo o autor, dentro de qualquer sociedade, continua sendo imprescindível para a existência humana. E o lugar que as pessoas ocupam é definido fundamentalmente pelas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

Assim, contestando os argumentos dos críticos da sociedade do trabalho, argumenta sobre

"a dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base e material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem desenvolver." (p. 84)

O que se considera a partir dessa discussão é o trabalho humano como possibilidade de existência material e simbólica e a inserção no mundo da prostituição daquelas adolescentes cuja sobrevivência tem como uma das alternativas se submeter a situações às vezes degradantes, aviltantes, em que lhe são negados alguns direitos básicos. Assim, a prostituição está colocada como uma alternativa de vida e sobrevivência material. Se não, vejamos o que os dados trazem:

Quadro 14 - Quanto foi oferecido para se prostituir, segundo as adolescentes em aliciamento

R\$	N
100,00	04
300,00	01
Não informam Quanto	04
Total	09

Fonte: CEI – Goiânia

Segundo o Quadro 14, se aceitassem, poderiam ganhar R\$ 100,00 e R\$ 300,00 no primeiro contato. Como eram virgens, no primeiro encontro com o "cliente", deveriam "tirar a roupa" e deixá-lo e passar a mão em seus corpos. Quatro adolescentes não informaram os valores, mas para elas também foi oferecido dinheiro.

Quadro 15 - Formas de aliciamento, segundo aliciadores

<b>Formas</b>	<b>N</b>
Promessa de Dinheiro e de Drogas	01
Promessa de Dinheiro	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 15 revela que o aliciamento era realizado com a promessa de dinheiro e de drogas em outro (01) e apenas promessa de dinheiro em (01). Dessa forma, a questão monetária estava envolvida em 02 dos casos. Dos envolvidos, 01 revela que ganhava de R\$ 100,00 a 300,00 com o aliciamento, como indica o Quadro 16. Parece que as dificuldades sócio-econômicas vividas pelos familiares e, em especial, pelas próprias adolescentes, eram fator preponderante para serem exploradas. As adolescentes que estavam sendo aliciadas, Quadro 14, revelaram que lhes era oferecido dinheiro para se prostituírem. As adolescentes prostituídas (Quadro 20) trouxeram também que a possibilidade de obter ganho financeiro estava presente: 84,4% das envolvidas. Dessa maneira, todos os depoimentos que tratam da questão das formas de aliciamento revelam que a promessa de dinheiro e o pagamento dos serviços sexuais contribuem decisivamente para a implementação da exploração sexual.

Quadro 16 - Ganho dos adolescentes, segundo os aliciadores

<b>Ganho – R\$</b>	<b>N</b>
De 1,00 a 5,00	01
De 50,00 a 100,00/Acima de 100,00	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

O Quadro 16 demonstra que, para 01 suspeito de aliciamento, o ganho das crianças e adolescentes não passava de R\$ 5,00; para outro (01), estava na faixa de R\$ 50,00 a 100,00 e até acima deste valor. As próprias adolescentes (Quadro 19), na sua maioria, afirmam que os rendimentos auferidos por programa sexual estava na faixa de R\$ 50,00 a 100,00. Assim como outras tantas atividades no mundo capitalista, a exploração sexual comercial é também um comércio estratificado e sofre as injunções do mercado (oferta e procura). Claro que, em se tratando de exploração sexual, existem outros fatores que afetam o valor da transação, tais como: idade, virgindade, local de ocorrência da exploração, origem sócio-econômica da criança/adolescente e grau de risco e dificuldade da atividade (leilão de meninas), entre outros.

Quadro 17 - Responsável pelo sustento da família, segundo adolescentes prostituídas

Responsável	N
Pai	00
Mãe	02
Adolescente	01
Não Informa	03
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

É significativo, conforme revela o Quadro 17, que, do grupo de adolescentes que se prostituem, 03, o pai, mesmo presente, não era o responsável pelo sustento e nem pela ajuda à sobrevivência da família. Em 02 dos casos, a mãe; e 01, a própria adolescente. De forma geral, os últimos levantamentos indicam que 25% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres (PNAD/90), o que, sem dúvidas, aumenta a necessidade da entrada precoce de crianças e de adolescentes no mercado formal e informal de trabalho, inclusive em atividades de extrema exploração. "*O Mapeamento e Contagem de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Região Metropolitana de Goiânia (2001)*"<sup>69</sup> encontrou 2153 crianças e adolescentes, sendo 1678 (77,94%) do sexo masculino, desenvolvendo

<sup>69</sup> Pesquisa/contagem realizada no dia 27 de novembro de 2001, pela Sociedade Cidadão 2000, em parceria com os municípios do entorno de Goiânia (Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo), Aldeia Juvenil-UCG, Conselhos Tutelares e de Direitos, Ministério Público do Estado de Goiás, Polícia Militar e organizações governamentais e não governamentais dos municípios envolvidos.

principalmente atividades como vendedores ambulantes, vigias de carro , engraxates, fretistas de feiras/supermercados, entregadores de panfletos e lavadores de carros entre outros, e 460 (21,37%) do sexo feminino, nas seguintes atividades: esmolando, dormindo e se prostituindo (33). A pesquisa sobre "*O Trabalho Informal de Crianças e Adolescentes em Goiânia - GO 2001*"<sup>70</sup> entrevistou 663 crianças e adolescentes, sendo 608 (91,7%) do sexo masculino e 55 (8,3%) do sexo feminino e as principais atividades desenvolvidas eram as de vendedores ambulantes, carregadores de feiras/supermercados, vigias de carros e engraxates, entre outras. A pesquisa de Peres (1997) indica, ainda, a importância para a sobrevivência das famílias da camada popular a renda auferida pelos filhos em atividades de subemprego e/ou com a mendicância.

Quadro 18 - Quantidade de programas por dia, segundo adolescentes exploradas

<b>Quantidade</b>	<b>N</b>
Um	02
Dois	01
Quatro ou Mais	01
Não Informa	02
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 19 - Valores cobrados por programa, segundo adolescentes prostituídas

<b>Valores</b>	<b>N</b>
De 10,00 a 50,00	02
De 50,00 a 100,00	04
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

No Quadro 18, as adolescentes informam o número de programas ao dia: 01 (02), 02 (01) quatro ou mais (01) e 02 não informaram e os valores cobrados por programa, conforme Quadro 19: 02 cobravam de R\$ 10,00 a 50,00 e 04 de R\$ 50,00 a 100,00. Para

<sup>70</sup> Estudo desenvolvido pela Sociedade Cidadão 2000 no período de Abril a julho/2001.

44,5% das adolescentes que estavam sendo aliciadas para a exploração sexual (Quadro 16), os valores oferecidos estavam na faixa dos R\$ 100,00, porque eram virgens. Já os aliciadores informam que os valores estavam em torno de R\$ 1,00 a 5,00 e de R\$ 50,00 a 100,00 ou até acima. Levando em consideração os diversos depoimentos e as informações decorrentes, os valores normalmente cobrados giravam em torno de 50,00 a 100,00 reais. Para Piva (1986:9), um número significativo de jovens entende que a prostituição é, “na situação delas, a maneira mais fácil de ganhar dinheiro” e, conforme diz Saffioti (s.d), quando relaciona a prostituição com outras ocupações secundárias, aquela possibilita uma melhor rentabilidade. Se ainda considerarmos que, “para as mais novas, especialmente as menores, a clientela é farta, a saúde ainda é boa, a renda é compensadora se comparada com outras atividades econômicas (Ughetto, 1988: 15).”

Quadro 20 - O que levou a se envolver com a prostituição,  
segundo adolescentes prostituídas

<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Ganhar dinheiro	02
Independência / Liberdade	01
Independência e Ganhar Dinheiro	01
Ganhar Dinheiro e Desejo de Consumo	01
Independência /Ganhar Dinheiro e Desejo de Consumo	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Os fatores responsáveis revelados no Quadro 20 são vários e se relacionam, mas sobressai a questão econômica para 05, conjugada ao desejo de independência (02), de consumo (02), apenas dinheiro (01) e busca pela liberdade e independência (01). Os depoimentos dos familiares (Quadro 07) e dos aliciadores também indicam que o fator sócio-econômico teve grande influência.

Para 04 dos familiares (Quadro 07), 03 dos aliciadores, para 100% das crianças e adolescentes que estavam sendo aliciadas e para 05 (Quadro 20) das adolescentes prostituídas, o fator sócio-econômico era o determinante para a comercialização do corpo na Região Metropolitana de Goiânia. Entretanto, devemos levar em consideração que a questão financeira, na opinião dos diversos depoentes, se associa ao

atendimento prestado por instituições (familiares), drogas (aliciadores) e desejo de liberdade e independência (adolescentes prostituídas).

Em relação à questão da liberdade, Sabóia (1996) diz que

"para o jovem de 15 e 17 anos é comum a necessidade de auto-afirmação e independência da família. Para alguns isto significa a busca de uma fonte de renda a partir do trabalho, mesmo pertencendo a famílias não-pobres. (p. 77)

Além da independência e da maior autonomia possibilitadas pelo trabalho e a renda dele advinda, muitos jovens, especialmente os das camadas populares, acabam assumindo uma parcela significativa do sustento das famílias (Peres, 1997).

Para 02 das adolescentes prostituídas e para 03 dos familiares, a prostituição se associava ao desejo de adquirir bens materiais que, em princípio, não se relaciona com a sobrevivência. Menezes (1995), falando sobre a exploração sexual em Brasília, diz: "*não é só da classe baixa: é da classe média, dessas meninas que têm um certo grau de educação (...) e continua: "... Todas com o mesmo objetivo: uma querendo um prato de comida, outras querendo uma roupa de marca.*" (1995:69-70) A pesquisadora Vaz (1996) também relaciona a exploração sexual comercial com uma série de fatores, inclusive o apelo que a sociedade de consumo faz sobre todas as pessoas de todas as classes para criar necessidades que vão muito além da sobrevivência econômica. Necessidades de consumir determinados produtos que são tão ou mais importantes que a alimentação e o vestuário, entre outros.

Contudo, reafirma-se à luz do presente estudo e também da pesquisa já citada (Vaz, 1994) com adolescentes prostituídas de Salvador (de 74 entrevistadas, 48 relacionam a questão da sobrevivência), que o fator sócio-econômico para crianças e adolescentes de baixa renda é determinante. Outros estudos, alguns históricos, também reafirmam a relação entre exploração sexual e a questão sócio-econômica (Rossiaud, 1991; Freyre, 1992; Gomes, 1996; Pinto, 1995 e IBISS, 1997).



***Família: locus da construção de sociabilidades***

Talvez a primeira pergunta que salta à mente daqueles que se propõem compreender um pouco mais o significado do termo família e os seus sentidos seja aquela que tenta desmistificar a sua origem e constituição inicial. Que busca desvendar os caminhos trilhados por essa organização social que vem se transformando no decorrer dos tempos. Entendendo que é uma categoria explicativa fundamental e que aparece recorrentemente nos discursos das adolescentes, dos aliciadores e dos próprios familiares, as informações devem ser minimamente discutidas.

Quadro 21 - Mudanças na vida depois que foram prostituídas,  
segundo adolescentes

<b>Mudanças</b>	<b>N</b>
Perdeu Contato com Família/Ganhou dinheiro / Perdeu tudo	01
Uso de Drogas / Perdeu o respeito e o carinho da família / Ganhou dinheiro	01
Ganhou Dinheiro	02
Uso de Drogas / Saiu de Casa / Sofreu muita violência	01
Parou de Estudar / Ficou com vergonha	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

O Quadro 21 demonstra que todas as adolescentes têm plena consciência do que mudou em suas vidas após o exploração sexual e, em geral, foram mudanças, pelos depoimentos, extremamente negativas, exceto pelo fato de terem ganho dinheiro (03), quase sempre associado à perda do contato com a família (02), ao uso de drogas (02), à perda do respeito e carinho da família (01), violência (01) e de não estar estudando mais (01). Para a maioria dos familiares (Quadros 29 e 30), as adolescentes foram afetadas tanto na convivência familiar quanto comunitária após o envolvimento com a prostituição. Talvez a mudança mais significativa além do envolvimento com drogas seja o afastamento do cotidiano da família. Se os laços familiares já eram frágeis, em muitos casos se romperam completamente.

Quanto à idéia de família e sua constituição inicial, Poster (1979) e Bacelar (1982) se fundamentam nos estudos antropológicos de Lévi-Strauss sobre o surgimento do tabu do incesto como elemento tanto "*protótipo de toda lei social*" instituidor das sociedades humanas, possibilitando, com a sua implementação (tabu do incesto), a circulação das pessoas e, especialmente, das mulheres entre diversas famílias, impedindo o fechamento das famílias em si mesmas com as possibilidades de intercursos sexuais entre membros de um mesmo clã.

De acordo com Bacelar (1982), a proibição do incesto, antes de ser uma regra que proíbe os casamentos entre parentes próximos, é uma regra que leva as famílias a cederem seus membros para outras famílias e

"A proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consangüinidade ao fato cultural da aliança. (p. 25)

O tabu do incesto, para Poster (1979), é o responsável pelo surgimento da sociedade humana e, assim, revela a sua essência. Vê também no incesto, antes que uma forma negativa, a certeza de que as famílias enviaram suas filhas para outras famílias e vice-versa. Antes de ser restritivo, por conta do parentesco consangüíneo, é uma certeza que leva as famílias conjugais a se abrirem para outros grupos familiares.

Definida como laços de consangüinidade e de responsabilidade, os limites e as possibilidades das relações intra e inter-famílias vêm sendo determinadas, através dos tempos, nas diversas sociedades, a partir das diferenças culturais, e isso é verdade para um determinado grupo social em diferentes períodos.

Poster (1979) defende que a família é o lugar privilegiado para constituir a "estrutura psíquica" do sujeito e a sua experiência consubstancia "padrões emocionais." Ainda, como espaço de relações sociais, a família, segundo o mesmo autor, "*é conceptualizada aqui como uma estrutura emocional, com relativa autonomia, a qual constitui hierarquias de idade e sexo em formas psicológicas.*" (p. 173)

Bacelar (1982) entende a família como uma rede de unidades mínimas significativas composta por sistemas de parentescos. E entende que, para a sua sobrevivência, os sistemas de parentescos, em que pese não terem a mesma importância para todas as sociedades, são fundamentais. Mesmo o sistema de parentesco não pode existir sem a família.

Bacelar (1982) fala que

"a família constitui-se em uma rede de unidades mínimas significativas que compõem o sistema de parentesco. É a mesma formada por um grupo de indivíduos aparentados entre si e mantendo um sistema de atitudes, compondo uma mesma unidade familiar. (p. 70)

Família e parentesco, sendo interdependentes, podem ser definidos a partir da unidade residencial, pelas relações de consangüinidade, de dependência emocional e psíquica estabelecidas pela mesma visão de mundo, por um conjunto de valores compartilhados, pela busca da sobrevivência comum, pela divisão social e sexual do trabalho previamente acordados e, em geral, é estruturada para manter a "*interdependência de papéis e organizada para promover os recursos necessários à manutenção e maturação dos indivíduos.*" (Bacelar, 1982:70)

Dessa forma, entende-se que, mesmo tendo uma relativa autonomia em relação à economia, como afirma Reis (1984),

"a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais." (p. 101)

Historicamente, convivem, num mesmo período, modelos diferentes de famílias, como afirma Donzelot (1986) em *Polícia das Famílias* sobre o surgimento da família burguesa no século XVIII e o seu processo de consolidação no século XIX. Esta convive com outras formas de organização familiar como a popular, operária. Donzelot (1986) descreve o processo de estruturação da família moderna como a lenta absorção do modelo de família nuclear burguesa para todas as camadas sociais. Processo que se dá, entre outras coisas, pelo casamento, tendo como base o amor romântico, o amor maternal, a implantação de regras de higiene, de controle corporal e conservação das crianças (aliança médico-família), separação da habitação (com espaços próprios para cada atividade, para cada morador) do lugar de trabalho, bem como a sua redução, para permitir: apenas a convivência do núcleo familiar básico (pai, mãe e filhos), o isolamento e a auto-

suficiência do núcleo familiar em relação à comunidade, a divisão sexual e social do trabalho e das responsabilidades quanto ao sustento da família e da educação dos filhos, o controle sobre a sexualidade de forma diferenciada sobre os filhos e as filhas e a implementação da educação escolar como extensão da educação na família e vice-versa.

A família nuclear burguesa, de acordo com Almeida (1987), se refere,

"àquela família intimista, agindo e circulando no delimitado, no privado, ao qual se opõe o espaço do público; à família que não se confunde com a área da produção, caracterizando-se por ser somente uma unidade de consumo..." (p. 61),

que surge no processo de crescimento da burguesia industrial e na vinculação ideológica com a família protestante.

Ainda considerando o desenvolvimento histórico, Poster (1979) faz um estudo comparativo dos diferentes modelos de família: a família burguesa de meados do século XIX, a aristocrática dos séculos XVI e XVII, a camponesa dos séculos XVI e XVII e a da classe trabalhadora do princípio da revolução industrial. Descreve a forma de organização e estruturação da vida emocional e psíquica a partir dos três primeiros estágios de desenvolvimento propostos por Freud (oral, anal e genital), os tipos de união, a distribuição dos papéis sexuais, o exercício da sexualidade, as relações entre pais e filhos e as relações sociais e comunitárias entre outros aspectos. Tendo como referência o estudo comparativo dos quatro modelos de estrutura familiar, conclui, primeiro, que o modelo burguês se diferencia de forma decisiva dos demais modelos (especialmente no que diz respeito à autoridade dos pais sobre os filhos, ao amor e ao cuidado daqueles e troca da satisfação corporal pelo amor) e, segundo, pressupõe a continuidade da história, ainda que esta não seja um fenômeno unitário, não tenha um padrão homogêneo de transformações: *"a história da família é hoje conceptualizada como descontínua, não-linear e não-homogênea."* (p. 215)

No tocante ao Brasil, resguardando-se as devidas diferenças e proporções, como revela Almeida (1987),

“ a matriz da família patriarcal, com sua ética dominante, espalhou-se por todas as outras formas concretas de

organização familiar, seja a família dos escravos e dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente." (p. 56)

Para melhor compreensão desse modelo de família brasileira, a patriarcal colonial-escravista, Freyre (1997) descreveu o seu perfil ideológico, sua organização, a distribuição dos papéis sexuais e sociais bem como as suas contribuições e influências nos demais modelos de estruturação familiar. No caso brasileiro, a família patriarcal (rural, branca e poligâmica) foi o ponto de partida (Almeida, 1987). Como uma forma de organização social, política e econômica, esse modelo acabou por se tornar uma referência de família:

“no interior de um solar mineiro, de um engenho pernambucano, de uma fazenda fluminense ou paulista, podem-se encontrar grupos domésticos que concretizam em maior ou menor escala os valores de tal "família patriarcal" (Matta, 1987: 129).

A família brasileira, talvez mais do que as famílias de outras sociedades, é diversidade constante e movimento permanente, entre outros motivos, pela tensão oriunda da convivência entre pessoas de origens tão diferentes (brancos europeus, negros e indígenas entre outros) num processo contínuo de exclusão, marginalização, discriminação e exclusão/inclusão, miscigenação e incorporação de valores, religiosidade, costumes e crenças. Nesse sentido, Da Matta (1987) afirma que:

"a organização brasileira não é apenas a sua diversidade empírica, mas a sua capacidade simbólica de tudo agregar e de ter vários modelos de vida doméstica em múltipla e franca relação, todos mais ou menos auto-referidos, como um jogo de espelhos." (p. 131)

Do ponto de vista da organização familiar, ainda que os grupos e indivíduos se desviem das normas e padrões estabelecidos, eles mantêm, contudo, uma relação com as normativas acordadas e modelos comumente aceitos. No caso brasileiro, podemos constatar que a entrada da mulher para o mercado de trabalho (no vácuo dos movimentos

de defesa dos direitos das mulheres e na luta pela emancipação), a quantidade de famílias chefiadas por mulheres (em torno de 25%, de acordo com dados do IBGE), o crescimento de pais separados que assumem a guarda dos filhos entre outros fatores, vêm contribuindo significativamente para mudar a concepção e a forma de organização da família. Portanto, como afirma Bacelar (1982) em seu estudo sobre "*A Família das Prostitutas*", a família nuclear não é o único modelo de análise, mas existem outras formas de família que cumprem as funções estabelecidas socialmente.

Mas a família vem sofrendo significativas transformações. No advento da família moderna (modelo nuclear burguês) que se consolida, se torna hegemônico em detrimento de outras formas de organização familiar, algumas funções têm, historicamente, grande relevância. Entre estas, como afirma Reis (1984), a família tem se constituído como importante mediadora entre a sociedade e o indivíduo e, assim, através do seu olhar, percebe e internaliza o contexto social e "*...é a formadora de nossa primeira identidade social.*" (p. 99)

Ainda segundo Reis (1984), a família contemporânea cumpre três funções básicas, todas vinculadas à reprodução, quais sejam: a de reprodução biológica, que se relaciona à perpetuação da espécie humana, à continuidade do código genético, do parentesco consanguíneo, e de maneira também correlata à continuidade social da estrutura familiar; de reprodução da vida material, aqui relacionada com as condições materiais de existência, da mão-de-obra, as condições econômicas de existência; e, por fim, a de reprodução da ideologia dominante na sociedade, como forma de aceitar, por um lado, e justificar, por outro, a dominação-exploração histórica e socialmente estabelecida, inclusive as diferenças, na medida em que são repassadas como naturais e universais.

Talvez a função primordial da família possa ser definida como agência socializadora, que se pode conceituar, em se tratando da criança, como

“... processo pelo qual ela internaliza a ordem social, numa relação dinâmica entre a cultura e a sua subjetividade.”  
(Amas, 1995: 22)

No processo de socialização, dinâmico por natureza, a criança vai apreendendo o mundo que a cerca a partir da cultura, dos valores, das regras, dos sentimentos e emoções e da visão de mundo dos adultos significativos e responsáveis pela sua sobrevivência material e emocional. Criam-se, então, as condições necessárias para a

construção social dos papéis que, no entendimento de Reis (1984), têm no filho o primeiro papel social a ser desenvolvido. No modelo burguês de organização familiar, este é apreendido a partir da submissão aos pais, do controle sobre a sexualidade e o corpo e da aceitação plena da autoridade destes. Portanto, esse modelo de família cumpre uma função socializadora e reprodutora de uma forma de poder vertical e centralizador. Filhos, via de regra, existem para obedecer aos pais que, alicerçados no amor (obediência), sabem o que é melhor para os seus corpos e suas vidas, inclusive, mais tarde, profissionalmente. Dessa forma, é nesse ambiente normatizado, repleto de valores, *"símbolos, e representações sociais que têm a ver não apenas com a cultura, o casamento, o parentesco, as hierarquias etárias, entre outras, mas também com o fato de seus membros serem sexuados, desigualmente valorizados socialmente"* (Arrazola, 1997:355), que se dá o processo de construção de identidades e os papéis sociais e sexuais.

É importante fazer referência aos diferentes processos de organização familiar analisados por Monteiro (1997), que têm possibilitado tanto o enfraquecimento da função socializadora da família, especialmente a nuclear burguesa, por um lado com a entrada cada vez maior do Estado (esfera pública) no campo outrora quase exclusivo da família (esfera privada), normatizando e legislando sobre as relações aceitáveis ou não e, por outro lado, com a concorrência de outras instituições no processo de socialização, tais como: os meios de comunicação, a escola, os tribunais infanto-juvenis, a publicidade, os serviços de saúde, de assistência social e de várias organizações da sociedade civil que atuam, principalmente, na área da defesa dos direitos de crianças e de adolescentes que, na história recente do Brasil, ocupam um importante lugar, como protagonistas da luta pela garantia dos direitos humanos fundamentais. Outras situações, como condições sócio-econômicas que, em milhares de casos, levam as crianças e os adolescentes a se envolverem precocemente com o trabalho, a gravidez na adolescência, o envolvimento com substâncias químicas e grupos de amigos, entre outras, também podem interferir nos rumos da socialização.

Poster (1979), já no final dos anos setenta, apontava que

"Os indicadores de desequilíbrio da família estão crescendo de forma alarmante: divórcios, crianças maltratadas, alcoolismo, famílias sem pai ou sem mães, homens ou mulheres vivendo sozinhos, doenças mentais.

Muitos analistas da família concluíram que a família deixou de proporcionar o contexto de apoio emocional que outrora fornecia." (p. 1578)

O ambiente familiar não se constitui, em todos os casos, naquele lugar de respeito, de proteção e de segurança como se esperava, mas, em milhares de situações, num lugar de violências de toda ordem (física, sexual e psicológica). É o que descreve Furniss (1993), tendo como base os vários anos de experiência em atendimento a crianças e de adolescentes vítimas de abuso sexual intra-familiar (abuso incestogênico). Situações em que os pais não mais protegem, mas se tornam violadores de corpos e afetos ou simplesmente se tornam coniventes com as violações, como é o caso de muitas mães "cúmplices silenciosas".

Estudos recentes de cidades brasileiras apontam que a violência, se não aumentou, pelo menos ganhou maior visibilidade nos lares, especialmente naqueles da camada popular. Arrazola (1997), em seu estudo sobre um grupo de adolescentes da camada popular de Recife-PE, deixa claro que

“... atualmente, constituem lugar-comum as denúncias e estudos que caracterizam o espaço doméstico como um dos locus da violência contra a mulher e a prole, em especial a violência de gênero contra as meninas, sejam elas filhas biológicas ou adotivas, enteadas, irmãs etc" (p. 356).

Nesse sentido, os estudos de Monteiro (1997) sobre a “*Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes em Goiânia*” e de Sousa e Moraes (1997) sobre “*Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia*” revelam situações em que uma parcela significativa da infância e da adolescência goiana é deliberadamente violada nos seus direitos fundamentais. Violações que se tornam talvez mais terríveis porque são cometidas por aqueles que deveriam garantir a proteção e o afeto: os próprios pais.

Poster (1979) já se perguntava se a família efetivamente contribui para a opressão das mulheres e das crianças, para a consolidação de um modelo de exploração econômico (capitalismo) e para a implementação das doenças psíquicas. Segundo o Amas (1997), as mudanças podem ocorrer no âmbito da família, resguardando o contexto sócio-



cultural, e podem ter relações com: (a) crises, conflitos e situações que desestabilizem o grupo familiar; (b) reorganização do próprio núcleo familiar advinda de condições materiais de existência e até pelo desenvolvimento dos filhos; (c) e reorganização da família em função de novos projetos do grupo como um todo ou de um membro em particular.

Pelo estudo de Reis (1984), a organização familiar que associa amor e autoridade (nuclear burguesa) ainda tem prevalecido, mantendo ainda uma forte divisão dos papéis sexuais e a repressão à sexualidade. Mas, para ele, mesmo mantendo-se,

“... traz agora gritantes conflitos instalados em seu interior, que, em geral, são desencadeados pelas gerações mais novas. Nesse sentido, são as classes médias que apresentam com mais ênfase os padrões familiares burgueses e, ao mesmo tempo, exprimem mais claramente a existência desses conflitos.” (p. 118)

Monteiro (1997), ao avaliar as mudanças ocorridas no seio da família, deixa claro que outro modelo de família está surgindo: o que tenta conciliar questões até então inconciliáveis, tais como liberdade individual e relações afetivas. E afirma que, em decorrência de vários fatores historicamente colocados,

as rupturas a que se assiste hoje, no interior da família, passam a ser vistas como o ponto alto de um processo de dissociação iniciado no século XIX e ligado ao desenvolvimento do individualismo modelo, expresso por um grande desejo de felicidade, de autonomia e de reconhecimento da sua própria identidade.” (p. 23)

Continuando a sua reflexão, Monteiro (1997) deixa entender que um dos fatores que têm contribuído para o processo de transformação da família se relaciona com o enfraquecimento da figura paterna (que para ela não é um fenômeno novo) como autoridade absoluta e provedora do núcleo familiar. Mesmo essas transformações, segundo Monteiro, não ocorrem isoladamente, mas são decorrentes da reorganização do sistema capitalista e de alterações no "Estado Burguês" que, a partir de suas instituições, assume cada vez mais uma função também socializadora. Portanto, o que ocorre efetivamente é

uma perda progressiva do poder e da autoridade dos pais sobre os filhos, especialmente a autoridade paterna. Instala-se uma crise de características, no mínimo, transformadoras: o pai, que já não consegue mais ser o provedor, não detém mais, em milhares de casos, o poder econômico sobre a família, não lhe garante inclusive condições mínimas de sobrevivência, mas quer continuar exercendo sua autoridade (afetiva). E por esta não ser mais *"reconhecida como tal, age de forma autoritária, chegando muitas vezes à violência física, que é a manifestação física da perda da autoridade."* (p. 4 1)

Poster (1979), falando das transformações do modelo de família burguesa herdado do século XIX, aponta que a mulher, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e tendo como base os movimentos feministas, que desafiaram a ordem estabelecida quanto ao seu papel na família (responsável única pelo cuidado dos filhos) e na sociedade (não provedora), tem ocupado um papel cada vez mais ativo na família e, assim, as tarefas domésticas, antes consideradas de exclusividade das mulheres, hoje são cada vez mais vistas como atividades de ambos os cônjuges. Já o pai não é mais um proprietário de bens a serem transmitidos para os filhos, segundo Poster (1979), *"... nem mesmo possui aptidões nem habilitações para ensinar, dado que cada geração deve adaptar-se a uma tecnologia em rápida evolução (p.218)."* Assim, em função dessas transformações, os princípios de companheirismo, amor, intimidade, dentro do modelo burguês, nunca foram tão questionados como agora.

Em sua análise, as mudanças também, em decorrência de uma intervenção cada vez maior do Estado, para limitar os excessos cometidos pelos pais em nome da autoridade absoluta sobre os filhos, aumentaram significativamente as *"exigências mútuas de plena satisfação emocional e sexual dos parceiros"*. Por conseguinte, também apareceram novas formas de casamento (não é mais o modelo único de união), de contratos de vida a dois, aumento das separações e do divórcio, de casamentos que continuam apesar da infelicidade e da frustração dos cônjuges. Situações que geram sentimentos conflituosos e ambivalentes e *"parecem criar hoje uma contradição dentro da família."* (Poster, 1979:220)

Quadro 22 – Grau de parentesco dos familiares com as adolescentes prostituídas

<b>Relação de Parentesco</b>	<b>N</b>
Mãe	04
Irmã	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 23 – Idade dos familiares

<b>Idade</b>	<b>N</b>
25 a 34 anos	02
35 a 44 anos	02
45 a 55 anos	01
Total	05

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 22 evidencia que o envolvimento de familiares do sexo feminino representa, no caso analisado, a totalidade. São pessoas na sua maioria na faixa etária de 25 a 44 anos, conforme Quadro 23. Parece que existe um interesse maior por parte de mães e irmãs no comprometimento e na busca de soluções para a situação das adolescentes prostituídas, mesmo considerando a existência da "*Conspiração do silêncio*" (Saffioti, 1995) em torno da exploração comercial ou, como denominou Azevedo e Guerra (1989), do "*pacto de silêncio*" em torno do abuso sexual intra-familiar e a saída de casa/lar para as ruas. Ainda para Azevedo e Guerra (1995), o envolvimento das mães em muitos casos tem sido de "*cúmplice silenciosa*", mas se considerarmos as denúncias realizadas pelas pessoas com algum nível de parentesco, especialmente das mães, elas têm sido maior tanto nos casos de abuso sexual intra-familiar como nas situações de exploração sexual comercial. É o que revela também a pesquisa de Sousa e Moraes (1997), realizada a partir de dados da Delegacia da Mulher de Goiânia e dos jornais O Popular e Diário da Manhã.

Quadro 24 - Há quanto tempo tinha conhecimento da situação das adolescentes

<b>Tempo</b>	<b>N</b>
Menos de 1 ano	02
De 1 a 2 anos	02
Mais de 2 anos	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 25 – Através de quem tomou conhecimento

<b>Informante / denunciante</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
A própria adolescente	03	60
Outra filha	01	20
Pessoa conhecida	01	20
Total	05	100

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 24 demonstra que a maioria já sabia da situação havia pelo menos um ano e o Quadro 25 indica que ficaram sabendo pela própria adolescente, por outra filha e através de pessoa conhecida. Os dados acima revelam que a própria adolescente envolvida tem se constituído na maior fonte reveladora da situação, tanto para adolescentes prostituídas, como para os adolescentes envolvidos em outras situações de rua, como a mendicância, o subemprego e aqueles que fazem da rua seu espaço de moradia. A mãe tem se constituído na referência mais importante e no ponto de apoio mais procurado, como revela a pesquisa de Peres (1997).

Quadro 26 – Quanto à reação da família após tomar conhecimento da situação

<b>Providências Tomadas</b>	<b>N</b>
Envolveu-se e Denunciou	02
01	
01	

Não soube o que fazer	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 27 – O que se pôde fazer pela adolescente

<b>Tipo de Ajuda</b>	<b>N</b>
Denunciou e pediu ajuda	02
Deu conselhos e levou para psicólogo	01
Achou que não podia fazer mais nada	02
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Pelo Quadro 26, após tomar conhecimento da situação, 03 tentaram de alguma forma ajudar a adolescente a sair da situação, 01 não soube o que fazer e 01 ignorou o que estava acontecendo. Para os familiares, o fato de prestar depoimentos na CEI já era uma forma de ajudar a resolver o "problema", ainda que fosse na forma de denúncia. Além do "*Pacto de Silêncio*" em torno da situação tanto de abuso quanto de exploração sexual, outro fator importante é o sentimento de impunidade (um dos fatores responsáveis pela violência sexual que será analisado à frente) e a efetiva aplicação da legislação existente. Tem de ser considerada também a inadequação do Código Penal na tipificação e na definição das penalidades previstas para os diversos crimes sexuais que à sua luz são considerados crimes contra os costumes (Veronesi, 1995 e Oliveira, 1997). Sousa e Morais (1997) revelam que o registro da denúncia nos órgãos competentes, que deveria ser o começo da investigação, na maioria dos casos se constitui no fim do processo. O Quadro 27 também reafirma que uma parcela significativa dos familiares tem na denúncia uma possibilidade concreta de ajuda. Do total de 05 familiares que prestaram depoimentos, 03 tentaram ajudar a adolescente e 02 acharam que já não podiam fazer mais nada. Dessa forma, mesmo não conseguindo, a maioria tentou de alguma forma resolver a situação, mesmo que denunciando ou apenas dando conselhos.

Quadro 28 - Comportamento das adolescentes antes  
de serem prostituídas

<b>Comportamento</b>	<b>N</b>
Rebelde /desobediente	01
Violento/agressiva	01
Bom/obediente	02
Não informa	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 29 – Mudança no comportamento após a  
família ficar sabendo

<b>Houve mudança</b>	<b>N</b>
Sim	04
Não informa	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Para os familiares, as adolescentes já tinham um comportamento rebelde/desobediente ou violento (02) e, para 02, eram obedientes, segundo o Quadro 28. Entretanto, a maioria (04) informa que houve mudança no comportamento da adolescente após a família ficar sabendo sobre a exploração (Quadro 29).

Quadro 30 – Mudanças em relação à comunidade,  
segundo os familiares

<b>Alterações ocorridas</b>	<b>N</b>
Fugiu de contatos	02
Ficou mais retraída	01
Diminuiu a frequência à escola	01
Não informa	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Pelo Quadro 30, constata-se que também ocorreram mudanças significativas das adolescentes em relação à comunidade: 02 fugiram de contatos, 01 ficou mais retraída e 01 diminuiu a frequência à escola. As mães especialmente, segundo depoimentos, perceberam as mudanças nos comportamentos das filhas/adolescentes, mesmo antes de saberem da situação. Mesmo que sem proximidade, notaram alterações significativas no humor, na redução do tempo de permanência em casa (sem explicações justificáveis) e na aquisição de bens de consumo, entre outras manifestações. Contudo, a CEI não possibilitou informações para uma análise mais aprofundada dessa questão.

Quadro 31 – Moradia segundo adolescentes em aliciamento

<b>Com família</b>	<b>N</b>
Sim	09
Não	00
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 32 – Organização familiar: adolescentes em aliciamento

<b>Pais moram juntos</b>	<b>N</b>
Sim	08
Não	01
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

Quanto ao local de moradia (Quadro 31), das que estavam sendo aliciadas todas residiam (09) com familiares e, em 08 delas, os pais viviam juntos. Para apenas 01 os pais não moravam juntos (Quadro 32). Talvez seja significativo observar que tanto as adolescentes mantinham vínculos afetivo-sociais com os pais, como estes também, na sua maioria, permaneciam no relacionamento conjugal. Mesmo que a CEI não tenha investigado as relações sócio-familiares, este trabalho fará algumas reflexões sobre esta questão, tendo como base as informações dos Quadros 35 e 36.

Quadro 33 – Com quem moravam, segundo os aliciadores

<b>Com Família</b>	<b>N</b>
Sim	02

Não	00
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 34 - Sobre o parentesco com as adolescentes prostituídas,  
segundo os aliciadores

<b>Tinha Parentesco</b>	<b>N</b>
Sim	01
Não	01
Não Informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 35 – Moradia, segundo adolescentes exploradas

<b>Mora com Família</b>	<b>N</b>
Sim	03
Não	03
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 36 – Se os pais vivem juntos, segundo as adolescentes  
exploradas

<b>Vivem juntos</b>	<b>N</b>
Sim	03
Não	00
Não informa	03
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 35 demonstra que 03 moravam com a família e 03 não moravam com familiares. Com relação aos vínculos familiares, os aliciadores (Quadro 33) indicaram que as adolescentes continuavam mantendo-os ainda que parcialmente. Das adolescentes



em processo de aliciamento (Quadro 31), a totalidade tinha vínculos permanentes com os familiares. Ainda, entre aquelas já prostituídas, 03 informaram que os pais continuavam morando juntos (Quadro 36)

Castanha (1995), falando da situação de exploração sexual, diz: "*a primeira referência que você tem é que o desamparo daquela menina advém de uma situação do não amparo familiar.*" (p.103) A família, dentro da nossa tradição e cultura, cumpre um papel fundamental no processo de desenvolvimento e socialização da criança e do adolescente. Mesmo com toda a crise, o modelo burguês de família que vem sendo gestado historicamente continua sendo uma referência importante na sua proteção e amparo. (Reis, 1984; Bruschini, 1993 e DaMatta, 1987). Porém, infelizmente, a família, em muitos casos, "passa a não garantir de forma *segura a vida material de seus membros, não consegue protegê-los do mundo exterior*" (Guerra, 1985:51). Em outros casos, os membros da família são os primeiros a abusar e a explorar sexualmente das crianças e dos adolescentes.

Em termos de moradia, os depoimentos revelam que 100% das adolescentes que estavam sendo aliciadas moravam com os familiares (Quadro 31), mas, segundo os aliciadores, 02 das prostituídas moravam com os familiares (Quadro 33); já 02 das adolescentes que estavam sendo prostituídas relataram que não moravam com familiares e 01 alternava a moradia com a família e nas Casas de Programas (Quadro 38). Existem contradições, portanto, entre as informações apresentadas pelos aliciadores (maioria morava com familiares) e pelas adolescentes prostituídas (maioria não morava com familiares). A partir, porém, de outros estudos, podemos observar que a permanência em casa ficou praticamente impossível para a maioria. Vaz (1994) revela que das 74 adolescentes pesquisadas apenas 23 continuavam morando com a própria família e o estudo de Silva e outros (1995) também indicam, inclusive pela distância e pelos locais em que as adolescentes eram exploradas, que as relações familiares praticamente inexistiam. Dimenstein (1994) revela situações de exploração sexual em que as adolescentes não mantinham mais nenhum vínculo com os familiares. A dificuldade de convivência já instalada para a adolescente pode deixá-la mais vulnerável à exploração.

Quadro 37 - Quanto ao conhecimento da família,  
segundo as adolescentes exploradas sexualmente

<b>Tem conhecimento</b>	<b>N</b>
Sim	04

Não	01
Não Informa	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

O Quadro 37 revela que a maioria das famílias (04) sabia das atividades das adolescentes com a prostituição, 01 não sabia e 01 não informou. Os Quadros 24 e 26 que, respectivamente, informam o tempo de conhecimento sobre a situação por parte das famílias e a reação após esse conhecimento, indicam que os familiares, na sua maioria, tentaram de alguma forma ajudar as adolescentes a superar a exploração sexual. Sousa e Neto (1997), em seu estudo, demonstram que 57,2% das denúncias foram feitas por familiares, especialmente os pais (42,9%). Isso, contudo, não isenta os pais da responsabilidade, em muitos casos, pela exploração sexual comercial, em situações que vão do agenciamento, "venda" para o comércio sexual, convivência/cumplicidade, à questão de simplesmente não empreender o menor esforço para ajudar os filhos (as) envolvidos (as).

Quadro 38 – Local de moradia, segundo adolescentes exploradas

<b>Local de Moradia</b>	<b>N</b>
Com a família	01
Com família e casa de programa	01
Casas de programa	01
Barracão alugado	02
Nas ruas	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 38 mostra que, mesmo sob conhecimento, apenas 02 moravam com a família total ou parcialmente; as demais (04) moravam em casas de programa, barracões alugados ou nas ruas. A convivência com os familiares, mesmo considerando que 03 (Quadro 26) deles tentaram fazer alguma coisa para contribuir na superação da situação, ficou praticamente impossível.

### ***Gênero: uma construção histórica***

Na história das diversas sociedades, percebe-se que os seres humanos delimitam funções e atividades próprias para este ou aquele sexo, isto é, para os dois sexos tradicionalmente aceitos. As culturas, os grupos sociais e, especialmente, a família atuam para que padrões de comportamentos sejam definidos e repassados às gerações futuras. Contudo, mesmo com o dinamismo das relações sociais através dos tempos, determinados comportamentos e posturas ou formas de inserção no tecido social passaram a ser requeridos como se tivessem uma naturalidade própria, um caráter de universalidade. Quotidianamente ouvimos as frases 'no meu tempo era assim' ou 'no meu tempo não era assim'. São frases que indicam, contraditoriamente, a compreensão das modificações dos fatos sociais e o apego a determinadas concepções/posturas.

A questão de gênero e suas relações vêm sendo o pano de fundo para a constituição de antagonismos, de embates, de aceitações e de confrontos intra e interculturais. Aqui fala-se do

"sexo social - portanto, o gênero - como uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivência, lugares, interesses."(Lavinias, 1997:16)

Os papéis sexuais são normatizados pela convivência entre pessoas, com funções exercidas num dado momento da história, seja pessoal ou social.

O sexo é possibilidade biológica que sofre injunções de variáveis relacionadas com os aspectos físicos, geográficos, climáticos e nutricionais e com cruzamentos entre as diferentes raças. Sofre ainda injunções como construção social. É demarcado por funções e papéis que são requeridos diferentemente, dependendo da cultura, do desenvolvimento do grupo social, da inserção no contexto sócio-econômico, no mundo do trabalho, da idade e da raça.

Segundo Silva (1992):

“gênero é um conceito mais adequado para analisar a relação entre a subordinação das mulheres e a mudança social e política. O Gênero de um ser humano é o

significado social e político historicamente atribuído ao seu sexo. Nascemos macho ou fêmea. Somos *feitos* como um homem ou uma mulher. E o processo *fazer* homens e mulheres é então historicamente e culturalmente variável (...)”(grifo da autora). (p. 20)

No campo feminino, tratar de gênero é, necessariamente, tratar da *subordinação* da mulher ao homem como uma necessidade colocada pelas 'diferenças'. Tem sido um dado cultural de diferentes sociedades: relações de desigualdades fundadas nas ditas diferenças naturais (seja no campo biológico ou das potencialidades, da fisiologia, do exercício da sexualidade) que são, principalmente, forma de poder. Quanto a este, afirma Saffioti:

"Na dinâmica das relações de poder, os sujeitos criam novas formas de exercitar a sexualidade, expandindo os limites do culturalmente inteligível, de modo que estes possam conter aquelas. As relações de poder, por conseguinte, impedem que o gênero, concebido como um conjunto de regras sociais que moldam a mulher e o homem, atue como uma camisa de força que transformaria o vaticínio "a anatomia é o destino" em "a cultura é o destino. (s.d.,p. 14)

As diferenças se transformam em desigualdades de direitos e de oportunidades para realizações econômicas, políticas, sociais, culturais, na sexualidade e no prazer. Têm sido construídas historicamente justificativas que naturalizam essas desigualdades a partir do pressuposto básico de *inferioridade* da mulher em relação ao homem. A natureza feminina para muitos (indivíduos e grupos) é fraca, emocional, sujeita a crises constantes, sem força física para se impor. Portanto, deve ser protegida, ficar a salvo dos perigos da vida pública, permanecendo no ambiente privado e doméstico.

O ambiente doméstico, cheio de atividades menores, de reduzida importância social, que não produz bens de consumo nem gera riquezas e não é produtivo, deve ser ocupado pelas mulheres. Mulheres do lar são as donas-de-casa. Reserva-se-lhes o espaço privado, o trabalho doméstico que não exige qualificação e, quando remunerado, de valor insignificante.

É em casa que o poder se materializa nas relações cotidianas, que as relações de dominação-exploração de um gênero definido historicamente se impõem sobre

o outro também definido socialmente e que as desigualdades entre os gêneros ganham contornos independentes da classe social, da idade e da raça-etnia.

A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNDA/90, publicada pelo IBGE, indica que a violência contra a mulher aumenta na proporção do aumento da faixa etária: na faixa etária dos 30 aos 49 anos, o percentual de violência física ultrapassa 40%. Os homens, maridos ou chefes de família, segundo os dados coletados, são mais violentos. É uma violência direcionada à mulher/esposa, companheira do dia-a-dia.

Mesmo com todo o avanço possibilitado pelos movimentos feministas e de defesa dos direitos humanos fundamentais, as mulheres continuam, no imaginário coletivo, sendo consideradas como inferiores e dependentes. São valorizadas na maternidade, como mães, reprodutoras e responsáveis pela limpeza e harmonia dos lares.

Falando sobre a presença feminina no mundo do trabalho, Antunes (1995) afirma que:

“... na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tomaram-se ainda mais agudas na era contemporânea.” (grifo do autor)(p.46)

A presença feminina no mundo do trabalho se dá necessariamente tanto pelo viés de classe como pela sua condição de gênero. Essas três categorias de análise se imbricam, possibilitando a existência (material e subjetiva), a inserção social, o estabelecimento de relações interpessoais e a colocação no mercado de trabalho.

Continuando a análise, Antunes (1995) comenta que existe exploração tanto nas relações capital/trabalho como na relação homem/mulher. As dimensões trabalho/capital (classe) e de gênero são reafirmadas no contexto das relações sociais. Guardam especificidades, mas se encontram enquanto possibilidades de domínio, exploração e exclusão social.

Falando sobre as mudanças no mundo do trabalho a partir da consolidação e das transformações ocorridas no ápice do fordismo-taylorismo, que, como propostas de organização do trabalho humano, não conseguiram evitar o crescimento da insatisfação com os sistemas adotados, com a concentração de rendas, com os benefícios/privilégios e

entraram em ebulição no vácuo da crise do início dos anos setenta, Harvey (1989) comenta:

"As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado." (p. 132)

Harvey (1989) ainda afirma que, mesmo com essas transformações, setores historicamente excluídos (negros, mulheres e outras minorias) continuaram sem acesso aos empregos no mundo capitalista:

"Mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidades dos grupos desprivilegiados."(p. 145)

O que na verdade aconteceu, no entendimento de Harvey (1989: 146), é que as transformações no mundo do trabalho tiveram um papel importante na facilitação da *"...exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago..."*. E, via de regra, os postos de trabalho ocupados pelas mulheres continuam tendo, na sociedade brasileira, segundo IBGE, 25% menos de remuneração quando comparados com os ocupados pelos homens nas mesmas funções.

Como se não bastasse a exploração e a remuneração inferior, segundo Hirata (1997),

*"os postos de trabalho ocupados pelas mulheres na indústria não são, em geral, propícios ao exercício da criatividade. Da mesma maneira, a autonomia e a iniciativa, consideradas essenciais para a realização do modelo de especialização flexível, alternativo ao modelo*

taylorista-fordista, não são características dos postos de trabalho femininos” (p. 31)

O que leva, segundo a autora, à ampliação da divisão sexual do trabalho e da discriminação quanto à presença feminina nesse mundo.

Portanto, é nessas condições extremamente adversas, que o gênero feminino tem que lutar para se inserir e permanecer. Condições que se dramatizam se associarmos variáveis como baixa escolarização e a não qualificação para buscar vagas no exigente mercado globalizado e flexível. Gênero, classe e trabalho se simbiotizam, levando milhares de mulheres e de adolescentes, por falta de alternativas, a buscarem a sobrevivência pela inserção no mercado de trabalho sexual plenamente absorvido pelas diversas culturas contemporâneas.

A exploração sexual comercial deve também ser entendida no contexto das relações de gênero. O fato de ser masculino ou feminino determina as possibilidades e impossibilidades tanto no exercício da sexualidade historicamente construída, como nas formas de violência física, psicológica e sexual, e na ocorrência da exploração sexual.

Quadro 39 - Sexo: adolescentes que estavam sendo aliciadas

<b>Sexo</b>	<b>N</b>
Feminino	09
Masculino	00
Total	09

Fonte: CEI – Goiânia

A predominância absoluta de adolescentes do sexo feminino (09) é mostrada no Quadro 39. Isso não significa que não haja exploração sexual de adolescentes do sexo masculino, mas que as investigações da CEI não conseguiram detectá-la. E parece que reafirma outros estudos que revelam uma visibilidade maior do processo de aliciamento e de exploração de adolescentes do sexo feminino (Dimenstein, 1994; Gomes, 1994 e Menezes, 1995).

Quadro 40 – Quanto à forma de abordagem, segundos adolescentes em aliciamento

<b>Sobre a Sexualidade</b>	<b>N</b>
Perguntaram se era virgem	06
Não informam	03
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

Das adolescentes que estavam sendo aliciadas, 06 foram abordadas pelos aliciadores, segundo Quadro 40, querendo saber se eram virgens. No mundo da exploração sexual comercial, a virgindade tem alto preço. A mulher jovem e virgem é considerada uma mercadoria rara e valiosa<sup>71</sup>. No texto aqui analisado, dentre alguns fatores que contribuem para a ocorrência, consideram-se as questões de gênero (exploração/dominação de um sexo sobre o outro por motivos sócio-culturais) e intergeracionais (poder do adulto sobre a criança/adolescente). A virgindade, num determinado período da sociedade ocidental, foi importante forma de controle sobre a mulher. Além de manter as filhas "intocadas", as famílias que tinham posses destinavam um dote (valor) como prêmio para os rapazes que resolvessem desposá-las. Freyre (1992) descreve a busca de sexo com jovens/mulheres, de preferência virgens, no Brasil Colônia, como forma de depurar o sangue contaminado com sífilis e de evitar doenças do "pecado" e da lascívia humana. Entre os homens, costuma ser valorizado aquele que consegue desvirginar uma mulher, ser o primeiro. Essa questão também deve ser analisada na perspectiva de que as práticas sexuais também se relacionam com o poder de um sexo sobre o outro, daquele que tem dinheiro sobre quem não tem e precisa e de uma idade sobre a outra.

Quadro 41 – Quanto ao sexo das adolescentes exploradas

<b>Sexo</b>	<b>N</b>
Feminino	06
Masculino	00
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

<sup>71</sup> " Uma das adolescentes ouvidas pela CEI descreveu os procedimentos que são adotados para leiloar uma adolescente virgem. A equipe da CEI localizou uma das casas que realizavam leilões, mas não conseguiu presenciar a sua realização, tendo em vista toda a segurança e o segredo que cercam esta atividade ilegal.



Em outros estudos, a exploração sexual envolvendo pessoas do sexo feminino é também encontrada em maior proporção (Silveira, 1984; Vaz, 1994; Silva e outros 1995 e Pinto, 1995 e IBISS, 1997). É o que revela o estudo de Saffioti (1997). Diz que sobre as crianças, adolescentes do sexo feminino e sobre as mulheres recai, em maior proporção, a violência sexual nas suas diferentes modalidades. Em Brasília, o serviço Disque-Criança (telefone 1407), de 1995 até março de 1996, computou *"218 casos comprovados de abuso e/ou exploração sexual infanto-juvenil e "os casos envolvendo meninas são de 86,24% e meninos 13,76% (GDF, 19962). Apesar de restrito é, contudo, um levantamento revelador da incidência maior da violência sexual sobre as adolescentes. Sousa e Moraes (1997), pesquisando os registros da Delegacia da Mulher no que diz respeito à exploração sexual, das 25 vítimas todas eram do sexo feminino. Gomes (1996) fala da polêmica relacionada com os números da exploração sexual e a "relação entre meninas de rua - prostitutas". Segundo o Unicef (1997):*

*"ONG's que atuam nessa área estimam que a cada ano pelo menos um milhão de meninas em todo o mundo sejam traçoeiramente atraídas para esta forma de trabalho perigoso, que pode descambar para a escravidão (p.35-6)."*

Mesmo considerando que, em todo o mundo, tanto a visibilidade como a efetiva exploração sexual são realmente maiores entre adolescentes do sexo feminino, deve-se considerar que sobre os adolescentes envolvidos com a exploração, recai um preconceito maior, relacionado, no imaginário social, com a homossexualidade, ainda que,

*" ... no submundo da prostituição masculina, a correlação de forças nem sempre é desfavorável ao prestador de serviços, pois ele também realiza suas fantasias sexuais, aumenta o preço previamente acordado, infringe as regras do jogo do curso deste, chegando a matar o parceiro (Saffioti, s.d. p 18)."*

Os depoimentos analisados indicam que a categoria gênero é um dos principais fatores responsáveis pela exploração sexual de adolescentes. Já no Quadro 01, percebe-se que 100% das adolescentes ouvidas pela CEI eram do sexo feminino. Todos os

depoimentos tomados dos familiares (Quadro 22), adolescentes em processo de aliciamento (Quadro 39), suspeitos de aliciamento (Quadro 62) e adolescentes prostituídas (Quadro 41), revelam que o gênero é fundamental para a discussão da questão enquanto categoria de análise.

O levantamento da ABRAPIA (1999) demonstra que, de 1234 denúncias de exploração sexual, 82,09% estão relacionadas com o sexo feminino e apenas 5,59% com o sexo masculino. A exploração sexual masculina, mesmo sendo parte de um mesmo fenômeno que se inscreve no campo das violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes, deve merecer uma atenção particular de pesquisadores e estudiosos, para trazer à tona o perfil dos explorados, as formas de aliciamento, a faixa etária mais comum, os fatores que contribuem para a sua manifestação e, em especial, a quantidade de envolvidos, entre outras questões.

Entretanto, os depoimentos da CEI possibilitam fazer uma discussão, tomando como parâmetro a categoria gênero, as informações disponíveis, tanto na Região Metropolitana de Goiânia como em outras regiões do país (Araújo, 1996 e Saffioti, 1997). As adolescentes do sexo feminino têm sido as maiores vítimas da exploração sexual para fins comerciais.

Quadro 42 - Idade em que fez sexo pela primeira vez,  
segundo adolescentes exploradas

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
De 10 a 12 anos	01
De 13 a 15 anos	02
De 16 a 18 anos	00
Não informa	03
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Com relação à iniciação sexual, o Quadro 42 demonstra que 01 iniciou a vida sexual entre os 10 e 12 anos, 02 na faixa de 13 a 15 anos e 03 não informaram. Para os 03 que informaram, a vida sexual se iniciou antes dos 15 anos (03). A questão da sexualidade não foi profundamente investigada pelos participantes da CEI. O roteiro para os depoimentos sofria alterações, dependendo das informações prévias que a Comissão

detinha e das primeiras respostas dos depoentes. E, ainda, levando em consideração que os temas relacionados com a sexualidade não são comumente tratados, é natural que as adolescentes não tivessem sentido muita liberdade de tratá-los, especialmente num ambiente de investigação.

Vaz (1994), em pesquisa sobre exploração sexual em Salvador, aponta que de um grupo de 74 adolescentes pesquisadas, 30 haviam (40,5 %) iniciado a vida sexual entre os 10 e 13 anos e 44 (59,5 %) entre os 14 e 16 anos. Vasconcelos e outros (1995), num estudo sobre sexualidade e prevenção à AIDS entre as adolescentes de baixa renda em Recife, indicaram que, das jovens entrevistadas (255), apenas 64 admitiram já terem tido relações sexuais. Entre as que assim admitiram, 36% tinha sido antes do 13 anos, 28% entre 14 e 15 anos e 36% entre os 16 e 19 anos. A iniciação sexual precoce, sem orientação e conhecimento das transformações por que passa a adolescente do ponto de vista físico e emocional, e, para milhares de casos, a maternidade precoce, podem colocá-la numa situação de maior exposição à exploração sexual.

Quadro 43 - Se houve violência na primeira vez, segundo adolescentes exploradas

<b>Houve violência</b>	<b>N</b>
Sim	01
Não	02
Não informa	03
Total	06

Fonte : CEI - Goiânia

O Quadro 43 revela sobre a ocorrência de violência sexual na primeira relação: 01 informou que houve violência, 02 que não houve violência e 03 não informaram sobre a questão. Na análise sobre a violência sexual, campo em que se insere a exploração sexual comercial, Saffioti (1995) afirma que:

“... não gosto de trabalhar com a idéia da violência como tudo aquilo que fere a integridade física, sexual, emocional e até moral das pessoas, porque isso varia individualmente. Eu prefiro trabalhar com a noção de direitos humanos, que, pelos menos, varia por subestruturas, de classe para classe, de raça para raça, de

gênero para gênero, mas não varia individualmente.” (p. 19)

Aqui, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza, estes são sujeitos de direitos e o seu desenvolvimento deve ser protegido, acompanhado, e toda violência cometida, seja física, emocional, simbólica, psicológica ou sexual, não deve ser admitida. Gomes (1996) também trabalha nessa perspectiva, como já analisado. São modalidades de violência que, inclusive, se associam (Pinto, 1995).

Quadro 44 – Quanto a ter sofrido alguma  
violência sexual, segundo as adolescentes prostituídas

<b>Já sofreu violência sexual</b>	<b>N</b>
Sim	02
Não	01
Não informa	03
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

No Quadro 44, percebe-se que 02 já foram vítimas de alguma violência sexual, 01 não foi vítima e 03 não informaram. Talvez seja significativo, para a análise, o fato de 03 não informarem. A CEI, em várias questões como esta, não conseguiu trazer uma contribuição mais significativa, porque não seguiu um roteiro pré-elaborado e questões importantes não foram suficientemente levantadas.

Entretanto, pode-se sugerir, a partir de outras pesquisas (Vaz, 1994; Azevedo e Guerra, 1995 e Resende, 1999), que a violência sexual como parte integrante da história da construção da sexualidade de um número significativo de adolescentes, especialmente daquelas que viveram situações de abuso sexual intra-familiar (relações incestogênicas), contribui decisivamente para a exploração sexual comercial.

Quadro 45 – Permanência das adolescentes exploradas em  
instituições de atendimento

<b>Já permaneceu</b>	<b>N</b>
Sim	02

Não	01
Não Informa	03
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Quadro 46 – Sobre violência sexual no período em que ficou institucionalizada

<b>Sofreu violência sexual</b>	<b>N</b>
Sim	02
Não	00
Não informa	04
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Quadro 47 – Quanto ao tipo de violência sexual sofrida na instituição

<b>Tipo de Violência Sexual</b>	<b>N</b>
Abuso Sexual	01
Abuso Sexual e atentado violento ao pudor	01
Nenhuma violência	04
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Das adolescentes depoentes, 02 já haviam passado por instituições de atendimento infanto-juvenil, conforme Quadro 45. Contudo, é importante analisar que, das adolescentes atendidas, (02) foram vítimas de algum tipo de violência sexual (Quadro 46): abuso sexual (01) e abuso sexual e atentado violento ao pudor <sup>72</sup> (01) (veja-se no Quadro 47). Esse dado é revelador da inadequação das instituições de atendimento, da inexistência de uma proposta pedagógica que articule os diversos atores/profissionais responsáveis pelas áreas de saúde, educação, assistência social, jurídica e defesa de direitos, entre outros, e da falta de vontade política para o enfrentamento da questão da exploração sexual

<sup>72</sup> O Código Penal entende que Abuso Sexual é constranger a criança, o adolescente e à mulher a conjunção carnal (Art. 213). Atentado violento ao pudor é constranger alguém a praticar ou a permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (Art. 214).

infantil e juvenil. Sobre as instituições de atendimento e as possíveis causas de ocorrência do fenômeno, Ughetto (1988) afirma que:

"Vê-se também, que uma das causas que levam as meninas a se prostituir é a má preparação dada às meninas pelas instituições. Os fatos mostram claramente que centenas de meninas entregues hoje a prostituição no País originam-se deste sistema antiquado e repressor das instituições oficiais" (p. 20)

Na pesquisa de Vaz (1994:72) sobre as adolescentes de Salvador, em depoimentos sobre o Juizado da Infância e da Juventude, elas declararam não gostarem do Juizado e, como diz uma das entrevistadas: *"tenho muito medo do Juizado de Menores, eles levam as meninas, trancam numa sala e fazem de tudo com ela*. Entretanto, faltam estudos e pesquisas que possibilitem fazer uma análise mais criteriosa do papel e do possível envolvimento de instituições de atendimento com a exploração sexual.

Quadro 48 - Sobre o uso de preservativos,  
segundo adolescentes exploradas

<b>Utiliza</b>	<b>N</b>
Sim	03
Não	01
Não informa	02
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Quanto ao uso de preservativo, o Quadro 48 indica que 03 o utilizavam freqüentemente, 01 não o utilizava e 02 não informaram. O estudo de Vaz (1994) aponta que 12% (09) das adolescentes prostituídas em Salvador não o utilizavam e 88% (65) o utilizam às vezes. Sobre o uso de camisinha, algumas entrevistadas falaram que os turistas estrangeiros usam-na com mais freqüência e que os brasileiros, em geral, não gostam de usá-la. O estudo citado fala dos riscos que as adolescentes correm quanto às DST/AIDS ou gravidez indesejada pelo uso intermitente de anticoncepcionais, de camisinhas e mesmo pela desinformação reinante. Outro importante estudo foi realizado com adolescentes de baixa renda de Recife. No que diz respeito à "percepção de risco de infecção, 42%

achavam que não corriam nenhum risco, num universo de 249, e entre as jovens envolvidas com a prostituição (34 - 30%), dezoito (18%) disseram não correr risco. E, ainda, sobre a pesquisa:

"Entre as 34 trabalhadoras do sexo na nossa amostra foi detectado que 11 (32%) utilizavam camisinha para prevenir gravidez, 9 (27%) utilizavam a pílula e 3 (9%) alternavam os dois métodos contraceptivos, enquanto 11 (32%) não utilizavam nenhum contraceptivo (Vasconcelos, 1995: 27). "

O que se percebe pelos estudos e pesquisas conhecidos é que as adolescentes exploradas sexualmente não têm plena informação sobre os riscos a que estão submetidas diariamente de contrair DST/AIDS e de se engravidarem dos clientes. Existem desinformação e alto comportamento de risco, na medida em que, mesmo tendo informações, aceitam ou são forçadas a práticas sexuais de risco.

### ***Adultocentrismo: as relações assimétricas na sociedade contemporânea***

"A diversidade das práticas de violência para com crianças e adolescentes tem se mostrado vinculada às diferentes concepções de infância e adolescência. Dependendo da concepção de criança e adolescente, diferentes práticas de violência são cometidas". (Roure, 1996:60)

As crianças e adolescentes têm sido alvo privilegiado de violências de toda ordem<sup>73</sup>. Sofrem as terríveis conseqüências de uma sociedade adultocêntrica fundada no poder (assimétrico) e na autoridade absoluta do adulto sobre a criança (Azevedo & Guerra, 1995). São relações entre gerações diferentes, em termos etários, estabelecidas na forma de *dominação-exploração*, com adultos que se aproveitam da condição da criança - ser em desenvolvimento - para violentá-la em seus direitos fundamentais.

A criança, como escrevem, por exemplo, Guerra & Azevedo (1985) e Santos (1996), é uma 'descoberta' recente da sociedade. De acordo com Calligaris, "*Desde que o Ocidente inventou a infância, nossa ternura privilegiada pelos pequenos parece natural*". (1996: 224) É, portanto, uma descoberta dos tempos modernos. Ariés (1981)

busca historicamente os fundamentos para o "sentimento de enfant" na cultura ocidental, que começa a aparecer, notadamente, a partir do século XII. E, segundo ele, "*..não havia lugar para a adolescência. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. No latim dos colégios, empregava-se indiferentemente a palavra puer e a palavra 'adolescens'.*" (p. 41). Portanto, o sentimento e mesmo a compreensão de que haviam diferenças significativas entre o adulto e a criança, o adulto e o adolescente se desenvolveram de forma concomitante.

No Brasil, Rizzini (1997) e Priore (2000) buscam situar, historicamente, o lugar que as crianças e adolescentes ocupavam, fossem as ricas e pobre livres ou aquelas escravas e filhas de escravos, as que praticavam delitos, a forma de intervenção do Estado, o desejo de "salvá-las", as ações "jurídico-sociais", o surgimento de obras de caridade e filantrópicas, e o desenvolvimento de uma visão de política de assistência para os desvalidos e rejeitados, especialmente a partir do advento da República, no final do século XIX, e nas primeiras três décadas do século XX.

O século XX foi considerado o 'século da criança'. Ela passou a ter valor para a humanidade. Deixou de ser considerada apenas um projeto de adulto (um ser em miniatura), para ser uma pessoa que tem necessidades específicas e está se desenvolvendo.

Os avanços no campo da medicina pediátrica<sup>74</sup>, e da psicologia infantil, com estudos e descobertas importantes sobre o desenvolvimento da criança, atestam o interesse que esta passou a despertar na sociedade moderna.

Entretanto, a 'descoberta' da criança e do adolescente e os cuidados que têm sido dedicados a ela não são universais. Isso porque coexistem na sociedade (seja ocidental ou oriental) concepções e tratamentos diferenciados para crianças e adolescentes.

A concepção moderna de infância, que se consolidou a partir do Século XVIII<sup>75</sup>, só se firmou no Brasil, em termos legais, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em julho de 1990.

---

<sup>73</sup> Ver sobre a violência doméstica: MONTEIRO, Luiza Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Goiânia: UFG/MEEB., 1997 (Dissertação de Mestrado)

<sup>74</sup> A partir da segunda metade do século XVIII e, especialmente, no início e em todo o século XIX, a medicina se volta para as famílias e as crianças. São elaboradas para as famílias burguesas uma série de livros sobre a criação, a educação e a medicação das crianças. Surge o médico de família que estabelece uma aliança com as mães nos cuidados necessários para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento dos filhos, como forma, também, de se contrapor aos métodos populares. Ver mais em DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>75</sup> Sobre o desenvolvimento do sentimento de criança e de família, ou, como se denomina "a descoberta da criança", a partir dos séculos XII, se firmou no século XVIII (ver Ariés) 1981. Com referência às concepções de infância/adolescência, de uma parcela significativa e representativa de pessoas e organizações presentes hoje na sociedade brasileira contemporânea, ver o estudo de Sousa (2001).



Estamos no início do século XXI e o lugar que a criança/adolescente tem ocupado, em milhares de casos, é ainda subalterno, coadjuvante do adulto. Apesar de todos os avanços, vivemos um mundo ainda centrado no adulto. Os pais continuam a ter um domínio absoluto sobre os filhos e, em milhares de casos, a educação, os valores, as normas e as regras de boa convivência são transmitidos com extrema violência. (Santos, 1996 e Monteiro, 1997)

Quadro 49 - Quanto à faixa etária das adolescentes em aliciamento

<b>Idade</b>	<b>N</b>
Doze anos	01
Treze anos	02
Quatorze anos	04
Quinze anos	01
Dezesseis anos	01
Total	09

Fonte: CEI - Goiânia

A partir do Quadro 49, notamos que a idade preferencial para o aliciamento das adolescentes ficava entre 13 e 14 anos (06). Portanto, estavam vivendo o início da adolescência e ainda não se encontravam totalmente preparadas física e emocionalmente para relacionamentos sexuais, mesmo considerando que a iniciação sexual entre os jovens é cada vez mais precoce<sup>76</sup>. Na faixa etária dos treze aos quatorze anos (07), as adolescentes já passaram, na sua maioria, pela menarca (primeira menstruação), e, biologicamente, estão aptas para a procriação, têm maior autonomia e independência emocional em relação aos pais, e, conforme aponta Werebe (1981):

"A intimidade sexual representa assim apenas uma parte do que consideram namoro. As primeiras experiências relatadas, por exemplo, tanto por rapazes quanto por moças, são geralmente despidas de qualquer conotação sexual e não têm uma importância em particular (...) Por

<sup>76</sup> Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) com 3 mil pessoas de todo país na faixa etária de 16 a 65 anos, sobre comportamento sexual, divulgada pelo Ministério da Justiça, revela que, entre outros, 47% dos homens e 32% das mulheres iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos.

outro lado, estas experiências ocorrem em geral no início da adolescência, antes dos 15 anos."(p. 33)<sup>77</sup>.

Outro fator importante é a valorização, dentro da nossa cultura dos relacionamento afetivo-sexuais de pessoas novas: "iniciantes, "ninfetas" e, de preferência, virgens com homens mais velhos. Mas o que deve ser considerado aqui é a assimetria nas relações (Saffioti, 1997), questão que é fundamentalmente intergeracional: a profunda diferença etária entre as adolescentes e seus possíveis "clientes".

Quadro 50 - Quanto à idade das adolescentes em aliciamento, segundo os aliciadores

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
09 a 12 anos	00
13 a 15 anos	02
16 a 18 anos	01
Não informa	01
Total	04

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 51 – Quanto à idade informada pelas adolescentes exploradas

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
De 13 a 15 anos	04
De 16 a 18 anos	02
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

A faixa etária preferencial era de 13 a 15 anos (02). Portanto adolescentes em plena puberdade e de 16 a 18 anos (01), como informa o Quadro 50. Tanto os depoimentos das adolescentes que estavam sendo aliciadas (Quadro 49), quanto os depoimentos das prostituídas (Quadro 51) reforçam que a idade em que há maior envolvimento é aquela compreendida na faixa etária dos 13 aos 15 anos.

<sup>77</sup> Ver mais em WEREBE, Maria J. Garcia. Comportamentos sexuais na adolescência. São Paulo, Psicologia, Ano 7 n° 3 novembro de 1981.

A faixa etária predominante das adolescentes que estavam sendo prostituídas (Quadro 51) é de 13 a 15 anos (04) e das demais, 02 na faixa de 16 a 18 anos. Os depoimentos da CEI, considerando as idades, apresentam uma convergência bastante significativa, sendo a faixa etária compreendida entre os 13 e os 15 anos a mais encontrada também a partir dos relatos das adolescentes que estavam sendo aliciadas, dos suspeitos de aliciamento e das adolescentes prostituídas. A pesquisa de Sousa e Morais (1997) sobre a Região Metropolitana de Goiânia, nos registros na Delegacia da Mulher, indica que à faixa etária dos 14 e 15 correspondem 25% das envolvidas e demonstra que, em termos de idade absoluta, na faixa dos 16 anos (20%) a incidência é maior. Os dados preliminares do estudo realizado por Rezende (1999) aponta a idade dos 14 anos (24%) como aquela em que o índice de exploração sexual é maior, mas sinaliza também um envolvimento significativo de adolescentes na idade de 12, de 13 e de 17 anos. Dessa forma, podemos considerar que, à luz dos depoimentos da CEI e dos estudos mencionados, a idade preferencial para a exploração sexual na Região Metropolitana de Goiânia é aquela compreendida entre os 13 e os 15 anos. Pinto (1995), falando sobre a pesquisa desenvolvida sobre a *"Visibilidade da Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil"*, aponta que:

"A faixa etária mais visível é entre 12 e 16 anos. No entanto, temos presença confirmada, especificamente, nas regiões Sul, Sudeste, no Espírito Santo, Acre e no Amapá, e em Pernambuco, de meninas de quatro, cinco, seis e sete anos, usadas sexualmente das mais diversas formas, porque tem a ver também com o desenvolvimento físico, e com o que elas podem fazer." (p. 37)

A pesquisa de Vaz (1994) revela que, na cidade de Salvador, de 74 adolescentes que estavam sendo prostituídas, 66% estavam entre os 16 e 17 anos e o estudo da Silva e outros (1995) sobre a exploração sexual no Pará indica que, entre as mulheres encontradas se prostituindo (123), 16 tinham entre 13 e 17 anos, e destas 9 estavam na faixa etária de 17 anos. O levantamento da ABRAPIA (1999) revela que, mesmo existindo exploração sexual envolvendo crianças abaixo de 8 anos (0,65%) e entre 8 e 12 anos incompletos (11,67%), a faixa etária de maior ocorrência é a compreendida entre os 12 e os 18 anos (82,33%). Levantamento que, inclusive, confirma a pesquisa de Pinto (1995).

Quadro 52 - Idade em que fez sexo por dinheiro pela primeira vez

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
De 10 a 12 anos	02
De 13 a 14 anos	02
De 15 a 17 anos	02
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 52 revela que as próprias adolescentes depõem que começaram a fazer sexo por dinheiro a partir dos 10 anos, sendo 02 na faixa etária de 10 a 12 anos, 02 na faixa etária de 13 a 14 anos e 02 entre os 15 e 17 anos. Nos depoimentos das adolescentes envolvidas com a exploração sexual comercial e dos aliciadores, percebe-se que a exploração sexual comercial tem se dado, preferencialmente, a partir dos 13 anos. Se o mercado de exploração sexual comercial valoriza as adolescentes virgens, a idade preferencial para o aliciamento está abaixo dos 14 anos.

Quadro 53 – Perfil dos clientes segundo as adolescentes exploradas

<b>Perfil</b>	<b>N</b>
Senhores Idosos	04
Homens casados	01
Não informa	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Quadro 54 – Quanto à idade dos clientes, segundos adolescentes exploradas

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
De 35 a 44 anos	01
De 45 a 54 anos	01
Acima de 55 anos	04
Não informa	02
Total	08

Fonte: CEI – Goiânia

Os Quadros 53 e 54 trazem informações sobre o perfil dos clientes. Para 04 das adolescentes, os idosos na faixa etária acima de 55 anos (04) são os que mais buscam os relacionamentos sexuais. Uma (01) aponta os homens casados, mas, se levarmos em consideração que os homens, a partir de 35 até 54 anos (02) em geral, já passaram por algum tipo de casamento, a maioria dos clientes foi ou é casada. Com relação aos clientes, faltam estudos e pesquisas que possibilitem maior visibilidade. As pesquisas, no geral, têm focado o interesse nas adolescentes e nas famílias e existem apenas indicativos sobre o seu perfil.

Por um lado, os clientes, na sua maioria, são homens casados, idosos e com idade acima dos 55 anos, o que reafirma uma prática sexual muito estimulada e até valorizada, dentro de nossa sociedade, de relacionamentos entre homens mais velhos e mulheres jovens. Por outro lado, as adolescentes e os jovens preferem relacionamentos com homens idosos como forma de garantir maior segurança e efetivo pagamento dos serviços sexuais.

Quadro 55 – Sobre o gostar de se prostituir informado pelas adolescentes

<b>Gosta</b>	<b>N</b>
Sim	00
Não	04
As vezes	01
Não informa	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

É significativo, como demonstra o Quadro 55, que a maioria das adolescentes revele que não gosta da situação (04), uma (1) às vezes gosta e outra não informa (0 1). Entretanto, até que ponto elas fariam sobre os seus gostos e preferências numa situação de investigação? Falando sobre as dificuldades de os programas de atendimento darem uma resposta efetiva para as adolescentes envolvidas, Vaz (1997) afirma que:

"as meninas prostituídas vivenciam continuamente esta situação, dia e noite, muitas delas repetindo, num curto espaço de tempo, de 10 a 15 práticas sexuais para atender os clientes ( ... ) Seguramente, irá condicionar um hábito

de forte sexualidade ou de compulsão auto-erótica, dificultando a administração de suas demandas ou necessidades sexuais." (p. 33)

É um tipo de vivência que crianças e adolescentes submetidos ao abuso sexual intra-familiar também experimentam (Furniss, 1993). Também Silveira (1984), falando sobre os sentimentos das adolescentes atendidas por prostituição, descreve que elas

"manifestaram atração pela prostituição, sentido-se cortejadas e admiradas. No momento a prostituição era estimulante porque representava um mundo diferente, coincidindo com a fase da adolescência, a descoberta do sexo, a ânsia de liberdade, projetos de vida." (p. 07)

Gomes (1996), por seu lado, traz o depoimento de uma adolescente do estudo da UNISANTOS, realizado em 1993, que queria fazer "carreira" com a prostituição. Assim, mesmo levando em conta as exceções e o que a prostituição traz no início quanto à ampliação da renda e o "livre" exercício da sexualidade, a maioria, depois de um tempo, relacionava-a com violência/exploração, com atividade de elevado risco para a saúde, para a vida e com um vício que querem deixar (Castro, 1987).

Quadro 56 - Sobre planos para o futuro, segundo adolescentes exploradas

<b>Tem planos</b>	<b>N</b>
Sim	06
Não	00
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Todas (06) as adolescentes exploradas sexualmente tinham planos para o futuro (Quadro 56), o que reafirma o descontentamento com a situação em que estão envolvidas. Vêm-na como uma forma de ganhar dinheiro e, mesmo assim, para várias delas, que se perde com rapidez ou apenas serve para comprar drogas. Pelo fato de serem menores, parece que a violência da parte da polícia e dos clientes é bem maior. Sobre a violência da parte de policiais, a pesquisa de Vaz (1994) traz diversos depoimentos que reafirmam a conivência, a troca de sexo por proteção, o abuso sexual, as agressões físicas e

psicológicas e o agenciamento de crianças e de adolescentes como forma de auferirem renda com a exploração sexual comercial.

Quadro 57 - Quanto aos planos que têm para o futuro,  
segundo informação das adolescentes exploradas

<b>Planos para o Futuro</b>	<b>N</b>
Sair dessa “vida” / Voltar para casa	01
Sair dessa “vida” / Voltar a estudar/Arrumar emprego/ “Casar de véu e grinalda” /Tirar amigas da rua / Ter uma casa	01
Voltar a estudar / Montar uma loja	01
Ter uma vida nova / Arrumar emprego/ Mudar de Vida/ Voltar a estudar / Ser feliz	01
Voltar a estudar /Trabalhar	01
Ter felicidade / Ter os pais ao lado / Ser amada	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Sobre os planos que têm para o futuro (Quadro 57), a maioria (06) projeta o desejo de algum tipo de mudança, sempre associado à saída da situação. Os desejos geralmente estão associados à volta aos estudos (03), arrumar um emprego (03), voltar para casa dos pais (02), ser feliz (02), casar e tirar as amigas da rua (01). Piva (1986) fala que toda a dureza da vida das adolescentes prostituídas esconde um sonho de mudar de vida, de sair dessa situação. Vaz (1995) não concorda que as adolescentes exploradas sejam viciadas e afirma que:

"Querem sair da prática da prostituição, têm sonhos e, como bem definiu uma menina, "isso não é vida." (p 42)

Para Gomes (1996), contudo, é difícil inclusive estabelecer as relações de

"causalidade para esta prática", tendo em vista a forma ambivalente que aparece nas falas das meninas entrevistadas e "a prostituição como forma de

sobrevivência ( ... ) lhe daria um critério de aceitabilidade. No caso das que admitem para si a possibilidade, sempre o fazem enfatizando o caráter esporádico e eventual de tal prática. "(p. 22-22 1)

## ***Drogas***<sup>78</sup>

Um estudo do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo, informa que, segundo dados de levantamento entre estudantes de dez capitais brasileiras, o consumo de maconha é mais freqüente entre adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 18 anos. Nessa faixa etária, 13% fazem uso da maconha. Inicialmente, interessa compreender, ainda que sem o aprofundamento necessário, que relações existem entre adolescentes/jovens e as drogas legais<sup>79</sup> e ilegais.<sup>80</sup> E, também, o que exatamente é a adolescência, fase da vida em que, parece-nos, aumenta o desejo, entre outros, de experimentar e de consumir todo tipo de droga (permitidas e proibidas).

A adolescência, mesmo universal, é um fenômeno que guarda relação com as dimensões cultural e social. Cada cultura em particular possibilita a sua manifestação de maneira bem peculiar. Contudo, em nossa cultura, podemos dizer que a adolescência é um período de profundas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais (biopsicossocial), que normalmente ocorre entre os 12 e os 22 anos. É muito mais que transição entre o mundo infantil e o mundo adulto. O fato de não ser mais criança e, ainda do ponto de vista psicossocial, não ser adulto talvez seja um os maiores motivos para o estabelecimento de uma "crise de valores" e de gerações, própria deste período, aguçada pelas cobranças e expectativas dos adultos, especialmente dos pais e parentes mais próximos.

---

<sup>78</sup> "... qualquer substância que é ingerida, inalada ou injetada no corpo humano, sem controle médico, com a finalidade de alterar o estado de humor, desligar a pessoa de um problema, alterar a percepção dos órgãos de sentido (visual, auditivo, gustativo, olfativo, tátil e cenestésico) ou de alterar as funções psíquicas (atenção, memória, senso, forma e conteúdo do pensamento, capacidade de julgamento e crítica, etc)."Tiba (1986 :64)

<sup>79</sup> São consideradas drogas legais o álcool e o cigarro (vendidas livremente apenas com a restrição para menores de 18 anos), as anfetaminas; e os antidepressivos (remédios que devem ser comercializados com prescrição médica).

<sup>80</sup> Proibidas por lei pelo seu grande poder destrutivo. Porém o seu combate tem sido extremamente difícil devido à lucratividade obtida com o tráfico e a comercialização em decorrência da crescente demanda (a questão é fundamentalmente econômica). As mais conhecidas atualmente são: a maconha (menor poder de destrutividade segundo especialistas), a cocaína, a heroína, o LSD, o crack, o ecstasy e a merla.



"Nas últimas décadas contudo, a adolescência, vem sendo considerada o momento crucial do desenvolvimento do indivíduo, aquele que marca não só a aquisição da imagem corporal definitiva como também a estruturação final da personalidade." (Osório, 1992: 10)

Segundo Esslinger (1999),

"na adolescência, aprende-se a conviver com uma série de transformações: corpo, a sexualidade, o amor, os desafios intelectuais, a escolha da profissão ( ... ) a identidade - a definição do eu, com suas diferenças, com seu jeito de ser." (p. 21-2).

É, sem dúvidas, um turbilhão de emoções e de sentimentos relacionados com praticamente todos os aspectos importantes da vida dos púberes, que se entrelaçam e causam todo tipo de ansiedade e de angústia.

Sendo um período de intensas, rápidas e profundas transformações, é natural supor e esperar que as expectativas e as cobranças tanto internas (desejos e sonhos de realizações nas diversas esferas existência), quanto externas (de integrar-se de forma produtiva no mundo adulto, de responder positivamente aos valores e de assumir um conjunto de comportamentos estandardizados), se não correspondidas, gerem estados emocionais que, em muitos casos, propiciem a busca, com fuga da realidade, de força, de energia, de realização pessoal, através de alguma substância química ou uma droga legal ou ilegal.

Se isso é verdade para uma parcela significativa da população adulta, em relação aos adolescentes, além da ilusão de que as drogas libertam,

"infelizmente são o grupo mais freqüentemente envolvido no uso de drogas porque facilmente as experimentam. Portanto, temos aí um grupo de alto risco ( ... ). Na adolescência, além da questão do experimentar, existe a idéia da onipotência de que "comigo nada vai acontecer, "eu consigo largar a droga quando quiser" (Esslinger, 1999:57).

São inúmeras as motivações dos adolescentes e jovens para lançar mão das drogas e estas podem ter relação com a angústia e o vazio existencial, com o desejo de

romper limites físicos e psicológicos, a simples curiosidade, o desejo de aventura, de enfrentar situações adversas e estressantes, de enfrentar situações de violência e de abandono afetivo especialmente nas relações familiares, de superar a timidez nos relacionamentos interpessoais, dificuldades de lidar com frustrações, por trazer um sentimento de conforto e bem-estar ainda que passageiro, uma sensação de que tudo pode, afirmação perante um grupo de amigos, para fugir ao controle dos pais ou de uma sociedade de valores burgueses e por manipulação dos interesses perversos de traficantes, entre outros (Osório, 1992; Esslinger, 1999 e Gailewitch, 2000).

São várias as portas de entrada para o mundo das drogas e, normalmente, estão relacionadas a fatores pessoais, familiares e sócio-culturais. Cada pessoa envolvida, com certeza relatará de forma bem particular seu histórico de envolvimento e de comprometimento com os tóxicos legais e ilegais. Entretanto, após a dependência psicológica (a satisfação psíquica e emocional só vem com a sua utilização) e física (transtornos físicos através de dores, tremores e convulsões que só desaparecem com a administração de novas quantidades de drogas cada vez maiores), a "porta" de saída é, via de regra, bem estreita e apertada. O usuário de drogas, especialmente as ilegais, necessita de muita vontade, determinação pessoal e uma rede de apoio que, necessariamente, envolverá profissionais de saúde, familiares e outros grupos sociais (religiosos, sócio-culturais e de solidariedade).

As drogas, mesmo não sendo um fator que tenha levado as adolescentes a se prostituírem, é um dos fatores determinantes para a ocorrência da sua exploração sexual comercial e parece ser importante considerar, com base nos depoimentos de aliciadores, de familiares e das adolescentes, que o ambiente e os espaços vinculados com a prática da exploração sexual têm forte presença de drogas lícitas e ilícitas que, assim, têm contribuído para a continuidade da exploração (Vaz, 1994 e 1997 e Gomes, 1996).

E mais, considerando que a maioria das adolescentes exploradas sexualmente utilizam drogas e que, para um terço (1/3) delas, uma das maiores mudanças em suas vidas foi o fato de terem se envolvido com elas, e a dependência gerada e as conseqüências que estas trazem para a vida dos usuários, pode-se esperar que, em muitos casos, a continuidade do envolvimento com a prostituição, a partir de um certo tempo, passa a ser conseqüência do envolvimento com o mundo das drogas legais e ilegais. Como fala D'Loretto<sup>81</sup> fazendo referência ao cigarro, o seu uso constante e por muito tempo

---

<sup>81</sup> Ver mais o texto: "Onde começa a delinquência?" sd (mimeo)

ganha vida própria e, assim, os fatores responsáveis pelo início já não conseguem explicar por que as pessoas continuaram e, depois de muitos anos, ainda são fumantes. O ato de fumar, no caso, ganhou vida própria e as explicações iniciais já não conseguem abarcar o fenômeno na sua totalidade.

Quadro 58 – Quanto à utilização de drogas, segundo os familiares

<b>Utiliza Alguma Droga</b>	<b>N</b>
Sim	04
Não	01
Total	05

Fonte: CEI – Goiânia

Quadro 59 – Tipo de droga utilizada segundo os familiares

<b>Droga</b>	<b>N</b>
Maconha	01
Cola / Maconha	01
Bebida alcóolica / Cigarro	01
Não informa	01
Total	04

Fonte: CEI – Goiânia

Quadro 60 – Quanto ao uso de drogas, segundo as adolescentes exploradas

<b>Utiliza</b>	<b>N</b>
Sim	05
Não	00
Não informa	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

O Quadro 58 revela, com relação à utilização de drogas ilegais ou permitidas, que 04 adolescentes faziam uso de alguma substância e, das drogas utilizadas, a maconha predominava (02), além da cola de sapateiro (01), das bebidas alcólicas e do

cigarro<sup>82</sup> (01 ), conforme o Quadro 59. Parece que as adolescentes exploradas sexualmente estão mais vulneráveis ao envolvimento com drogas, como é demonstrado nos depoimentos dos supostos aliciadores (Quadro 11) e das adolescentes exploradas sexualmente (Quadros 60 e 61). Segundo Paiva (1996):

"De forma geral, a prostituição no Brasil é sempre acompanhada pelo consumo de drogas: ou as crianças e adolescentes se prostituem para conseguirem manter seu vício ou usam a droga para suportar a violência e a degradação humana que são inerentes à prostituição." (p.:235)

Muitos ambientes propícios à prática da exploração sexual comercial também se relacionam com os diversos tipos de comércio de drogas. São duas atividades (prostituição e drogas) consideradas ilegais no que diz respeito à sua exploração. Vaz (1997) fala que alguns clientes brasileiros e argentinos exigem que as adolescentes usem drogas para assim forçá-las a "*práticas sexuais extravagantes*". E completa: "*As drogas constituem uma conseqüência do ambiente da prática da prostituição.*" (p.28) Existe uma prática muito comum nos bordéis e casas de programas que é a de fazer "sala,"<sup>83</sup> o que coloca as adolescentes em contato com todo tipo de bebidas alcólicas e, possivelmente, outras drogas ilegais. Gomes (1996), falando sobre fatores envolvidos com a prostituição infanto-juvenil, afirma que:

"Há momentos em que ela se integra ao tráfico de drogas, há situações em que ela se confunde com a pobreza e há casos em que seu início ocorre dentro do próprio lar. (p. 45)" (grifo nosso)

Uma parcela significativa das adolescentes prostituídas se envolve com as drogas (Vaz, 1994 e 1995).

---

<sup>82</sup> Tanto o cigarro quanto as bebidas alcólicas não são consideradas ilegais. Entretanto, pela legislação brasileira, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sua venda para menores de 18 anos é proibida. Os familiares consideram que o uso de quaisquer substâncias tóxicas (legais ou ilegais) pelas adolescentes é extremamente prejudicial.

<sup>83</sup> Fazer com que as prostitutas adultas ou adolescentes exploradas sexualmente fiquem expostas nos ambientes de prostituição a espera de clientes e quando estes escolhem alguma delas, devem fazer com que eles bebam e consumam o máximo possível para que a Casa tenha um lucro maior. Ver mais sobre esta questão em Silva e outros.

O Quadro 60 revela que 05 estavam envolvidas e utilizavam freqüentemente a maconha combinada com outras substâncias tóxicas (cocaína e cola). Para 03, cola e esmalte (01) e bebidas alcólicas (01), conforme demonstrado no Quadro 61. As próprias adolescentes de certa forma confirmam o que os familiares depõem sobre os tipos de drogas e incluem as bebidas alcólicas. Os aliciadores também (Quadro 11) relacionam as drogas como uma forma importante de aliciamento para a exploração sexual, especialmente para a manutenção da adolescente nessa situação.

### ***Impunidade***

Será avaliado aqui um fator que o presente estudo considera importante para compreender a recorrência e mesmo a perpetuação do fenômeno da exploração sexual comercial de adolescentes na história brasileira recente. Explorar sexualmente, no limite, é praticar um crime de caráter sexual, é buscar vantagens financeiras e mesmo sexuais fazendo do outro um simples objeto. É, portanto, a quebra de uma lei, de um contrato, de uma norma estabelecida socialmente e quem a infringiu deve ser levado a responder pelos seus atos perante a justiça e, em última análise, perante a própria sociedade. Se isso não acontece ou pelo menos o processo é moroso, traz terríveis conseqüências para aqueles que foram explorados sexualmente, e contribui significativamente para a manutenção de uma concepção de que, com menores de idade, tudo pode, inclusive explorar.

"E principalmente que nenhum crime cometido escape ao olhar dos que têm que fazer justiça; nada torna mais frágil o instrumento das leis que a esperança da impunidade..."  
(Foucault, 1977:87)

O sistema legal punitivo brasileiro desenvolveu-se dentro da ótica de que os crimes contra o patrimônio devem ser punidos com maior rigor do que aqueles cometidos contra a vida e a pessoa.

Os crimes relacionados à vida, à pessoa, aos direitos fundamentais do ser humano sempre, na história da humanidade (situação que o Iluminismo trouxe à tona), foram considerados merecedores de punições mais suaves, mais brandas, quando não perdoados. Isso se os compararmos aos crimes cometidos contra a propriedade, os bens materiais, o patrimônio.

As culturas, na sua organização, vão delimitando as funções da justiça: sua forma de intervenção na vida do indivíduo e da coletividade; os crimes com suas conseqüentes penas; a organização do aparelho repressor, enfim, as redes de proteção e punição.

A maioria das situações de exploração sexual de crianças e de adolescentes simplesmente não são reveladas, como se nunca tivessem acontecido ou não estivessem acontecendo. Existe o que Saffioti (1995: 22) denominou de a "*conspiração do silêncio*". Isso porque, sendo a exploração sexual comercial 'ilegal', a rede de exploradores se utiliza de inúmeros subterfúgios para encobrir a atividade.

Os casos denunciados desenvolvem-se num ritual quase sem fim. Os inquéritos se perdem nos labirintos da justiça. O tempo passa, os casos caem no esquecimento, ficam prescritos. Existem mecanismos para ganhar tempo ou simplesmente, para quem tem recursos, burlar a justiça. O Poder Judiciário, segundo Oliveira (1997), é

"uma estrutura de difícil penetração social, pensada dentro de uma concepção liberal do direito, onde existe a prevalência de direitos individuais e pouca cultura de direitos coletivos e difusos.( ... ) o discurso jurídico é excludente( ... ) a idéia de Justiça se mantém longe do povo, que só percebe a sua feição repressiva." (p. 144, 148)

Não são raros os casos de policiais coniventes ou mesmo integrantes da rede de exploração de adolescentes. Em geral, as adolescentes que vivem na prostituição têm muito medo da polícia, em decorrência do tratamento muitas vezes violento que recebem. A polícia não está aparelhada para proceder ao processo de investigação, não tem capacitação suficiente para lidar com crianças e adolescentes, especialmente com aquelas abusadas e exploradas sexualmente.

O Código Penal brasileiro é da década de 40. Portanto, não reflete a realidade brasileira atual e não abarca os avanços que ocorreram nos últimos anos. É, ainda, excludente, preconceituoso, subjetivo, cheio de equívocos.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Desde 1993 (Governo Itamar Franco) que a Reforma do Código Penal vem sendo discutida no âmbito do Ministério da Justiça (Comissões de Trabalho) e no Congresso Nacional através de vários Projetos que propõem alterações significativas. Com certeza essa discussão deverá ganhar prioridade durante o próximo governo federal (2003-2006).

"Convém colocar que esse código contém arcaísmos e distorções, sobretudo, ao revelar uma indisfarçável opção pelas classes sociais mais abastadas"(Veronesi, 1995: 83)

Os crimes não estão devidamente tipificados. Os roubos, segundo o Código Penal, são punidos com mais rigor do que as violências cometidas contra a vida. As espécies de violências sexuais e as penas previstas para esses casos estão arroladas nos '*Crimes Contra os Costumes*', demonstrando o seu caráter moralista.

O Código não contempla, em vários artigos, crianças e adolescentes. Deixa subentendido que só a mulher é alvo de violência sexual: "... o Código é um grande diferenciador de gênero, na medida em que exclui o homem como alvo da violência sexual". (Oliveira, 1997:161). É estigmatizador e reflete uma determinada moralidade sexual quando distingue, no que se refere aos crimes cometidos, a mulher honesta"(Art. 215,216,219 e 220) da "*mulher virgem*" (Art.217). Só fala da prostituição feminina e deixa de lado a prostituição masculina e a exploração sexual infantil e juvenil, além de ser extremamente brando quanto às penas para crimes/violências sexuais. Do ponto de vista legal, o Código Penal, especialmente os artigos que tratam dos crimes sexuais, não respondem às necessidades e avanços obtidos pela legislação de defesa e proteção à infância e à juventude (Estatuto da Criança e do Adolescente), nem tampouco no que diz respeito à concepção de criança, que progrediu muito nos últimos 50 anos (tempo de vigência do Código Penal).

Quadro 62 - Pessoas responsáveis pelo envolvimento da adolescente com a exploração sexual segundo os familiares

<b>Pessoas</b>	<b>N</b>
Aliciador	01
Pedófilo	01
Pedófilo e irmã	01
Pedófilo e amiga	01
Amigas	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

O Quadro 62 mostra que, segundo os familiares depoentes, a responsabilidade pela exploração sexual é uma combinação de fatores que, na maioria das vezes (03), envolve um pedófilo. Os depoimentos indicam que 01 aliciava para obter retorno financeiro, 01 era o próprio "cliente" em conjunto com uma irmã. Em se tratando de aliciamento, o Relatório da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAM) do período de fevereiro/97 a julho/99 revela que, dos casos de denúncias nacionais confirmadas, 12,60% tinham vínculos afetivos de parentesco e/ou de responsabilidade sobre as crianças e adolescentes. Outro "cliente" (01) buscava favores sexuais de uma adolescente se utilizando de uma amiga desta. Em outro caso (01), uma amiga da adolescente era a responsável e, por último, um pedófilo, segundo os familiares, era o responsável direto pela exploração sexual. Para 02 casos, o envolvimento com a prostituição teve forte contribuição de amiga e irmã das adolescentes. Portanto, pessoas importantes para as adolescentes prostituídas.

Quadro 63 - Locais em que se prostituem, segundo familiares

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Motéis	02
Hotéis / Motéis e Casas de Programa	01
Residência	01
Ruas	01
Total	05

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 64 – Locais de exploração segundo os aliciadores

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Ruas e Bares	01
Ruas e Motéis	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia



Quadro 65 – Local em que se iniciou a exploração, segundo as adolescentes

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Motel	04
Prostíbulo / Casa de Encontro	01
Casa de Massagens	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Quadro 66 – Locais em que iam com os clientes,  
segundo as adolescentes exploradas

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Motéis	05
Casas de Encontro e Hotel	01
Total	06

Fonte: CEI - Goiânia

Conforme Quadro 63, os locais predominantes para a exploração sexual das adolescentes eram os motéis (02), a combinação de Hotéis/Motéis e Casas de Programa (01), na própria residência (01) e nas ruas (01). Mesmo com a legislação que proíbe a presença de adolescentes nos motéis, nos hotéis e nas casas de programa, esses locais têm sido utilizados com grande frequência para a prática de sexo com menores, o que os coloca numa situação no mínimo de cumplicidade. Tanto os depoimentos dos supostos aliciadores (Quadro 64) como os dos familiares das adolescentes (Quadro 63) revelam que estes são os locais (especialmente os motéis) preferidos para a exploração sexual das adolescentes. Para 04 das adolescentes exploradas (Quadro 65), os motéis foram os locais onde se iniciaram na prática e, para 05 (Quadro 66), os motéis continuaram sendo os mais procurados para a sua continuidade. Entre os locais de exploração sexual, segundo ABRAPIA (1999), em 1234 denúncias: 30,55% foram na própria residência, 20,42%, em pontos de concentração de crianças e/ou adolescentes, 10,05%, em bares, 8,10%, em boates, 5,83%, em Casas de Massagens e 24,07%, em outros lugares (hotel, motel, mineradoras e casas de eventos entre outros). Sousa e Morais (1997), a partir dos registros da Delegacia da Mulher da cidade de Goiânia, apontam que os locais preferenciais para a exploração sexual de crianças e de adolescentes são as casas de prostituição (33,4%),

trabalho da vítima (25,0%) e motéis (16,7). A pesquisa sobre exploração sexual infanto-juvenil no Estado de Mato Grosso (1998) e o IBISS (1997), pesquisa realizada em 09 municípios de Mato Grosso do Sul, demonstram que, nas cidades menores, a ocorrência é mais visível nas ruas, praças, bares, boates, casas de programas e postos de combustíveis. Já na Região Norte, adolescentes são prostituídas em bares, quartos, boates e em situação de cárcere privado nos garimpos, entre outros (Dimestein, 1994 e Silva e Outros, 1995). Na realidade de Goiânia, os motéis ocupam um lugar privilegiado, tendo em vista a sua quantidade, a facilidade do ingresso com menores de idade, os preços relativamente baixos (em geral de Segunda a Quinta-feira os preços são promocionais), e as facilidade de acesso, conforme levantou a CEI. Os motéis constituem lugares menos devassáveis. Para dar flagrantes, a polícia deve proceder a um longo processo de investigação. O que aconteceu, por exemplo, com as investigações sob a responsabilidade do Ministério Público do Estado de Goiás, que contou com a efetiva participação da polícia reservada da Polícia Militar.

O grupo de depoimentos de adolescentes que será analisado a seguir refere-se às adolescentes que estavam sendo aliciadas para a exploração sexual e, além do local de moradia, da faixa etária, das condições sócio-econômicas, das relações familiares e sociais, da escolaridade e das circunstâncias em que estava se dando o processo de aliciamento, tem também em comum o fato de elas não terem aceitado o envolvimento com a prostituição.

Quadro 67 - Quanto ao aliciador/agenciador, segundo as adolescentes

<b>Responsável</b>	<b>N</b>
Adolescente que se prostituía	01
Adolescente e mulher jovem	04
Mulher jovem	04
Total	09

Fonte: CEI – Goiânia

As aliciadoras, todas do sexo feminino, conforme Quadro 67, eram adolescentes e jovens (04) que atuavam em conjunto, mulheres jovens (04) e adolescente já explorada (01). Esses dados não refletem a realidade da Região Metropolitana de Goiânia, mas apenas uma cidade do entorno (Trindade). Num determinado Bairro (Setor Palmares),

a atuação de aliciadores tem sido mais do sexo feminino. Devemos considerar também que todas as abordagens eram realizadas por duas pessoas: uma adolescente que já era prostituída e sua irmã maior de 18 anos, mas bem jovem.

Quadro 68 – Quanto ao sexo dos aliciadores

<b>Sexo</b>	<b>N</b>
Masculino	02
Feminino	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Dos 03 (três) suspeitos da prática de aliciamento de adolescentes para a exploração sexual comercial que depuseram na CEI, apenas 02 admitiram que realizavam atividades com esta finalidade. Um dos suspeitos negou qualquer envolvimento com este tipo de crime definido no Código Penal<sup>85</sup> e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Pelo que demonstra o Quadro 68, dos suspeitos de aliciamento, 02 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino, o que sugere que existe maior envolvimento de pessoas do sexo masculino com essa prática. Contudo, se levarmos em consideração os depoimentos das adolescentes que estavam sendo aliciadas e das adolescentes prostituídas (Quadro 67), as mulheres tem tido um maior envolvimento com o aliciamento e a condução de adolescentes para a exploração sexual. Esses dados são confirmados a partir da pesquisa de Sousa e Morais (1997), que teve como fonte os registros da Delegacia da Mulher da cidade de Goiânia: das 19 pessoas denunciadas como abusadoras/exploradoras, 84,2% eram do sexo feminino. Em âmbito nacional, do universo de 1234 denúncias, no período de fevereiro/97 a julho/99, 21,80% das pessoas responsáveis pela exploração sexual eram do sexo feminino, 39,22%, do sexo masculino e em 34,47%, segundo os denunciantes, as adolescentes pareciam agir por conta própria ou pelo menos não souberam dizer se havia aliciadores (Abrapia, 1999). Historicamente, as primeiras casas de "encontro" de prostituição, os primeiros bordéis instalados no Brasil no final do século passado e início do presente, tinham mulheres, conforme Rago (1991), na sua administração:

<sup>85</sup> O Código Penal Brasileiro prevê punições para quem explora, tira proveito da prostituição em benefício próprio (Artigos ....).

"A cafetina administrava um pequeno negócio, na verdade. Empregava meretrizes de nacionalidades e idades variadas, garçons, arrumadeiras, músicos, porteiros, meninos de recados. Como já trabalhara como prostituta, conhecia bem os problemas que uma jovem poderia enfrentar ( ... ) Outra forma de violência que caracterizava a vida cotidiana do bordel se devia à sua própria organização hierárquica. Se muitas meretrizes eram protegidas pelas "madames", proprietárias dos bordéis, a exploração econômica e emocional que exerciam sobre elas não ficava por menos (p. 175,234)."

Entretanto, pesquisas e estudos mais recentes (Gaspar, 1994 e a CPI-Brasília, 1996) indicam que bordéis e casas de encontro, de massagens e motéis atualmente são empreendimentos controlados, na sua maioria, por homens. Se, por um lado, os depoimentos da CEI não permitem falar da existência de uma rede organizada de aliciamento para exploração sexual de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia, diferentemente de outros Estados e cidades (Vaz, 1994; Silva & Outros, 1995 e IBISS, 1997), por outro, a CPI sobre a prostituição do Distrito Federal (1996) revela que existe uma rede de exploração atuando organizadamente na Região Central, inclusive em Goiânia.

Quadro 69 - Em relação à idade dos aliciadores

<b>Faixa Etária</b>	<b>N</b>
18 a 24 anos	00
25 a 29 anos	01
30 a 39 anos	02
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Quanto à faixa etária (Quadro 69), todos têm idades acima dos 25 anos, sendo que 01 está na faixa de 25 a 29 anos e 02 na faixa etária de 30 a 39 anos. O estudo de Sousa e Morais (1997) também revela que os abusadores/exploradores estão, predominantemente, na faixa etária de 30 a 39 anos.

Quadro 70 - Sobre o envolvimento dos aliciadores com a exploração

<b>Tipo de Envolvimento</b>	<b>N</b>
Aliciava e Mantinha relações	01
Aliciava	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Como demonstra o Quadro 70, entre os aliciadores que assim se reconheceram, 01 aliciava e ainda mantinha relações com as adolescentes, 01 aliciava para ter proveito financeiro. A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes é considerada, hoje, o terceiro maior comércio ilegal no Brasil, só ficando atrás da venda ilegal de armas e do narcotráfico. Um dos fatores que contribuem para a manutenção da exploração sexual de adolescentes é

“o comércio do sexo, e neste incluem-se o turismo sexual, a pornografia e a prostituição infantil, movimentam milhões de dólares em todo o mundo, onde os mais lucrativos são o turismo sexual e a pornografia (Paiva, 1996: 23 1).”

Segundo Paiva (1996), os aliciadores podem ser tanto pessoas da própria família como vinculadas à área de segurança pública. E as causas podem estar relacionadas com a exclusão social (a situação de miséria torna milhares de famílias, de crianças e de adolescentes mais vulneráveis à atuação daqueles), a inexistência de ações governamentais de atendimento daqueles que estão em situação de risco social e pessoal e a impunidade dos aliciadores e exploradores de crianças e de adolescentes.

Quadro 71 – Locais de aliciamento

<b>Locais</b>	<b>N</b>
Ruas	01
	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Os aliciamentos eram realizados nas residências das adolescentes, na proximidade das escolas (01) e nas ruas (01) como demonstra o Quadro 71. Dessa forma, segundo os aliciadores, não havia lugar preferencial para o agenciamento de meninas. Entretanto, podemos notar que era realizado nos bairros mais afastados do centro da cidade de Goiânia, talvez considerados mais vulneráveis à sua atuação.

Quadro 72 - Quanto ganhava pelo aliciamento

<b>Ganho</b>	<b>N</b>
Nada recebia	01
De 100 a 300,00	01
Não informa	01
Total	03

Fonte: CEI - Goiânia

Segundo o Quadro 72, um dos aliciadores ganhava de R\$ 100,00 a 300,00 reais com o aliciamento. Portanto, o aliciamento de adolescentes para a exploração sexual comercial possibilita, no mínimo, um aumento na renda das pessoas envolvidas. Os dados disponibilizados pela CEI não permitem fazer uma discussão mais verticalizada sobre as formas de atuação e, em especial, sobre os ganhos dos aliciadores com a exploração sexual. Porém, reflexões realizadas no presente estudo indicam que o comércio sexual de adolescentes é extremamente lucrativo para aqueles que dele se utilizam (Araújo, 1996). O Unicef (1997) afirma que:

"A natureza 'underground' da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, uma indústria ilegal que movimenta muitos bilhões de dólares, dificulta o levantamento de dados confiáveis (p. 25).

A Childhope Foundation fala da exploração sexual como “*um negócio em franca expansão no país (Brasil) (1988:20)*”

Quadro 73 - Responsável pelo envolvimento, segundo as adolescentes exploradas

<b>Responsável</b>	<b>N</b>
Vontade própria	01
Amigas adolescentes	02
Amiga adolescente e vontade própria	01
Amigas maiores	01
Clientes	01
Total	06

Fonte: CEI – Goiânia

Pelo Quadro 73, 05 indicaram que foram por vontade própria e/ou a partir de aliciamento de amigas adolescentes ou maiores. Apenas 01 responsabiliza os "clientes". Com base nos depoimentos dos familiares, em 40% dos casos estão envolvidos, além de instituições de atendimento ou pedófilos, pessoas do círculo íntimo das adolescentes, um parente próximo e, para outros, 40% dos agenciadores/aliciadores são clientes. Portanto, à luz dos depoimentos da CEI, o processo de aliciamento tem acontecido por pessoas do convívio das adolescentes. Evidentemente, a indução à prostituição, seja por pessoas estranhas ou por pessoas próximas, mesmo com algum grau de parentesco, fica extremamente facilitada pela situação de maior vulnerabilidade (decorrência da exclusão social, violência intra e extra-familiar, etc) em que se encontram milhares de adolescentes atualmente no Brasil. Entretanto, faltam pesquisas e estudos que apontem com maior clareza e consistência os responsáveis pelo envolvimento de adolescentes com o mundo da exploração sexual comercial na Região Metropolitana de Goiânia e em outras regiões do Brasil.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> Ver mais sobre as formas de atuação das redes de exploração sexual comercial no Relatório Final da Prostituição Infantil no Distrito Federal (1996) e na pesquisa sobre a Prostituição Infanto-juvenil no Interior do Pará, de Silva e outros (1995).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que os estudos e reflexões sobre a exploração sexual comercial de adolescentes no Brasil e, em particular, na Região Metropolitana de Goiânia estão apenas se iniciando, era intenção deste estudo lançar algumas luzes sobre esse fenômeno e, assim, contribuir para o seu desvelamento.

Sobre a exploração sexual comercial na Região Metropolitana de Goiânia a partir da CEI, entre outros, pode-se constatar: que está relacionada, na maioria dos casos, com uma alternativa de sobrevivência para as adolescentes e famílias; que há pessoas que atuam na exploração e no aliciamento para a exploração sexual comercial; que inexistem articulações entre os diversos setores (executivo, legislativo, judiciário e segurança) para enfrentar problema tão grave; que a impunidade intensifica a exploração sexual de adolescentes; que as famílias cujos laços afetivos-sociais são mais frágeis deixam em situação de maior vulnerabilidade crianças e adolescentes; que as adolescentes são mais violadas sexualmente que os adolescentes; que as drogas não levam à exploração sexual, mas contribuem para a sua perpetuação.

Resultados que corroboram os três modelos de exploração sexual encontrados por Vaz (1997):

- . “o modelo em que as meninas estão confinadas nos prostíbulos, situação encontrada nas cidades de menor porte;
- . o modelo em que as meninas saíram para as ruas atendendo ao apelo do turismo sexual nas cidades caracterizadas como turísticas (...);
- . e um terceiro modelo, intermediário, convivendo com as duas situações, nas cidades em crescimento.” (p. 17-8)

A forma mais comum de exploração sexual comercial encontrada nos relatos foi o *trottoir* (andando e perambulando pelas ruas) realizado por crianças e

adolescentes nas regiões próximas aos prostíbulos, e a prostituição nas pequenas pensões e hotéis que alugam quartos em rodoviárias, próximas de postos de combustíveis (locais de grande concentração de caminhoneiros e taxistas), nas boates, nos motéis e nos bares.

Para maior compreensão do fenômeno, entre outras pesquisas ainda necessárias, sugerimos estudos que desvendem: as reais conseqüências, tanto físicas quanto afetivo/emocionais, da exploração sexual na vida das crianças e dos adolescentes; a participação das famílias na exploração sexual de crianças e adolescentes; as representações sociais que as crianças e adolescentes explorados sexualmente fazem do evento; a construção da sexualidade e da imagem corporal de crianças e adolescentes que vivem na prostituição; os discursos que estão presentes na sociedade goianiense sobre a exploração sexual; a imprensa escrita/televisada e a violência sexual contra crianças e adolescentes; a relação existente entre drogas e exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes; o perfil dos aliciadores/exploradores e dos pedófilos; o impacto das campanhas e da articulação no processo de sensibilização e de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A exploração sexual comercial de adolescentes compromete o desenvolvimento físico e emocional, pode significar um risco maior de contrair doenças sexualmente transmissíveis, maior envolvimento com drogas das mais diversas naturezas e, provavelmente, comprometimento da escolarização e da possível profissionalização, prejudicando, às vezes irreversivelmente, o desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e intelectual da jovem.

A criança/adolescente goiana e brasileira hoje, para parcelas significativas da população, não é apenas um valor, uma idéia ou uma concepção, mas fundamentalmente um ser dotado de direitos. Deve ser considerada como sujeito portador de direitos inalienáveis. Portanto, seu desenvolvimento deve ser protegido, resguardado e acompanhado em todas as suas etapas, como reza o ECA: *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (...) por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.”* (Art. 5)

A exploração sexual comercial leva as adolescentes a viverem precocemente, sem maturidade (física e emocional), a sexualidade, que, em sentido mais amplo, deve ser compreendida como uma energia que revitaliza e deve ser vista como um todo que envolve o corpo, o afeto, a emoção, a vontade, o desejo, o prazer, a busca e as práticas sexuais.

Furniss (1993) considera que a prática sexual sempre envolve *excitação e tensão*, o que requer o *alívio*, e, mesmo em situações de abuso sexual intrafamiliar, existem graus diferenciados de prazer. Isso também é verdadeiro para as adolescentes prostituídas que fazem vários programas por dia, experimentando, permanentemente, a excitação, a tensão e o alívio.

Para Vaz (1997), essa experiência freqüente

“Seguramente, irá condicionar um hábito de forte sexualidade ou de compulsão auto-erótica, dificultando a administração de suas demandas ou necessidades sexuais.”  
(p. 33)

O corpo que é abusado e explorado também tem um certo poder. Existe numa relação de negação e afirmação. É um corpo que gera uma renda superior à da maioria das atividades possíveis para o grau de qualificação das adolescentes prostituídas. Além do prazer sexual, o corpo ‘desejado’ possibilita uma comunicação com o mundo adulto.

A adolescente prostituída é dona de um corpo que encerra a dor, o prazer, a liberdade e é veículo para a manifestação de uma sexualidade proibida para outras adolescentes de sua idade e classe social. É por intermédio desse corpo que ela estabelece interação com as pessoas de quem gosta ou não. O “livre exercício” da sexualidade possibilita ao mesmo tempo prazer físico-emocional e superação temporária de uma condição miserável de vida. Mas, acima de tudo, as adolescente prostituídas são tratadas como mercadorias descartáveis. São importantes e serão procuradas enquanto forem jovens e saudáveis, tiverem boa aparência e, na linguagem dos anúncios dos classificados de acompanhantes, forem “*iniciantes e contarem com um corpo tenro e poucas vezes tocado*”.

A saída da exploração sexual não é simples e fácil porque, além do ganho financeiro, do livre exercício da sexualidade, existe uma relação de passividade e acomodação no envolvimento com o mundo da prostituição. Castro (1987) traz o depoimento de uma adolescente:

“Eu sou viciada nisso, eu não consigo sair daqui, entendeu? Você sabe o que é o vício da bebida? Você fica assim...dá aquela vontade né (...) Eu vou pra casa, é uma boa...(...) chego, quando eu passo uns dois meses (...) me

dá aquela vontade, aquela coisa... muito... triste, entendeu?  
 (...) Então eu não consigo.” (p. 17-8)

O enfrentamento da exploração sexual comercial, tanto na Região Metropolitana de Goiânia como no Brasil, é difícil em decorrência:

- 1 - do caráter ilegal de sua exploração;
- 2 - da não revelação da maioria dos casos;
- 3 - da impunidade dos aliciadores e exploradores, bem como da não responsabilização dos pedófilos (estes, além da penalização, deveriam ser encaminhados para programas de acompanhamento psicoterapêutico<sup>87</sup>);
- 4 - da complexidade e quantidade de fatores envolvidos com a sua existência (exclusão social, relações de gênero, etnia, drogas, organização familiar, relações adulto-criança...);
- 5 - do desejo de muitas adolescentes prostituídas continuarem na prática em decorrência dos rendimentos e do hábito sexual que se formou;
- 6 - da precariedade das políticas públicas (educação, saúde, moradia, saneamento, emprego...) que atendam ao conjunto da população, especialmente aos excluídos;
- 7 - da inexistência e insuficiência de programas de atendimento a crianças e adolescentes com seus direitos violados e/ou ameaçados;
- 8 - da inexistência de programas de atendimento às crianças e aos adolescentes abusados e explorados sexualmente;
- 9 - do despreparo da maioria dos profissionais (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, médicos...) para o atendimento dessa clientela;
- 10 - da inexistência e insuficiência de programas de orientação sexual para crianças e adolescentes nas escolas, nas famílias, nos centros de saúde ou nas organizações governamentais ou não que lidam com a área de assistência social.

A sociedade que gera tanto a prostituição adulta quanto a infantil e juvenil à sua imagem cria também as formas de dependência e suas necessidades (Rossiaud, 1991). Portanto, para compreender a exploração sexual comercial, é necessário buscar as raízes das relações sociais e da forma de organização das culturas que as instituem<sup>88</sup>.

<sup>87</sup> Em países como Estados Unidos da América e Inglaterra, a inclusão de pedófilos em psicoterapia é definida pela justiça como parte da responsabilização pela violência sexual cometida.

<sup>88</sup> Para aprofundar sobre as relações entre os sexos numa perspectiva histórica, ver Heller (1980).

Para Corbett (1990), a prostituição está vinculada aos valores fundamentados no patriarcado. É a expressão da superioridade masculina e da satisfação dos desejos dos homens numa sociedade alicerçada na conquista, no poder, na expansão territorial e física. As conquistas dos homens (gênero masculino) foram sendo também estabelecidas nos campos emocional e sexual.

A prostituição feminina e a exploração sexual comercial de adolescente têm relação com a *supremacia masculina* que veio se estruturando desde a antigüidade e se consolidou nas sociedades contemporâneas.

“A prostituição infanto-juvenil, especificamente, se diferencia um pouco desta lógica, devido à questão da faixa etária, mas não perde de todo a sua relação com ela. Independente de ser menina ou mulher, há a idéia de que o sexo feminino está a serviço do prazer do homem.”  
(Gomes, 1996: 190)

Tanto a prostituição adulta como a exploração sexual comercial de adolescentes se fundamentam numa *ética sexual* (Vaz, 1997) que supervaloriza o poder masculino e culturalmente destina-lhe a iniciativa do ato sexual. E ainda divide o sexo para fins de procriação do sexo realizado para o prazer e concebe de forma diferente as mulheres que são esposas e mães, das mulheres consideradas públicas-prostitutas.

Finalmente, no processo de construção das relações sociais, as diferenças biológicas, físicas, culturais, emocionais, étnico-raciais, de gênero, etárias e de gerações foram se transformando em desigualdades e, de certa forma, na sociedade brasileira contemporânea, foram naturalizando-se. Essas diferenças, paulatinamente, foram determinando posições de inferioridade, especialmente para os negros, para as mulheres, para as crianças e para os adolescentes.

Talvez só seja possível reverter o quadro da exploração sexual comercial de adolescentes, entre outros, com a ruptura das relações estabelecidas na base da dominação-exploração de uma classe sobre a outra, de um sexo sobre o outro, de uma etnia sobre a outra, de uma geração sobre a outra e de um gênero sobre o outro. Isso possibilitaria a construção de novas relações estabelecidas na igualdade, no respeito e na preservação das diferenças. Enfim, na desconstrução de uma prática e de um discurso fundamentado na superioridade e na naturalização das desigualdades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad.: Dora Flaksman. Rio Janeiro, 2ª Edição, 1981.

ALMEIDA, Angela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes, CARNEIRO, Maria José. et alii (orgs.). *Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, Beto. A mídia e a violência sexual. In: BONTEMPO, Denise & LEAL, Maria Lúcia P. et alii (orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia brasileira: Uma retórica violentadora*. São Paulo:PUC. Dissertação de Mestrado. (Mimeo)

ANDRADE, Maria Cristina Castilho de. *Prostituição infantil*. Jundiaí-S.P. (s.d.). Mimeo.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez-Campinas, 1995.

ARAÚJO, Braz. Crianças e adolescentes: indicadores sociais. uma síntese de dados do IBGE. In: ARAÚJO, Braz et alii (org.). *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos políticas e participação da sociedade*. Campinas-SP : Fundação Cargil, 1996.

ARIENTE, Marisa Altomare. *O cotidiano da prostituta em São Paulo: estigma e contradição*. PUC. Dissertação de Mestrado, 1989.

ARRAZOLA, Laura S. Duque. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher. et alii (org.). *Quem mandou nascer mulher? estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

ARRUDA, Roldão. *Internet facilita a difusão da pornografia infantil*. In: Estado de São Paulo, 06/07/97.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Vivianne N. de Azevedo.(Orgs). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.  
\_\_\_\_\_.(orgs.).*Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Iglu, 1989.

\_\_\_\_\_. *A violência doméstica na infância e adolescência*. São Paulo: Robe, 1995

BANDEIRA, Lourdes. A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In: BONTEMPO, Denise et alii (orgs). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou mudança? o discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes, CARNEIRO, Maria José et alii (orgs.). *Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.

BONTEMPO, Denise et ali. (orgs). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil* Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. Marxismo e família-notas para uma discussão. In: AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane N. de A. et. all (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

BRUSCHINI, Maria C. & BARROSO, Carmen L. de M. *Sexualidade infantil e práticas repressivas*. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1979, nº 31.

BUTHER, Sandra. *A conspiração do silêncio. O trauma do incesto*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CALLIGARIS, Contardo. *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ática, 1996.

CALLIGARIS, Eliana dos Reis. Que prostituição é esta? Indagações sobre meninas de rua. In: FLEIG, Mário et alii (org.). *Psicanálise e sintoma social*. Porto Alegre: Unisinos, 1993.

CAMPOS, Pedro H. Faria. *O trabalho da rua: as representações de trabalho em educadores Sociais de rua e em meninos de rua*. Goiânia:UFG, 1994 (Dissertação de Mestrado).

CASALI, Alípio e outros (org.). *Empregabilidade e educação - novos caminhos do mundo do Trabalho*. São Paulo: Educ., 1997.

CASTRO, Ricardo Vieiralves. Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: SPINK, Mary Jane. et allii (org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTRO, Sandra, DELGADO, Gilda, PADILHA, Sylvia Helena et alii (orgs.). *Batalhadoras de rua: a identidade feminina no mundo da rua*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Relatório de Pesquisa, 1987.

CECRIA. *Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe*. Brasília, 1999.

CHIAVENATO, Júlio J. *O negro no Brasil: da senzala á guerra do Paraguai*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHILDHOPE. *Meninas de rua: um estudo da prostituição infanto-juvenil no Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa, parte 2. Rio de Janeiro, 1988.

COHEN, Cláudio. O Incesto. In: AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

CORBETT, Nancy Qualls. *A prostituta sagrada*. Tradução Isa F. Leal Ferreira. 2a.ed. São Paulo: Paulus, 1990.

COSTA, João de Jesus da .(org.). *Rompendo o silêncio*. São Luís. CEDCA, 1997.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes, CARNEIRO, Maria José et alii (orgs.). *Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii (Org.). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1996.

DICIONÁRIO DA INTERNET. São Paulo: Editora Quark, 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_.A mídia e a violência sexual. In: BONTEMPO, Denise et alii (orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Trad.: M.T. da Costa Albuquerque. 2a.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores. saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 - 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESSILINGER, Ingrid e KOVÁCS, Maria Júlia. *Adolescência: vida ou morte?*. São Paulo: Ática, 1999.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Goiânia: CEDCA/CERNE,1996.

FALEIROS, Vicente. O papel do Estado e da sociedade na questão da exploração sexual de meninas e adolescentes. In: BONTEMPO, Denise et alii (orgs.). *Exploração sexual meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

FALEIROS, Eva. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de Crianças e de adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FELDMAN, Sarah. *As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo*. In: Espaço & Debates, Nº. 28, 1989. p. 55-56.



FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. São Paulo: Folha São Paulo/Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Oloares. *Garotos de Programa. O prazer com nervos de aço*. In: Opção, Ano XXII - nº 1153, Goiânia, de 10 a 16 de agosto de 1997.

FONSECA, Cláudia. *A dupla carreira da mulher prostituta*. In: Estudos Feministas, nº 1, 1996, p.7-33.

FLEIG, Mário. (org.). *Psicanálise e sintoma social*. 2.ed. Porto Alegre: Unisinos, 1993.

FONSECA, Cláudia. *Família e classe: questionando alguns conceitos sobre grupos de baixa renda*. VII Encontro Anual da ANPOC, 1984. (mimeo).

FORWARD, Susan, BUCK, Craig. Trad. Sérgio Flaksman. *A traição da inocência. O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FURNISS, Tilman. *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Trad. Maria V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa. prostituição em Copacabana e identidade social*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GOMES, Romeu. *O corpo na rua e o corpo da rua. A prostituição infantil em questão*. São Paulo: Unimarco, 1996.

\_\_\_\_\_. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii (Org.) *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1996.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. In: ALMEIDA, Angela Mendes, CARNEIRO, Maria José. *Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.

GUERRA, Viviane N. de A. *A violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. *O futuro das relações entes os sexos*. In: Encontros com a civilização. Brasiliense, nº 26, 1980, 0. 49-61.

- HUSSERL, Edmund. *A idéia da fenomenologia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
- JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia. Guia prático de linguagem sociológica. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KESSUANI, Helena, BOTTASSO, Rosalina. *Crianças prostituídas, exploradas, sem futuro*. In: Família Cristã, 1989. p. 16-21.
- KRYNSKI, Stanislaw. *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.
- KUCHER, Alita Diana C. Menina...mãe...mulher. In: *Meninas*. Brasília. CBIA, 1990.p.1-6.
- LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher et alli (org.). *Quem mandou nascer mulher? estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto. A construção teórica sobre a violência sexual. In: COSTA, João de Jesus da. et alii (org.). *Rompendo o silêncio*. São Luís: CEDCA, 1997.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: IBPS, 1991.
- LIPPI, José R. da Silva. Maltrato:um grave problema humano. In: KRYNSKI, Stanislaw et. alii. (org.). *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.
- MADEIRA, Felícia Reicher (org.). *Quem mandou nascer mulher? estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MARCOVICH, Jaime. A criança maltratada. In: KRYNSKI, Stanislaw et. alii (org.). *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. Trad. Cristina M.V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vertice, 1987.
- MENEZES, Débora. Redes de exploração sexual e sexo-turismo. In: BONTEMPO, Denise et alii (orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Mailet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1996.
- MONTEIRO, Luiza Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Goiânia: UFG, 1997 (Dissertação de Mestrado).

MORAES, Eliane R., LAPEIZ, Sandra M. *O que é pornografia*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

MOTT, Luiz. Abuso sexual ritualístico infanto-juvenil: primeiras indagações. In: AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Borges. Uma leitura jurídica do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. In: COSTA, João de Jesus da et alii (org.). *Rompendo o silêncio*. São Luís: CEDCA, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *Liberalismo, educação e vestibular-movimentos e tendências de seleção para o ingresso no ensino superior no Brasil a partir de 1990*. Goiânia:UFG, 1994 (Dissertação de Mestrado).

OSÓRIO, Luiz Carlos. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PAIVA, Denise M. Fonseca & PEREIRA, Rosana Sperandio. Exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes: análise de uma realidade. In: ARAÚJO, Braz et alii (org.). *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas-SP: Fundação Cargil, 1996.

PELIANO, Anna Maria T.M. O mapa da criança: a indigência entre as crianças e os adolescentes no Brasil. In: ARAÚJO, Braz et. alii (org.). *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas-SP: Fundação Cargil, 1996.

PEREIRA, Irandi. *Lugar de criança é na escola*. São Paulo: CUT, 1998.

PEREIRA, Jaqueline & Campos, Eduardo Cestari. *O mundo em suas mãos. tudo que você queria saber sobre a Internet*. In: Revista Guia da Internet. br. Ano 1 Nº. 12, Maio de 1997, p.30-41.

PEREIRA, Maria Aparecida Alves. Feminilidade e imaginário social. In: FLEIG, Mário et alii (org.). *Psicanálise e sintoma social*. 2 ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

PERLONGHER, Nestor Oswaldo. *O contrato da prostituição viril*. In: Arquivos Brasileiros De Psicologia. Rio de Janeiro, 1985, Vol. 37, p. 94-105

PINTO, Lúcia Luís. Painel nacional sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. In: BONTEMPO, Denise et alii (Orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

PIVA, Márcia. *Prostituição infantil*. In: Tempo e Presença. Rio de Janeiro, Nº 208, Maio de 1989, p. 8 e 9.

PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das crianças no Brasil*. Editora Contexto: São Paulo, 2000.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1997.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. Autopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: CODO, Wanderley & LANE, Silvia T.M. et alli (orgs). *Psicologia social. O homem em movimento*. São Paulo: editora brasiliense, 1984.

RESENDE, Ana Cristina. *A fenomenologia do humano em crianças abusadas sexualmente através do psicodiagnóstico de Rorschach*. Goiânia: UCG:CEPSI, 1997 (Monografia).

RIZZINI, Irene. Infância, adolescência e pobreza na década de 80: a situação da menina no Brasil. In: CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA E CARIBENHA. *Violência, poder, escravidão sexual: mulheres e crianças são as principais vítimas*. FAI, SMM, BICE. São Paulo, s.d. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula/Amais, 1997.

ROSSIAUD, Jacques. *A prostituição na idade média*. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROURE, Glacy Q. de. *Vidas silenciadas. A violência com crianças e adolescentes*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1996.

RUIZ, Zelided Alma de. Dinâmica familiar e o abuso da criança. In: KRYNSKI, Stanislaw et alii (org.). *A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.

SABÓIA, Ana Lúcia. Crianças e adolescentes: excluídos da infância e da adolescência. In:

ARAÚJO, Braz et alii (org.). *Crianças e adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade*. Campinas: Fundação Cargil, 1996.

SAFFIOTI, H.I.B. A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In: BONTEMPO, Denise et alii (Orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

\_\_\_\_\_. *Prostituição e gênero*. In: CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-

AMERICANA E CARIBENHA. *Violência, poder, escravidão sexual: mulheres e crianças são as principais vítimas*. FAI, SMM, BICE. São Paulo, sd. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Agressões sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil*. In: COSTA, João de Jesus da et alii (org.). *Rompendo o silêncio*. São Luís: CEDCA, 1997.

- SAMARA, Eni de Mesquita. Família através da história: representações e práticas. In: ALMEIDA, Angela Mendes, CARNEIRO, Maria José. *Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.
- SANTOS, Ana Flávia de Azevedo. *A socialização de crianças e adolescentes abusadas Sexualmente*. Goiânia: UCG/CEPSI, 1997. Monografia
- SANTOS, Benedito Rodrigues. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência - mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. São Paulo: PUC, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *A exploração sexual no Brasil e as intervenções sociais*. São Paulo, 1997, p.1-9. Mimeo.
- SANTOS, Hélio de Oliveira. *Crianças espancadas*. Campinas-SP: Papyrus, 1987.
- SANTOS, Joselino Vieira dos. *VAE: 10 anos de presença, 10 anos de história*. Goiânia: UCG., 1994. (Monografia de Especialização)
- SANZ, Erick. *O cidadão virtual*. In: Revista Guia da Internet. br. Ano 1998 No. 7 p.30-31.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SENA, Selma Custódia. *Mapeamento de crianças e adolescentes em Goiânia*. Goiânia: Sociedade Cidadão 2000, 1996.
- SILVEIRA, Regina Lúcia Barros Leal da. *Prostituição: um problema social*. In: JORNADA NORTE-NORDESTE DE PSIQUIÁTRIA. Fortaleza, 1984, (s.n.). Mimeo.
- SILVA, Anaclan Pereira Lopes da et alii. *Prostituição e adolescência: prostituição juvenil no Interior do Pará: Trombetas e os garimpos do Vale do Tapajós*. Belém: CEJUP, 1997.
- SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez 1992.
- SOUSA, Sônia M. Gomes. *Sociedade cidadão 2000*. Goiânia, 1996
- \_\_\_\_\_. *Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI*. Tese Doutorado. Psicologia Social.PUC - SP, 2001. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Trabalho infantil: a negação da infância? Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares*. São Paulo, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa. Notícias sobre crianças vítimas de violências e acidentes*. Goiânia:UCG/VPG, 1997. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.
- SOUSA, Sônia M. Gomes e NETO, Otaliba L. de Moraes. *Exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia-1992-96*. Goiânia, 1997.

STRAUS, Martha B. *Violência na vida dos adolescentes*. Trad.: Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

THOMAS, Eva. *A violação do silêncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TIBA, Içami. *Puberdade e adolescência - desenvolvimento biopsicossocial*. São Paulo: Àgora, 1986.

TRABALHO & EDUCAÇÃO. Revista do NETE, Belo Horizonte: UFMG - nº 3 jan/jul - 1998.

TRIGO, Luiz G. Godói. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papirus, 1998.

TRINDADE, Eliane. *Microempresárias do sexo*. In: Revista IstoÉ, Nº. 1464 de 22/10/97. p. 46-53.

UCHÔA, Marco. *Violência e covardia*. In: Revista Criativa, Setembro de 1997.

UNIVERSIDADE SANTA ÜRSULA/Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (USU/CESPI-CDU). *A menina e a adolescente no Brasil. Uma análise bibliográfica*. Rio de Janeiro: Universitária/ Amais, 1994.

VASCONCELOS, Ana. *Adolescência e prostituição: uma experiência vivida com meninas de rua na Casa de Passagem - Recife-Pernambuco*. In: Congresso Brasileiro de Adolescência, Recife, 1991, 4 p. Mimeo.

VAZ, Marlene (org.). *Situação do abuso sexual e da prostituição infanto-juvenil no Brasil*. Brasília: UNICEF, 1996, Mimeo.

\_\_\_\_\_. *A situação do abuso sexual e da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes no Brasil*. In: COSTA, João de Jesus da et alii (org.). *Rompendo o silêncio* São Luís: CEDCA, 1997.

VERONESI, Josiane Petri. *A leitura jurídica da prostituição*. In: BONTEMPO, Denise et alii (orgs.). *Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

VILELA, Fernando. *Pornografia Infantil*. In: Revista Guia da Internet. br. Ano 2 Nº. 16, Setembro de 1997, p. 26-27.

WEREBE, Maria José Garcia. *Comportamentos sexuais na adolescência*. In: Psicologia, Ano 7 nº 3 Novembro de 1981, p. 27-37.



## **ANEXOS**